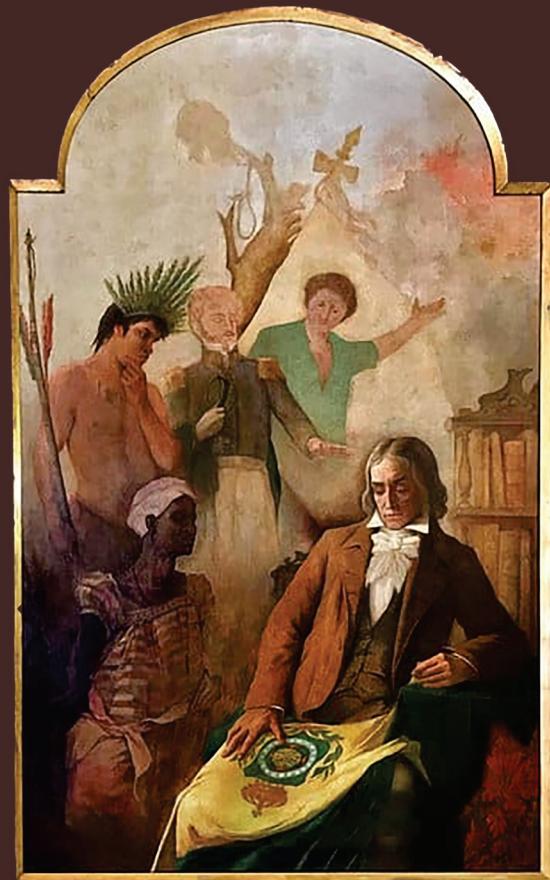


Escola Superior de Guerra



BRASIL 200 ANOS

**Estudos e ensaios sobre o Bicentenário da
Independência do Brasil**



Editora da Escola Superior de Guerra

Rio de Janeiro 2022

Escola Superior de Guerra

BRASIL 200 ANOS

*Estudos e Ensaios sobre o Bicentenário da
Independência do Brasil*

ISBN: 978-65-00-57636-8



9 786500 576368

Rio de Janeiro, 2022

Comandante

General de Divisão Adilson Carlos Katibe

Subcomandante

General de Brigada Himario Brandão Trinas

Organizador

Ronaldo Gomes Carmona

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias

Contra-Almirante Guilherme Mattos de Abreu

Atualização e revisão ortográfica

Heitor de Sá Rodrigues

Arte da capa

Anério Ferreira Matos

Isabela Mangabeira da Costa Hernandes

Gustavo Santos de Souza

Editoração e projeto gráfico

Anério Ferreira Matos

Projeto, produção Gráfica e impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B583

Bicentenário da independência / Ronaldo Gomes Carmona
(org.)- Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.

150 p.: il. - color.; 17 x 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-00-57636-8

1. Brasil – História – independência, 1822. 2. Atlântico Sul –
História. 3. Identidade nacional - Brasil. I. Título.

CDD 003-5

Elaborada pela bibliotecária Patricia Imbroizi Ajus – CRB-7/3716

Os capítulos publicados neste livro são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressam necessariamente, portanto, o pensamento da Escola Superior de Guerra (Brasil).

SUMÁRIO

1 - PREFÁCIO	5
<i>General Adilson Carlos Katibe - Comandante da ESG</i>	
2 - APRESENTAÇÃO	7
<i>Ronaldo Gomes Carmona</i>	
3 - REVISITANDO 1822: aspectos históricos do processo de Independência e seus legados	11
<i>Carlos Henrique Cardim</i>	
4 - REVISITANDO 1822: o mar no processo de construção da Independência do Brasil	22
<i>Augusto Salgado</i>	
5 - REFLEXÕES SOBRE O DESTINO BRASÍLICO NO PENSAMENTO FUNDADOR DE JOSÉ BONIFÁCIO	39
<i>Ronaldo Gomes Carmona</i>	
6 - DOIS SÉCULOS DEPOIS, COMO JOSÉ BONIFÁCIO VERIA O BRASIL?	53
<i>Geraldo Luís Lino</i>	
7 - ATUALIDADE DO PROJETO NACIONAL DE JOSÉ BONIFÁCIO	62
<i>Maria Teresa Toribio Brittes Lemos</i>	
8 - A INDEPENDÊNCIA E A NATUREZA DO BRASIL	70
<i>Edgard Leite Ferreira Neto</i>	
9 - DE SAGRES À INDEPENDÊNCIA	77
<i>Guilherme Mattos de Abreu</i>	

10 - INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: apontamentos iniciais. 87

Oswaldo Munteal e Araré Carvalho Júnior

11 - BRASIL 200 ANOS: um prognóstico do tricentenário da independência 95

Pedro H Villas Bôas Castelo Branco

12 - REFLEXÕES SOBRE O FUTURO: o próximo centenário 117

Eurico de Lima Figueiredo

TEXTOS COMPLEMENTARES

TEXTO I

“200 ANOS DE GEOPOLÍTICA NO BRASIL: considerações históricas e geográficas”. 132
Comunicação à Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas - CEPHAS do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

Ronaldo Gomes Carmona

TEXTO II

UMA AMOSTRAGEM DOS DOCUMENTOS RELEVANTES DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA 140

Guilherme Mattos de Abreu

PREFÁCIO

As celebrações do Bicentenário da Independência brasileira têm como seu epicentro o evento ocorrido às margens do Ipiranga a sete de setembro de 1822, quando o príncipe regente, Pedro, recebe comunicação de sua esposa, a Princesa Leopoldina, instando-o, após debate no Conselho de Estado e retratando a avaliação deste órgão, a tomar a decisão diante das circunstâncias adversas que se apresentavam nas relações com Lisboa.

Assim, o fato em si, *o Grito do Ipiranga*, imortalizado décadas depois no quadro de Pedro Américo, é sim uma efeméride comemorada como ponto de inflexão para a abertura dos caminhos de um país independente.

O ato do príncipe Pedro no sete de setembro, portanto, deve ser visto como este momento simbólico de ruptura; como uma representação política de um movimento, que, contudo, por certo vai muito além dele – no antes e depois – e rigorosamente, em sentido amplo, podemos dizer se estende até a contemporaneidade. Assim, o sete de setembro precisa ser olhado para trás e para a frente.

A transferência das Cortes em 1808 foi embalada por contingências reais – a invasão napoleônica –, mas também pela utopia de Império, construída no imaginário luso-brasileiro por vários personagens em quase três séculos. A mudança do status jurídico do Brasil, com a elevação a Reino Unido em 1815, é passo adiante nesse sentido.

Para o grande estrategista José Bonifácio de Andrada e Silva – herdeiro dessa tradição ilustrada cujos antecedentes mais próximos eram o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, falecido em 1782, e o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, falecido em 1812 –, a separação formal entre Brasil e Portugal, podemos dizer, era desnecessária tendo em vista o projeto de Império luso-brasílico. Contudo, a miopia geopolítica das Cortes de Lisboa, em seu intento neocolonialista sobre o Brasil, modificou a estratégia andradina, o como fazer. Foi necessário então operar uma transição à independência que preservasse o colosso territorial legado da América portuguesa.

O sete de setembro de 1822 ecoaria por todos estes duzentos anos que hora celebramos. A luta por um Brasil independente, no sentido de mais autônomo, desenvolvido, integrado e com pleno aproveitamento das potencialidades de seu território, ainda é uma tarefa pendente, duzentos anos depois, a despeito do muito já

conquistado na grandiosa e incompleta obra de construção nacional.

Nesse sentido, apresentamos estas contribuições a partir da Escola Superior de Guerra, que tendo como missão maior sua vocação de estudar os destinos do Brasil, não poderia deixar de estar presente nessa reflexão nacional sobre nossa trajetória e nosso destino.

Tenham todos uma excelente leitura!

Adilson Carlos Katibe

General de Divisão, Comandante da Escola Superior de Guerra

APRESENTAÇÃO

Testemunha, e mais que isso, ativa partícipe da construção nacional nos últimos setenta e três anos dos duzentos anos do Brasil que ora celebramos, a Escola Superior de Guerra não poderia deixar de apresentar um conjunto de reflexões sobre a efeméride pátria maior. Reflexões que, como veremos, observam nossa trajetória com vistas a extrair ensinamento ao futuro.

Nosso destino de grandeza e prosperidade se evidencia, antes que nada pela geografia e pelas enormes potencialidades do vasto território. O *manifesto* de fundação da ESG – na verdade, seus *princípios fundamentais*, de 1949 -, sintetiza que “o Brasil possui requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência”; cabe a nós brasileiros, pois, renovar nossa estratégia nacional – nosso como fazer – para tornar essa premissa realidade. A reflexão sobre os caminhos percorridos nestes duzentos anos exige, portanto, a renovação de nossos desafios nacionais, sobretudo daqueles mais permanentes.

Nesse sentido, ao apresentar este livro, nossa primeira questão é reafirmar a atualidade da ESG como *centro de estudos da estratégia* – do como fazer, portanto – de continuidade, e sobretudo da aceleração da construção do *projeto nacional*.

Sua fundação, em 1949, derivou da necessidade identificada de estruturar um centro de estudos que refletisse sobre os desafios nacionais diante de uma nova realidade, marcada pelo final de dois grandes conflitos mundiais que sacudiram a primeira metade do século XX. Nesse momento, ao ingressarmos na terceira década do século XXI, igualmente, um conjunto de eventos disruptivos – que vai das mudanças nas forças produtivas como fruto de uma plethora de inovações tecnológicas emergentes à ocorrência de uma disputa sistêmica por posição de hegemonia entre as grandes potências, exigem o fortalecimento de uma instituição como a Escola Superior de Guerra.

Na sua condição de *casa da geopolítica brasileira*, na ESG buscamos observar que o Brasil é fruto originário de um movimento de expansão portuguesa ao mundo novo, superando o confinamento geopolítico europeu, um continente, se visto pelo conjunto geográfico, que é uma península da Eurásia. Estabelecido o vasto Império luso espalhado por todos os quadrantes do globo terrestre, construiu-se um imaginário por quase três séculos entre as elites pensantes portuguesas – e logo, luso-brasílicas –, que a realização do Império – do Quinto Império Mundial, para usar o conceito do Padre Antônio Vieira –, se daria no colosso sul-americano. Esse é o sentido originário mais remoto e profundo da existência brasílica e da atualidade de seu destino no mundo que vem por aí. A *geopolítica esguiana* prossegue no desafio de contribuir para o Brasil levar adiante este destino.

A efeméride do Sete de Setembro também precisa ser observada em seus desdobramentos, em movimentos que a consolidariam. Aqui então podemos falar do pós-sete de setembro. O grito do Ipiranga, embora uma mensagem política poderosa, não demoveu distantes províncias de se manterem fiéis a Lisboa. Seria necessário então, nas próximas décadas do século XIX, travar inúmeras batalhas que preservassem intacto o colosso brasílico, inclusive por vezes, esmagando rebeliões e revoltas populares legítimas. Em 2023, portanto, celebraremos três acontecimentos que complementam o Sete de Setembro, como movimentos subsequentes ao grito do Ipiranga, que completariam a Independência.

Primeiro, a Batalha do Jenipapo, ocorrida a 13 de março de 1823 na vila de Campo Maior, no Piauí, quando o povo em armas se rebelou contra o domínio das tropas portuguesas estacionadas na atual Caxias (MA), comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié. Num dos episódios mais sangrentos da luta pela independência, que se completaria teria como consequências mais importante a adesão do Maranhão, assinada na atual cidade de Caxias em 28 de julho daquele ano.

O segundo episódio é a guerra pela independência da Bahia, consagrada com a deserção do exército português a dois de julho de 1823, após mais de um ano de conflitos para lograr a expulsão do colonizador. As guerras na Bahia consagraram no imaginário nacional, figuras populares heroicas como Maria Quitéria, Joana Angélica, o Corneteiro Lopes e João das Botas.

A terceira são os episódios que viriam a garantir a adesão do Pará à Independência, assinada em 15 de agosto de 1823 e consolidando, assim, o fim da obediência da última província a Lisboa. A derrota dos portugueses decorreu de exitosa manobra de bloqueio naval de Belém, executada pela Marinha do Brasil.

Dita estas palavras introdutórias, apresentemos os textos do livro que ora chega ao leitor.

Abrimos este livro com uma reflexão do Embaixador Carlos Henrique Cardim, homem dedicado à diplomacia, mas também às ideias e às palavras, num texto intitulado *Revisitando 1822: aspectos históricos do processo de Independência e seus legados*, no qual, após percorrer as contribuições que vão de Pombal a Feijó, aponta cinco legados relevantes de uma releitura contemporânea de 1822.

Também busca revisitar 1822, com uma reflexão de fôlego, apresentada do além-mar desde uma perspectiva portuguesa, o oficial de Marinha daquele país irmão, Augusto Salgado, que propõe em texto bastante abrangente denominado *Revisitando 1822: o Mar no processo de construção da Independência do Brasil*.

Temos então um texto deste autor, que busca na figura maior de José Bonifácio, em seu pensamento, observar sua atualidade. Denominamos esta contribuição de *Reflexões sobre o destino brasílico no pensamento fundador de José Bonifácio*, para

afirmar que se tivéssemos seguido o programa andradino de libertação nacional, teríamos abreviado o caminho a nosso destino-manifesto de *Quinto Império*.

Na sequência, outra colaboração expressiva sobre a contribuição do Patriarca vem do escritor e editor Geraldo Lino, autor de obra de referência recente sobre José Bonifácio. Lino propõe um instigante texto na forma de uma pergunta: *Dois séculos depois, como José Bonifácio veria o Brasil?*

O terceiro texto sobre o Patriarca é da Professora Maria Teresa Toribio Brittes Lemos. Em texto intitulado *Atualidade do Projeto Nacional de José Bonifácio*, a autora destaca o caráter progressista do projeto do Patriarca e como essas proposições se chocavam com a sociedade escravocrata de então.

O próximo texto desta coletânea é do Professor Edgard Leite Ferreira Neto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), e também presidente da Academia Brasileira de Filosofia. O autor, em texto que denomina *A independência e a natureza do Brasil*, faz uma digressão sobre o contexto em que se deu a independência, destacando instituições e personalidades relevantes para a compreensão daqueles eventos.

Em seguida leremos o Almirante Guilherme Mattos de Abreu, um grande apoiador e incentivador deste trabalho, atual diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias da ESG, além de historiador profícuo, que ocupa cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). O texto do Almirante Guilherme versa *De Sagres à Independência*, sobre uma profunda reflexão que parte da experiência da mitológica Escola de Sagres, para percorrer assuntos variados, sempre em uma perspectiva de homem do mar.

Os Professores Oswaldo Munteal e Araré Carvalho Júnior apresentam texto denominado *Independência e a Criação da Identidade Nacional: apontamentos iniciais*. O objetivo do texto é percorrer e apresentar a perspectiva destes autores no debate sobre o problema de como os brasileiros se veem, a questão da identidade nacional.

Finalmente, dois textos que buscam olhar o pós-200 anos. Propusemos a dois autores uma reflexão sobre o futuro, tendo em vista premissa metodológica que seguimos ao estruturar esta reflexão sobre o Bicentenário, que não se tratava apenas de uma revisitação ao passado, mas de como esta servia aos propósitos de futuro de um Brasil grande e forte.

O professor Pedro Villas Boas Castelo Branco, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), propõe o texto *Brasil 200 anos, um prognóstico do tricentenário da independência*. Partindo de uma importante discussão sobre a arte do prognóstico nas ciências políticas, o professor percorre em seguida questões contemporâneas, relacionadas à atual ordem internacional, para finalmente projetar as condições rumo ao tricentenário.

Por fim, o professor Eurico de Lima Figueiredo, consagrado pioneiro dos estudos estratégicos no Brasil e fundador do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF) – certamente um dos principais centros de reflexão acadêmica no país sobre a temática – nos propõe o texto *Reflexões sobre o futuro: o próximo centenário*, na forma de um ensaio. Com a grande erudição que lhe é característica, o professor Eurico trabalha argumentos revisitando o passado para propor caminhos no futuro.

Por fim, há dois textos que complementam as reflexões inicialmente apresentadas no seminário Brasil 200 anos, organizados no primeiro semestre de 2022 nesta Escola Superior de Guerra.

O primeiro é uma comunicação deste professor à tradicional Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), casa já presidida por Dom Pedro II, atualmente sob a liderança do intelectual Victorino Chermont.

Esta comunicação, apresentada em 31 de agosto deste 2022 – na semana que antecedeu o Sete de Setembro de 2022 – busca percorrer os caminhos do que poderíamos chamar de bicentenário da geopolítica brasileira. Sendo a Escola Superior de Guerra, como dito acima, “a casa da geopolítica brasileira” – e sendo este professor, um dos responsáveis por ministrar esta célebre e atualíssima ciência de Estado e do Poder Nacional na ESG –, a inclusão desta reflexão busca aportar aos objetivos deste livro de refletir sobre a construção nacional.

Um segundo texto complementar neste livro é uma reflexão apresentada pelo Almirante Guilherme sobre três documentos históricos de grande relevância para a compreensão do Bicentenário: a Carta da Princesa Leopoldina e o tratado e o decreto de reconhecimento da Independência brasileira por Portugal.

Esperamos que este livro represente uma efetiva contribuição às reflexões do Bicentenário da Independência brasileira, uma data da maior importância para a compreensão dos destinos de nosso país. Infelizmente essa efeméride não foi comemorada à altura que deveria ter sido, por circunstâncias diversas que aqui não cabe explorar. Contudo, esta Escola não se furtou a apoiar a elaboração desta contribuição, pelo que agradecemos o apoio e acolhida que tivemos, desde a concepção inicial da ideia, por parte do General Adílson Carlos Katibe, que prefacia este livro, e de todo o Comando da Escola Superior de Guerra.

Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, novembro de 2022

Prof. Dr. Ronaldo Gomes Carmona

REVISITANDO 1822: aspectos históricos do processo de Independência e seus legados

Carlos Henrique Cardim*

Quereis a prosperidade da nação? [...] alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado; proscrevei o exclusivismo, que manda dar somente importância a um limitado número de pessoas.

Visconde do Rio Branco

1 O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO: de Pombal a Feijó

1.1 Por que Pombal?

“Até a reação de Dom Vital, o nosso Império – em Constituição, leis, costumes – é todo ele galiciano e pombalista. E imagino, por isso, que extremamente revelador seria um estudo de toda a influência da reforma cultural do Marquês de Pombal na história do clero e do povo brasileiro”. (LINS, 1962).

Devo a Antônio Paim (1982) a ideia de estudar com destaque o pensamento e a vida do Marquês de Pombal. Com elegância e amizade compartilhou comigo as lições que tinha aprendido sobre a formação do Estado brasileiro. Oxalá este capítulo corresponda ao zelo de sua generosa atenção. Figura altamente polêmica, Pombal tem recebido visões de louvor e de rejeição através dos tempos. É chegada a hora de vê-lo como verdadeiro estadista e ideólogo. Sua vida pública assumiu certos imperativos da existência luso-brasileira, deu forma e teoria a impulsos vitais que se formaram na sociedade de seu tempo. Esses impulsos que nele encontraram primeiro um intérprete, e mais tarde, um símbolo, continuam vivos na sociedade de hoje.

A comissão encarregada da edição da obra completa de Pombal confirma parecer do historiador José Subtil na obra *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1998), de que “[...] estamos convencidos que o reformismo pombalino é hoje, nos seus aspectos essenciais, praticamente desconhecido”.

O destacado historiador e “*brazilianist*” norte-americano Bradford Burns, em sua obra *A Documentary History of Brazil* (1993), selecionou 70 documentos básicos para se conhecer a História do Brasil de 1500 até nossos dias. Entre os 70, está a carta do Marquês de Pombal a seu irmão Governador do Maranhão, tão importante e ignorada, que mostra a faceta de hábil e sábio político, contrastando com a dura imagem difundida de um cruel déspota, mesmo tido como “esclarecido”.

* Sociólogo, Embaixador, Professor da Universidade de Brasília UnB, Ex-Decano de Extensão e Ex-Presidente do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Email: chcardim@uol.com.br

“Pombal’s Advice on How Best to Govern Brazil”, nas palavras de Burns (1993), mostra “a deep interest in Portugal’s largest and richest colony”, e deve ser entendido como uma “codified” mensagem para o bom governo do Brasil.

Nessa carta, o Marquês de Pombal, considerado por D. Pedro I no Brasil – D. Pedro IV em Portugal – “o maior estadista português do século XVIII”, destaca o conselho fundamental da moderação e da conciliação, chave para se entender o processo político brasileiro. Conciliação que, no dizer do Visconde do Rio Branco, é o necessário “bálsamo” para os conflitos e embates nacionais. Vale lembrar que Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues fazem restrições “à conciliação como bandeira”.

A propósito do estilo político defendido por Pombal, cito aqui o parágrafo final da carta da Carta do Marquês de Pombal ao irmão, Governador do Maranhão. Publicada, originalmente, por Hipólito José da Costa, no *Correio Brasiliense*, em 1814:

Só três divindades sei que pintaram os antigos com olhos vendados, sinal que não eram cegas, mas que eles as faziam e adoravam: há um Pluto, deus da riqueza; um Cupido, deus do amor e uma Astréia, deusa da justiça. Negue Vossa Excelência culto a semelhantes divindades, e nunca consinta que se lhes erijam templos, e se consagrem votos por ofícias de El-Rei, porque é prejudicial em quem governa, riqueza cega, amor cego e justiça cega. (CORREIO BRASILIENSE, 1814).

Numa análise sociológico-histórica, como o presente texto, é muito útil reproduzir alguns dos “punti luminosi” do período. Selecionei, para tanto, a íntegra da carta do Marquês de Pombal a seu irmão que vai reproduzida no Anexo I.

Carta à la Machiavelli é aqui citada, pois as cartas expressam melhor as verdades. São fontes valiosas para conhecer os espíritos das pessoas e os fatos políticos. Uma breve recordação de cartas famosas nos mostra isso: A sétima *Carta de Platão*, ao revelar as grandes dificuldades de um dos maiores gênios da humanidade que impossibilitaram implantar seu projeto do “Rei Filósofo” em Siracusa; a carta de *Maquiavel a Vettori*, em que o pai da moderna Ciência Política narra seu dia a dia no amargo exílio de Florença ao amigo e como se vestia com traje especial à noite para ler por 4 horas os clássicos, o maior prazer de sua vida. Ainda se registre, entre tantas outras, a *Carta de Gustave Flaubert*, na qual o escritor perfeito, fala de seu ideal de vida: “Viver como um burguês, pensar como um Semi-Deus”.

1.2 Um balanço de Pombal

Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, (*apud* MONDONI, 2014) fez o seguinte breve histórico do governo de Pombal, assinalando:

- Os primeiros anos foram empregados em reerguer o comércio nacional.
- Criação das Companhias do Porto e da América, que foi criticada pelos ingleses e pelos próprios portugueses.
- Afastamento dos Jesuítas.
- Melhoramentos na cidade após o terremoto.
- Aumentos dos impostos das terras.
- O Erário fica mais forte.
- Após a expulsão dos jesuítas estabelece as Escolas Públicas para o Estudo das Línguas Antigas e Humanidades.
- Cria um Colégio Real para a Nobreza, desenvolve as Ciências e as Belas Artes.
- Reforma da Universidade de Coimbra.
- Reforma a inquisição, `sem ousar abolir`.
- Melhora sensível na produção de livros portugueses.
- Encorajamento das manufaturas.
- Reativação do comércio.
- Formação da armada de terra e mar.

1.3 Que Portugal veio para o Brasil em 1808?

Dom João VI merece lugar de realce por sua decisão lúcida e corajosa do traslado do governo português para o Rio de Janeiro em 1808. Cabe, também, sublinhar que, no fundo, o Estado português reformado, transferido para o trópico, foi o Estado pombalino, ou neopombalino.

Desta forma, o principal e mais irreversível impacto do governo pombalino foi político e simbólico e, a esse nível, jurídico-institucional [...]. Levou à constituição do que hoje chamamos *Governo*. (MONTEIRO, Nuno Gonçalves *apud História de Portugal*. 2012).

1.4 Por que Dom João VI?

Para Sérgio Buarque de Holanda, a saída de Lisboa para o Rio de Janeiro do governo português representa um real “segundo Descobrimento do Brasil”. Na visão do diplomata e especialista em questões consulares, Eça de Queiroz, a verdadeira e completa colonização do Brasil, nos moldes dos Estados Unidos, começa com Dom João VI. Alexandre Herculano dizia que “o Brasil se tornou nossa melhor colônia depois de deixar de ser colônia”.

A obra de Dom João VI foi muito bem analisada com pioneirismo por Oliveira Lima que o definiu como “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”. Destaque-se no grande historiador seu enfoque sociológico e a análise da matriz portuguesa na formação do Estado brasileiro. (LIMA, 1996).

Pedro Calmon, em conferência no Itamaraty, em 1939, fez a melhor síntese da valiosa contribuição joanina: “Dois grandes serviços foram prestados por D. João VI a este país, que o acolheu lealmente e onde foi poderoso e feliz: montou, ao chegar, a aparelhagem administrativa dos Estados europeus; e, ao partir não desmantelou”.

1.5 D. João VI e o neopombalismo

Rodrigo de Sousa Coutinho, fiel e distinguido discípulo do Marquês de Pombal, foi precioso auxiliar de Dom João VI. Nesse âmbito de alinhamento neopombalino, cumpre sublinhar que a “Casa de Bragança – na pessoa de D. João VI – protestou contra a restauração universal da Companhia de Jesus em 1814”. (MONDONI, 2014).

A marca pombalina é registrada por José Subtil (1998) no texto *No crepúsculo do corporativismo*. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807):

Os anos que compreendem o reinado de D. José I e o de D. Maria I (até a fuga da família real para o Brasil) anunciam profundas mudanças políticas na sociedade portuguesa, das quais a mais importante é a assunção do governo político. Nestas circunstâncias, o leitor aperceber-se-á da mudança operada na apresentação dos principais tópicos do processo político relativamente aos textos precedentes, em especial o relevo conferido ao núcleo da decisão política, formado pelo gabinete dos secretários de Estado.

Para periodizar esta interessante fase da vida política portuguesa, optamos por fazer corresponder o protagonismo dos principais atores políticos com a coerência conjuntural, pelo que propomos a seguinte divisão:

- a) 1750-1758, início do reinado de D. José I, atentado à sua pessoa e tomada do poder por Sebastião José de Carvalho e Melo;
- b) 1759-1765, consolidação do poder;
- c) 1766-1776, década das grandes reformas pombalinas;
- d) 1777-1785, governo mariano;
- e) 1786-1788, crise de vazio de poder;
- f) 1789-1798, neopombalismo e primeira regência de D. João VI;
- g) 1799-1807, segunda regência de D. João VI e fuga da família real para o Brasil”.

Alan K. Manchester, no artigo “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro (1970), diz que seu texto, na “Seção III identifica os elementos de um Estado soberano que foram colocados a bordo da frota para serem transportados ao Rio de Janeiro [...] vê-se claramente que uma profusão de arquivos governamentais acompanhou a Coroa [...] o manuseio da papelada pela burocracia pode assim reiniciar-se tão logo ambas se estabeleceram no Rio de Janeiro”. (1970)

2 POR QUE AS CORTES DE LISBOA?

As Cortes de Lisboa (1821-1822) são “a história mais documentada, mais interessante e mais lógica da Independência do Brasil”, afirma Oliveira Lima (1997). Ao preparar a edição da revista “200”, e ler o clássico de Oliveira Lima (1997), concluí que a capa da publicação deveria ser o quadro de Oscar Pereira da Silva, exposto no Museu do Ipiranga. Decidi também que haveria uma secção especial dedicada ao decisivo momento. Remeto o leitor à revista “200”, particularmente aos artigos de Márcia Regina Berbel e Raymundo Faoro, onde encontrarão excelentes conteúdos, que explicam bem a impressionante tela da portada.

Agregaria o comentário de que a Independência do Brasil tem, ainda, três pontos fundamentais:

1º Foi um processo que se definiu politicamente, em senso estrito, num Parlamento. O solo sustentador, onde se definiu pela emancipação foi o do Poder Legislativo.

2º O processo da Independência do Brasil em comparação com o de outras nações à época – Estados Unidos, Grécia e Venezuela, por exemplo – foi um movimento muito pouco violento. A propósito, vale lembrar o quadro de Delacroix “O massacre de Quios”, ocorrido na guerra civil grega (1821 - 1829) no qual os turcos vitimaram 20.000 gregos com mulheres e crianças, e fizeram outro tanto de escravos. Como assinala Mark Mazower - importante historiador e analista internacional- em seu último livro, “The Greek Revolution 1821 and the Making of Modern Europe” (Penguin Books, 2021), “there was one cause that came to galvanize countless individuals across Europe and United Stats: freedom for Greece”.

3º Foi um momento de notável habilidade política e diplomática. Lembre-se o episódio narrado por Antonio Vianna no livro “A Emancipação do Brasil 1808-1825”, segundo o qual “un agent confidentiel du roi Jean, le marquis d’Angeja, fut envoyé avec des instructions convenables à Rio, pour exorter D. Pedro à resister aux *Côrtes*”.

4º A atuação de D. Pedro, além de audaciosa e corajosa, foi igualmente prudente, e bem-sucedida no manejo de uma ambiguidade em prol da Independência.

5º É impressionante o papel de José Bonifácio – ex-aluno da pombalina Universidade de Coimbra – ao elencar as demandas do Brasil no Reino Unido, e, após a Independência, na firmeza na condução do processo de emancipação. Merece destaque, também, a marcante participação de seu irmão, Antonio Carlos, nas “Cortes de Lisboa”.

6º Evidencia-se hoje, cada vez mais com a divulgação de documentos, a influência da Imperatriz Leopoldina sobre a decisão de D. Pedro proclamar a Independência.

3 POR QUE FEIJÓ?

Não se fez ainda a biografia filosófica do Padre Regente [...] Foi o único sacerdote católico a governar este país [...] Acredito na sinceridade de propósito e, mesmo, na boa-fé das convicções religiosas do sombrio jansenista que, afinal, era ele – Pascal governando –, mas a sua posição querendo reformar a Igreja por Atos do Poder Legislativo do Império do Brasil, positivamente, nada tinha de católica. (TORRES, 1973).

O Jansenismo foi uma corrente que surgiu dentro da Igreja Católica, no século XVII, que pregava, entre outros pontos, um extremo rigor no comportamento moral, além do papel fundamental da graça, mais do que as obras na salvação. Foi combatido, durante, pelos Jesuítas e, depois, foi condenado como uma heresia pelo Papa.

Roderick Barman (1988) no capítulo 6, *The Liberal Experiment 1831 – 1837*, assinala que “The sudden abdication of D. Pedro I left the leaders of the political community literally holding the baby”. “Segura que o bebê é seu!”. Feijó segurou. O que segura o Brasil, segundo Feijó? O sentimento nacional.

Euclides da Cunha in À Margem da História, sobre Feijó:

Nobilitara a lei; ressuscitara a autoridade; dignificara o governo. Diante de sua alma de romano, quebrara-se, amortecida a vaga de uma Revolução. Ficava-lhe, adiante, um remanso: o Segundo Império. ‘Depois de 1836 a História Política do Brasil se resume na luta dos dois partidos, o conservador e o liberal’ (Barão do Rio Branco). [...] sem o afogo e a sinceridade dos anteriores, bastavam às exigências políticas. Percebia-se a infiltração do artritismo monárquico no corpo fatigado do país. (CUNHA, 1975, p.135).

Gilberto Freyre, no capítulo O Padre Feijó e seu Jansenismo Caboclo (1981), professa:

Feijó, que já participara das “Cortes de Lisboa”, continuou na vida pública até chegar a ser o primeiro cidadão eleito para ocupar o cargo de Regente Único, chefe do Poder Executivo. Ou seja, o “primeiro Presidente do Brasil” foi um padre, jansenista e Kantiano. Conforme revelado por Miguel Reale Feijó pode ser considerado com um dos primeiros introdutores de Kant no Brasil em suas aulas de Filosofia. Feijó nacionalista, liberal e defensor da Liberdade na Ordem, consolidou a Independência, numa época da maior crise braileira, em que o país estava conflagrado de Norte a Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: revisitando 1822 e seus legados

Num corte cinematográfico, para o mapa do Brasil de hoje, contido na obra de Bradford Burns (1993) *A History of Brazil*, (Ver anexo II), várias reflexões podem ser lembradas e comentadas:

1º Temos que ter sempre presente o mapa do Brasil, num contexto mundial. É um ponto óbvio, mas que constantemente é esquecido. Registre-se que o Presidente John F. Kennedy, ao tentar mostrar, no salão oval da Casa Branca aos chefes do Departamento de Estado, Pentágono e CIA a importância do Brasil, recorreu ao fundamental expediente de esticar o mapa mundo no chão e pedir a seus altos assessores que observassem o Brasil e o mundo. Foi o caminho que escolheu após uma dissertação que não causara grande impacto. Lembro que em Brasília não existe mapa do Brasil nos grandes salões dos principais prédios públicos. Vive-se em um país abstrato!

2º Rio Branco, em artigo denominado Brasil e Argentina, publicado sob pseudônimo no *Jornal do Comércio* (1908). “Cultivemos tranquilamente as nossas relações de vizinhança [...]. A assombrosa fertilidade dos nossos territórios nos dá uma grave responsabilidade histórica”.

3º O Presidente Jânio Quadros (1961) em artigo na revista *Foreign Affairs*, em 1961, afirmou:

Meu país tem poucas obrigações internacionais: estamos ligados a pactos e tratados de ajuda continental (...). Não assinamos tratados de natureza da OTAN e, de maneira alguma, podemos ser forçados a intervir na guerra fria entre Leste e Oeste, (...) preservamos liberdade absoluta nas nossas tomadas de decisão sobre casos específicos, que serão feitas às inspiradoras luzes da nossa natureza e história. (QUADROS, 1961).

4º Gilberto Freyre (1963) em seu artigo *Destino de um país mediador*, republicado em 2018, argumentava que:

Esses comentários sobre o Brasil como uma nação singularmente capaz de desempenhar, habilidosa e sutilmente, a tarefa de mediar antagonismos internacionais reduzindo-os, ou mesmo sublimando-os sociologicamente, baseiam-se na experiência do povo brasileiro de assimilação bem-sucedida dos diversos grupos étnicos e culturais em seu próprio vasto país. (FREIRE, 1963).

5º Desafios e Mis, “A política imperial era pela ousadia de sua elevação, distância do seu lança, uma verdadeira ponte suspensa (...) – é uma torre altíssima e desconjuntada sobre o mais flutuante dos solos”. Dizia Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*. [...] “Aí está tudo, ou quase tudo: a ponte suspensa não pode durar sem as colunas [...]” (apud FAORO, 1994),

Deste Planalto, desta solidão, que em breve se transformará em cérebro de altas decisões nacionais, lanço os olhos, mais uma vez, sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites, no seu grande destino. (fala de Juscelino Kubitscheck em 1956, *apud* FAORO, 1994).

JK teve também, uma iniciativa corajosa e brilhante na política exterior com a idealização da “Operação Pan Americana (OPA). Com o apoio inicial de Eisenhower, e depois dos líderes latino-americanos, a OPA é considerada um dos melhores projetos da história da diplomacia brasileira, em prol da democracia e do desenvolvimento, e foi bem-sucedida em plena Guerra Fria.

Mapa 1- Comparative size of Brazil: the boundaries of Brasil easily encompass all European countries



Fonte: BURNS, 1993.

Mapa 2: Portuguese America that might have been



Fonte: BARMAN, 1988.

REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick. *Brazil the Forging of a Nation 1798 – 1852*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

BURNS, Bradford. *A History of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1993.

CALDEIRA Jorge (org e intr.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil).

CALMON, Pedro. História Diplomática do Brasil. Belo Horizonte: Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941. Disponível em: [http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/780948/Hist%C3%B3ria+Diplom%C3%A1tica+do+Brasil--Pedro+Calmon--1941.pdf/3f7d0738-4d30-03df-861b-72c56e04ff46](http://biblioteca.in.gov.br/o/biblioteca-digital-internet-lf7_1-ce-theme/pdf/index.html?file=http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/780948/Hist%C3%B3ria+Diplom%C3%A1tica+do+Brasil--Pedro+Calmon--1941.pdf/3f7d0738-4d30-03df-861b-72c56e04ff46). Acesso em: 6 set. 2022.

COSTA, Hipólito José da. Carta do Marques de Pombal ao irmão do governador do Maranhão. *Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, 1814.

CUNHA, Euclides. À Margem da História. São Paulo: Cultrix, 1975.

FAORO, Raymundo. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Gilberto. Destino de um país mediador. In *Brazil*. Washington, UPA, 1963. (republicado em Revista 200. Revista do Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Ano I n. 1 outubro / dezembro 2018.

FREYRE, Gilberto. O Pe. Feijó e seu Jansenismo Caboclo. In: *Pessoas, Coisas Animais*. Rio de Janeiro; Editora Globo, 1981.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Prefácio Wilson Martins. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência 1821 – 1822*. Prefácio de Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997.

LINS, Álvaro (org.). As Duas Heranças Conflituosas de Pombal. In: A glória de César e o punhal de Brutus. *Ensaios e Estudos 1939-1959*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

MANCHESTER, Alan K. r, no artigo A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. In: *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

MATTOSO, José (direção). *A história de Portugal*.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MONDONI, Danilo. *Os expulsos voltaram. Os jesuítas novamente no Brasil (1842 – 1874)*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império. A Elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil. Edição Comemorativa do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *José Bonifácio. Patriarca da Independência*. Criador da Sociedade Civil nos Trópicos. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação. Imprensa Oficial, 2006.

PAIM, Antonio (org.). *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal/Edições Tempo Brasileiro, 1982.

QUADROS, Jânio. *Foreign Affairs*. 1961.

RIO BRANCO. Brasil e Argentina. *Jornal do Comércio* (1908), publicado em 26 set. 1908.

SUBTIL, José. No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807). In: CARDIN, Pedro. *O Processo Político (1621 – 1807)*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. v. 4. *O Antigo Regime*. Coordenação de Hespanha, Antônio Manuel (coord.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da Realidade Brasileira. Introdução à história das ideias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora / INL, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, v. n.173, 1938.

VIANNA, Antonio. *A Emancipação do Brazil 1808 -1825*. Lisboa: Typ. Do Annuario Commercial, 1922.

REVISITANDO 1822: o mar no processo de construção da Independência do Brasil

Augusto Salgado*

1 AS FROTAS DO BRASIL

Apesar da atenção especial que o Estado da Índia sempre teve para Coroa portuguesa desde finais do século XVII, foi no Atlântico, mais especificamente a América do Sul, que a monarquia lusitana mais se empenhou. A prioridade na expulsão dos neerlandeses das terras brasileiras e de Angola foram disso exemplo, mesmo durante o difícil período das guerras da Restauração. Entretanto, na Ásia, as acções das outras nações europeias contra o Estado da Índia, que na Europa até nos tinham apoiado contra os espanhóis, acabaram por reduzir, drasticamente, a nossa presença na zona. Com vista a colmatar a redução das receitas do Estado da Índia, Portugal vai virar-se, cada vez mais, para o Brasil (SERRÃO, 1993, p. 98).

Efectivamente, a importância do Brasil foi crescendo paulatinamente através do aumento do comércio do açúcar, tabaco e madeiras exóticas, desde o início do século XVII (MAURO, 1988, p. 238-240). Contudo, desde a descoberta, em finais desse mesmo século, de importantes minas de ouro e de pedras preciosas na colónia do Brasil, sobretudo em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, que aumentou a importância desta colónia, relativamente ao Estado da Índia. A primeira referência a ouro nos navios das frotas anuais vindas do Brasil surge em 1697 e, a última a 1766, ano em que as frotas, ou comboios, foram, pela primeira vez, extintas. Grosso modo, estes eventos acabam por serem quase coincidentes com o reinado absolutista de D. João V.

Esse fluxo de riquezas vindas das terras brasileiras foi importante, pois foi com esse ouro que os monarcas portugueses conseguiram financiar as suas políticas nacionais e internacionais, assim como importar os bens luxuosos de todo o mundo. Contudo, a assinatura em 1703 do Tratado de Methuen, levou a que este “impulso dinâmico” da economia colonial portuguesa, inclusivamente a riqueza obtida pela mineração ficasse, durante grande parte do século XVIII, sob hegemonia inglesa (MENEZES; COSTA, 2012).

No entanto, mesmo depois de 1640 e mesmo quando Portugal se encontrava em paz com as nações europeias, as ligações marítimas entre Portugal e as suas colónias raramente se encontravam seguras, pois, no mar, os corsários do Norte de África teimavam em importunar a navegação portuguesa (GUEDES, 1979, p. 102-103). Internamente, para tentar garantir essa segurança e, simultaneamente,

* Articulista português. Capitão de Mar e Guerra da Marinha Portuguesa, na Reserva. Membro do Centro de Investigação Naval (CINAV) da Marinha Portuguesa e do Centro de História (CH) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi preservada a ortografia do Português de Portugal.

o monopólio real dos principais produtos, os monarcas portugueses, à semelhança do que já tinha ocorrido anteriormente com a Rota da Índia, criaram companhias comerciais para a Rota do Brasil. Por exemplo, a Companhia Geral de Comércio do Brasil, manteve-se em operação até 1720, mas apenas com o objectivo de garantir navios de escolta as frotas de e para o Brasil (BOXER, 1992, p. 222).

Adicionalmente, foi implementado um sistema de comboios, habitualmente designados de “frotas”, na ligação regular entre Lisboa e o Brasil. E, por norma, cada frota era acompanhada, pelo menos, por um “navio de guerra”. Inicialmente era um galeão e, posteriormente, essa função era realizada por naus ou fragata “de guerra”, num sistema muito semelhante ao já utilizado por Espanha nas suas ligações regulares entre Sevilha e as Américas. Apesar de alguns autores afirmarem que com o fim das companhias tinham desaparecido as grandes Frotas, passando da ordem da centena de navios, para apenas os 20 ou 25 navios (CRUZ JÚNIOR, 2002, p. 135; SANTOS, 2003) uma análise mais detalhada dos dados mostra uma realidade diferente.

Efectivamente, com o início da Guerra da Sucessão Espanhola e pelo facto de Portugal acabar por se envolver neste conflito, a Coroa emitiu instruções de modo que os navios passassem a navegar novamente em comboio. Com a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Espanha em 1715, as viagens entre a Metrópole e o Brasil voltaram a ser realizadas de forma separada (GUEDES, 1979, p. 103). Contudo, em fevereiro de 1753, foi reforçada a obrigatoriedade dos navios que navegavam de e para o Brasil terem de o fazer nas frotas, ou seja, a decisão de 1715 teria sido revertida em data anterior. Esta obrigatoriedade apenas durou até 1765. Contudo, e possivelmente devido à falta de meios navais, em 1761, os comerciantes do Porto financiaram, por sua iniciativa, a construção de duas fragatas, de 24 e 30 peças, com o objectivo de comboiar as frotas para o Brasil (CRUZ JÚNIOR, 2002, p. 135; SANTOS, 2003, p.47). O reacender do conflito com a França em finais do século XVIII, levou a que, em 1797, este regime de navegação em frotas fosse novamente reactivado, face ao elevado número de navios capturados ou afundados por corsários franceses (CRUZ JÚNIOR, 2002, p. 135; SANTOS, 2003, p. 137-138).

Em termos do número de navios que realizam a viagem entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, apesar de não termos dados completos para todos os anos, sabemos, por exemplo, que a Frota do Brasil de 1703 era composta por 86 navios e a de 1706 por 150 navios. A seguir, voltamos a encontrar mais de 100 navios a largar do Brasil no ano de 1749, logo após o final da Guerra da Sucessão Austríaca, com 39 navios de Pernambuco e 66 do Rio de Janeiro, Recife e Belém do Pará. Um número superior à centena só volta novamente a surgir em 1798 quando largam para o Brasil 122 navios mercantes, já em plenas Guerras Napoleónicas. Estes dados são coerentes com os dados obtidos por outros investigadores, que apontam para o período de 1783 a 1807 uma média anual de 129 navios provenientes

do Brasil e entre 1809 e 1822, uma média de 120 navios (LOPES *et al.*, 2005, p. 18). Ou seja, mesmo sem as companhias de comércio, o número de navios que cruzavam o Atlântico continuou elevado, mesmo que só parte deles o tenha feito em comboio e sob escolta. Contudo, importa referir que apesar de oficialmente não se encontrar implementado o sistema de Frotas, que decorreu entre 1765 e 1797, em 1792, voltamos a encontrar, pelo menos uma referência a uma Frota que seguiu para o Brasil, com 49 navios mercantes, escoltados por um único navio de guerra (FONSECA, 1926, p. 562).

Porém, importa analisar a ideia transmitida por vários autores, seguindo umas afirmações do próprio Marquês de Pombal, as quais referem que a marinha mercante nacional não tinha meios suficientes para as necessidades nacionais (CRUZ JÚNIOR, 2002; SANTOS, 2003, p. 133). De acordo com as nossas pesquisas, para os anos que vão entre 1669 até 1823, e apesar de não haver dados para todos os anos, ou seja, é uma estimativa muitíssimo conservadora, sabemos que cruzaram o Atlântico para e do Brasil para a Metrópole quase 4.000 navios, escoltados por cerca de 250 navios da Coroa (GODOY, 2007). Ou seja, anualmente e, mesmo com muitos anos em falta, cruzam em média o Atlântico 26 navios portugueses, escoltados por 1,6 navios de guerra. Se a estes números ainda juntarmos os meios que seguiam para o Estado da Índia ou operavam nessas águas, incluindo da Coroa e dos particulares, estamos perante um número que nos parece muito interessante. Agora, será que era o suficiente para superar as necessidades do país? Muito provavelmente não, inclusivamente no que se refere a navios da Marinha, mas foi, garantidamente, um esforço marítimo e naval muito grande realizado por Portugal neste período.

E, relativamente aos meios navais que efectuavam a escolta das frotas de e para o Brasil, não conseguimos identificar nenhum tipo de relação entre o número de navios escoltados e de escoltadores. Assim se realçam os seguintes anos: ano de 1706, quando chegou à Metrópole o maior comboio vindo do Brasil, com 150 navios, com origem nos diversos portos e escoltados por apenas seis navios de guerra. Curiosamente no ano anterior a escolta de um desconhecido número de navios mercantes foi de 12 navios: dois ingleses, quatro da coroa e seis da Junta de Comércio. Em rumo inverso, o maior comboio largou de Lisboa em 1798, com 122 navios mercantes, escoltados por apenas cinco navios de guerra. No ano anterior, uma frota com apenas 46 navios levou uma escolta de 13 navios de guerra, uma das maiores registada neste período. E, no regresso, os 13 navios de guerra comboiaram 60 navios, incluindo três naus da Índia. Já no ano seguinte, um comboio de 46 navios mercantes que largou de Lisboa, foi escoltado por seis naus, quatro fragatas e 13 bergantins (PEREIRA, 2005, p. 52). Julgamos que o número de navios de escolta, dependeria, embora não exclusivamente, da disponibilidade dos mesmos.

2 AMEAÇAS NO ATLÂNTICO

Mas que ameaças foram essas que obrigaram Portugal a tomar as mencionadas medidas, nomeadamente das frotas navearem sob escolta? E que, simultaneamente, e mesmo com escassos meios, obrigaram a Marinha portuguesa a uma actividade quase constante, para tentar manter limpas de inimigos as águas entre o Brasil e a Metrópole?

De diversas fontes, sabemos que o corso e a pirataria eram actividades quase tão antigas como a própria navegação nestas águas atlânticas e que eram praticadas, em particular por indivíduos do Norte da Europa ou por muçulmanos a Oeste do Estreito de Gibraltar. Naturalmente com o crescimento das navegações ibéricas atlânticas, estas acções de rapina tiveram um subsequente incremento, em particular no tocante à captura de pessoas, no mar ou em terra, acabando por se tornar quase no modo de subsistência das populações africanas ribeirinhas (DOMINGUES; MATOS, 2003). Salé terá sido, nos finais do século XVIII e até ao século XIX, a principal cidade do corso do Norte de África, mas, naturalmente, muitas outras cidades ou locais na costa atlântica do Norte de África também serviram de base para estes temíveis assaltantes (MATOS, 2005).

Todas estas ameaças levaram a que fosse necessário manter esquadras de protecção da costa, de forma quase permanente, no seguimento do que já existia, de modo sazonal, desde meados do século XVI. E, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, estas missões obrigavam a uma utilização intensa dos escassos meios navais existentes, não só tinham o objectivo de “correr a costa”, como também de realizar variadas outras missões. Nomeadamente, de escolta de navios comerciais entre os diversos portos da Metrópole, ou com os territórios mais próximos, como era o caso dos arquipélagos Atlânticos, ou de Mazagão, até ao momento em que foi abandonada esta praça. Contudo e, ao contrário do que ocorria até meados do século XVII, face ao amplo período em que chegavam as frotas provenientes do Brasil, estes meios de escolta tiveram que permanecer no mar mesmo nos meses do Inverno (RAMOS, 2019, p. 77), o que por vezes deveria ser muito complicado.

No final do século XVIII e início do século XIX, a complexa situação de Portugal face aos conflitos que grassavam na Europa, levou a um incremento das acções de corso contra navios portugueses. A destacar, no período referido, e para além dos corsários do Norte de África, o aumento de situações envolvendo agora também navios corsários franceses e espanhóis. De acordo com os dados que infelizmente não abrangem todo o período, entre 1795 e 1806, terão ocorrido, pelo menos, ao largo das costas da Metrópole ou dos territórios ultramarinos, cerca de cinquenta deste tipo de acções, mas não apenas contra navios portugueses. Desses, apenas quinze terão envolvido directamente navios da Armada portuguesa - doze contra corsários franceses e três contra corsários de Argel (PEREIRA, 2005, p. 86-87). Nos anos seguintes e, até 1823, o número de incidentes com navios corsários foi ligeiramente inferior, mas há a destacar o surgimento de navios corsários

americanos, normalmente em situações contra navios britânicos (PEREIRA, 2005, p. 78-79).

Toda esta situação de insegurança no mar, mesmo tendo em conta que a Armada portuguesa se encontrava num novo máximo em termos do número de meios disponíveis, mostra bem que, mesmo assim, os meios que a Armada portuguesa dispunha não eram os suficientes para responder a todas as solicitações. Possivelmente por esta razão, nestes últimos anos do século XVIII, a Coroa armou e deu cartas de corso a mercadores para que, pelo menos, estes preparassem doze navios civis nesta actividade (PEREIRA, 2005, p. 76-77). No entanto, estes navios, muitos deles de armadores da cidade do Porto, para além das acções de corso, podiam manter o comércio como principal ocupação, em especial na rota com os portos do Brasil (FERREIRA, 2005).

3 A MARINHA NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII

A Marinha portuguesa após 1640 não é, normalmente, alvo do interesse dos investigadores, por ser considerado um período de decadência da mesma. Tradicionalmente, e para além do episódio da Batalha de Matapão, os investigadores só voltam a concentrar a sua investigação nos cinquenta anos que se seguiram ao terramoto de 1755, altura em que se inicia a recuperação da Armada portuguesa. Esta ocorre, principalmente, em grande parte devido às diversas medidas tomadas por Pombal, apesar do novo Arsenal de Marinha apenas se encontrar em condições de retomar a construção em 1759. E, como esperável, a construção do novo dique em pedra aumentou, substancialmente, a capacidade de apoio e manutenção do novo Arsenal. Adicionalmente, vários construtores navais portugueses começaram, nesta altura, a exercer a sua actividade nos vários estaleiros reais, na metrópole e nas colônias (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 48).

Importa também realçar duas medidas tomadas anteriormente por Pombal, relativas aos territórios ultramarinos que, embora não afectando directamente a estrutura da Marinha, tiveram nela grande impacto. A primeira e, talvez a que mais impacto irá ter no futuro, foi a separação, inclusivamente em termos militares, da zona de Moçambique da responsabilidade do Vice-rei da Índia e, simultaneamente, de Angola do Brasil, ficando estes territórios sob responsabilidade de Capitães-Gerais próprios (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 37-48). A segunda, possivelmente com o objectivo de apoiar os governadores locais, foi a criação de Intendências de Marinha locais, com funções que abrangiam a área militar e mercante, para além dos arsenais (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 54).

De forma complementar, importa também referir a profunda reorganização da Marinha efectuada por iniciativa de Martinho e Melo e Castro (1770-1795) e continuada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1803) que consolidou esse crescimento da Marinha na época. Por exemplo, na remodelação de 1796 foi criado

o Conselho do Almirantado, presidido pelo já então Ministro da Marinha, que passou a assumir a chefia da parte logístico-administrativa da Marinha (Arsenal e Armazéns) e da Armada (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 52-53). E, paralelamente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, procedeu também à modernização de diversas infraestruturas da Marinha de que destacaremos a criação do Arsenal da Marinha, em substituição dos estaleiros da Ribeira das Naus, incluindo a modernização do seu dique; a criação ou modernização dos Arsenais de Goa, Baía e Rio de Janeiro, entre outros. Estas alterações, que podem ser consideradas o “canto do cisne” da Marinha de Guerra Portuguesa, pois dotou-a com uma capacidade interessante para intervir no jogo da política internacional (CRUZ, 2011, p. 22-23).

Contudo, importa mencionar que estas remodelações abrangem outras áreas, como a formação do oficialato. Efectivamente e, à semelhança do que ocorria em muitas outras Marinhas europeias, até meados do século XVIII não havia formação específica dos homens que desempenhavam funções de chefia a bordo dos navios da Armada. A maioria dos oficiais provinha da nobreza e, muitos deles, inclusivamente, pertenciam ao Exército (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 56). A necessidade de a Armada possuir oficiais com formação específica na área leva à criação da Companhia de Guardas-Marinhas e da respectiva Academia Real, ainda no reinado de D. Maria I.

Adicionalmente e, para colmatar as novas necessidades em termos de pessoal e aproveitando os laços que uniam as duas Coroas, diversos oficiais britânicos optaram por prestar serviço na Armada lusitana, pois tinham melhores oportunidades para serem promovidos (LEIGHT, 1996, p. 34-35). Esta necessidade extra de oficiais para a Armada prende-se não só com o aumento de meios navais que ocorre neste último quartel do século XVIII, assim como, da passagem à situação de reforma de mais de três dezenas de oficiais generais e superiores da Armada na época (SILVA, 2020, p. 118-119).

Todas as medidas referidas ajudaram ao renascer da Marinha e, podemos afirmar que entre 1790 e 1800 Portugal tinha cerca de 10 naus e 15 fragatas, com navios a serem construídos em Lisboa, mas também na Índia e no Brasil, utilizando a excelente qualidade das madeiras exóticas dessas zonas (CRUZ JÚNIOR, 2003, p. 77-82).

4 OPERAÇÕES NAVAIS NO ATLÂNTICO SUL

No Atlântico Sul, à semelhança do que ocorreu com os espanhóis no resto da América do Sul e Central, Portugal apenas teve de defrontar no mar os adversários provenientes da Europa. No entanto, a posição geográfica das terras brasileiras, na rota de regresso dos navios que vinham do Oriente, tornam como prioridade a expulsão dos neerlandeses das terras brasileiras e de Angola, logo durante o período das guerras da Restauração. Após reconhecida a nova dinastia de Bragança

em terras brasileiras, houve sempre dois pontos de fricção principais com os seus vizinhos: um a Norte, com os franceses e outro a Sul com os espanhóis.

A Norte, nos finais do século XVII, o perigo era devido aos avanços dos franceses em direcção à foz do rio Amazonas. A paz entre as duas coroas, apesar das dificuldades geográficas da zona e da falta crónica de meios humanos, apenas chegou através de um conjunto de tratados estabelecidos e ratificados entre 1697 e 1701. No entanto, os limites não eram do agrado dos franceses e com a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) o conflito reacendeu-se, só terminando com a paz de Utrecht, que confirmou as fronteiras propostas por Portugal (COSTA, 2014, p. 220).

Após um período de acalmia de quase 80 anos, a possibilidade de Portugal expandir o seu território no Norte do Brasil à custa dos territórios franceses na Guiana, em especial a ilha de Caiena, voltou a ser considerada, pelo menos desde 1796. No entanto, apenas com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, que colocou a Coroa definitivamente ao lado de Inglaterra, é que este assunto é considerado de forma mais séria, possivelmente por influência inglesa. Se inicialmente o objectivo era apenas a “reivindicação dos antigos limites e a repulsa em caso de provocação”, a declaração de guerra de Portugal a França, alterou o objectivo inicial, passando a “fazer toda a hostilidade aos franceses que lhe seja possível”. Adicionalmente, importava evitar que este território fosse utilizado como base de corsários contra a navegação portuguesa.

Possivelmente devido à alteração de objectivos, toda a expedição anglo-portuguesa foi restruturada. Tendo uma força naval largado da foz do rio Oiapoque no dia 15 de dezembro e, a 12 de janeiro de 1809, já tinha conseguido a rendição da guarnição francesa que defendia Caiena, apesar de os atacantes nem sequer terem superioridade em termos de soldados no terreno. O menor número de soldados na força anglo-portuguesa devia-se não só ao elevado número de doentes, mas, também, aos soldados que tinham deixado anteriormente em vários dos locais capturados. Importa referir que o sucesso desta campanha se deveu principalmente ao oficial britânico que comandava a parte naval da expedição, que demonstrou sempre grande iniciativa e espírito ofensivo. A forma como actuou, inclusivamente, embarcando nas embarcações menores para poder acompanhar os ataques, foi disso exemplo. Cabe realçar que os ataques não foram efectuados apenas com soldados, mas, também, com elementos das próprias guarnições dos navios, muito ao espírito das acções britânicas nesta época. Em termos de navios, apenas há a registar a captura de um pequeno navio que trazia escravos para a colónia francesa (LEIVAS; GOYCOCHÉA, 1979. p. 384-411).

A Sul, a fundação da Nova Colónia do Sacramento, na margem Norte do rio da Prata em 1680, situada exactamente na margem oposta a Buenos Aires, permitiu um incremento das relações comerciais, em especial o contrabando, entre o Rio de Janeiro e o território interior do rio da Prata. Deste modo, os comerciantes portugueses passaram a dispor de um acesso facilitado ao comércio interior que

vinha desde o Perú, mas, também, ao gado que abundava na região mais vizinha. Estas ligações impulsionaram a importância desta cidade portuguesa, no contexto territorial brasileiro, mas, também, à criação de vários núcleos populacionais portugueses ao longo da costa, com o objectivo de proteger esta actividade mercantil. Naturalmente que esta situação abriu um foco de tensão e de conflitos entre as duas Coroas Ibéricas e que vai marcar as relações entre as duas até à década de 70 do século XVIII (COSTA *et al.*, 2014, p. 225).

Simultaneamente, o aumento da importância da cidade do Rio de Janeiro face a todo este comércio que vinha dos territórios espanhóis, juntamente com a descoberta do ouro no interior do Brasil, levaram à cobiça desta cidade por parte de outras nações europeias, nomeadamente da França. Nesse sentido, corsários franceses, naturalmente com o apoio do monarca francês, lançam dois fortes ataques à cidade brasileira, nos anos de 1710 e 1711, em que apenas o segundo obtém o sucesso eventualmente esperado.

Entretanto, os conflitos em torno da Colónia de Sacramento mantiveram-se mesmo após o fim da Guerra de Sucessão de Espanha, e da assinatura do tratado de “Paz e amizade entre Portugal e Espanha” (de 6 de fevereiro de 1715), assinado após o Tratado de Utrecht. Para apoiar a defesa deste disputado local, os portugueses reforçaram o povoamento e fortificaram vários locais ao longo da costa para Sul do Rio de Janeiro, incluindo a ilha de Santa Catarina. Locais esses que vieram a desempenhar um importante papel na defesa da Colónia e a consolidação da fronteira Sul do Brasil.

Apesar de várias tentativas diplomáticas, incluindo os Tratados de Paris (1737) e o Tratado de Madrid (1750) assinados entre as duas nações ibéricas, em que este último previa uma nova definição das fronteiras, substituindo o Tratado de Tordesilhas, a tensão manteve-se na zona, incluindo nos povos locais, por influência dos Jesuítas (COSTA *et al.*, 2014, p.309-315).

No decorrer da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), e por oposição da parte do Marquês de Pombal e do próprio monarca espanhol, em 1761 é anulado o Tratado de Madrid (1750), no tocante à demarcação dos territórios na fronteira Sul do Brasil. Esta situação fez reacender os ataques à Colónia do Sacramento e, em 1762, surge a notícia que os franceses tencionavam enviar uma forte armada para capturar São Salvador da Baía. Escusado será dizer que este plano acabou por nunca se concretizar, até porque a paz chegou no ano seguinte (COSTA *et al.*, 2014, p. 272). A situação de conflito entre portugueses e espanhóis só se resolveu em 1778, já com a presença de uma forte esquadra de 13 navios portugueses na zona, com assinatura em outubro de 1777, já por D. Maria I, do Tratado de Santo Ildefonso (COSTA *et al.*, 2014, p. 274-275). Apesar do papel importante dos meios navais em todos estes eventos, pois a única via para fazer chegar meios humanos e matérias era o mar, não chegaram a ocorrer grandes eventos navais na zona em disputa.

Após a abdicação do monarca espanhol a favor do irmão de Napoleão, D.

Carlota Joaquina, que era mulher do Príncipe Regente D. João e filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII de Espanha, enviou, logo em 1808, um manifesto aos espanhóis da América, propondo que fosse considerada a legitima herdeira desses territórios, face à sua família se encontrar nas “mãos de Napoleão”. Este repto é rejeitado, mas esta disputa de soberania, juntamente com todos os sentimentos e pensamentos liberais que já proliferavam, vai levar ao desmembramento da América espanhola.

Entretanto, Portugal, aproveitando-se desta situação caótica que grassava na zona, enviou para o Sul do Brasil a força militar que estava prevista ser enviada para combater Napoleão em Waterloo, mas que não chegou a largar a tempo de participar na célebre batalha que derrotou, de vez, o Imperador francês. Oficialmente, esta expedição tinha como objectivo combater a rebelião que ali alastrava, devolvendo depois o território à Espanha. Na realidade, era muito provável que Portugal esperava recapturar e ficar na posse do território, de uma vez para todas.

Assim, em fevereiro de 1816, larga de Lisboa para o Brasil uma esquadra de dez navios, levando a bordo a “Divisão de Voluntários del-Rei” sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor. Para o transporte e apoio nas operações, seguiu uma força naval portuguesa, composta pelas duas fragatas, uma charrua, três brigues, para além de vários transportes. Já em águas brasileiras, esta força foi reforçada em junho, com três naus, uma fragata, quatro brigues, mais alguns navios estrangeiros saídos de Guanabara. Esta força conjunta portuguesa, tinha como missão “ocupar a Praça de Montevidéu” e o território na “aquérm do Uruguai”, de modo a garantir a segurança das fronteiras com o Brasil. Os meios navais foram fundamentais no transporte das forças portuguesas, inclusivamente nas operações muito junto à costa ou nas águas interiores, mas, também, no apoio logístico que deram às forças terrestres na ocupação do território da Banda Oriental (SOUZA, 1979, p. 464-465 e 472). Foram igualmente importantes para impedir que os espanhóis recebessem reforços por via marítima ou que utilizassem os seus escassos meios navais contra os portugueses, para além de isoladas acções de corso. Escusado será relembrar que também este território acabou por se tornar independente e que não ficou sob controle directo de nenhum país europeu.

5 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1823)

Aproveitando o clima de instabilidade que se vivia na Europa durante as Guerras Napoleónicas, vários territórios espanhóis do continente americano deram início a movimentos “revolucionários” na tentativa de se tornarem independentes. Assim, em 1810 a Argentina declara a independência e, no ano seguinte, o Paraguai corta também os laços com a Espanha. No meio destes movimentos, surge a tentativa de tornar a Colónia de Sacramento, futuro Uruguai, num Estado Federado, ligado à Argentina.

No meio de todos estes movimentos independentistas que estavam a eclodir

no Continente americano, incluindo na América do Norte, não é de estranhar que estas ideias também chegassem ao território brasileiro. Contudo, importa recordar que durante o século XVIII – 1788-1789 e 1798 – já tinham ocorrido algumas tentativas de sedição no Brasil, normalmente ligadas nobreza fundiária (COSTA *et al.*, 2014, p. 244-245). Naturalmente que outros factores, para além dos políticos, também estiveram por detrás destas revoltas, nomeadamente as questões económicas. Neste âmbito, a 6 de março de 1817, rebenta uma revolta no Recife, também conhecida como a “Revolução Pernambucana”, quando o Brigadeiro Barbosa de Castro é assassinado por um dos seus oficiais. Apesar das tentativas de resistir por parte do Governador e dos oficiais de Marinha que estão na cidade, no dia seguinte já toda a cidade está nas mãos dos revoltosos. É então estabelecido um governo provisório local e são enviados emissários a Paraíba, Ceará e Alagoas, na tentativa de obter mais apoios à revolta. Também terá sido enviado um representante aos Estados Unidos para tentar obter apoio desta nova nação à causa pernambucana.

No mar, por razões que se desconhece, os revoltosos permitiram que a maioria dos navios mercantes portugueses, ingleses e franceses fossem autorizados a largar, levando a bordo muitos daqueles queão aderiram à revolta. Os escassos meios foram principalmente utilizados para patrulhar as águas à volta do Recife, mas, também, em tímidas tentativas de conquistar o apoio de outras zonas do Brasil, todas sem sucesso. Entretanto, e mesmo sem instruções superiores, o Governador da Bahia, utilizando navios requisitados, bloqueia de imediato o porto de Recife. No Rio de Janeiro, a chegada do Governador deposto, enviado pelos próprios revoltosos, levou a um aprontamento célere de meios militares com o objectivo da Coroa recuperar rapidamente o controle da situação na cidade revoltosa. A pronta resposta em força, para além da eficácia do bloqueio naval cedo imposto, acabou por levar à rendição dos revoltosos, numa altura em que na cidade a fome já se sentia entre a população civil (PEREIRA, 2005, p. 58-63).

Coincidindo mais ou menos com este movimento de rebelião que está a decorrer no Brasil, em Portugal, ocorre a denominada “revolta maçónica” de 1817, liderada pelo General Gomes Freire de Andrade e que tinha o apoio da burguesia mercante portuguesa. O apoio desta classe social era motivado, principalmente, pela perda da exclusividade do comércio com o Brasil, que representava 56% das receitas das alfandegas de Lisboa.

A esta primeira tentativa de contestação ao regime absolutista, seguiu-se a Revolução Liberal de 1820, que, para além de exigir o retorno imediato de D. João VI a Lisboa vai, também, exigir a restauração da exclusividade do comércio com o Brasil, regressando o Pacto Liberal (GUINOTE, 2000, p. 321-376). Inclusivamente, a Constituição portuguesa de 1822, refere no seu texto “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”.

Como é comumente conhecido, a saída da Corte do Rio de Janeiro em janeiro

de 1822 não foi bem-aceita pelos brasileiros, inclusivamente pelo próprio príncipe D. Pedro, acabando parte das forças militares apoiando a revolução e outra parte mantendo-se fiel a Lisboa. Efectivamente, em fevereiro de 1822, as forças militares no Brasil encontravam-se divididas entre os que apoiavam a revolução e os que se mantinham fiéis a Lisboa. E, no mar, o General Jorge Avillez, Governador das Armas do Rio de Janeiro, que tinha ordens para levar o príncipe de regresso a Lisboa, não consegue fazê-las cumprir e acaba por regressar à Metrópole (PEREIRA, 2005, p. 93).

Entretanto, Lisboa, desconhecendo ainda os acontecimentos que ocorriam do outro lado do Atlântico, decidiu enviar uma expedição reforçar a autoridade da Coroa portuguesa, transportando cerca de mil soldados a bordo. Contudo, a sua chegada ao Rio de Janeiro não surte qualquer efeito nos revoltosos e a 23 de março a esquadra acaba por regressar a Lisboa, sem alcançar qualquer resultado prático.

Após o fracasso desta primeira expedição, é preparada uma nova expedição, sob o comando do Chefe de Divisão João Félix Pereira de Campos, composta por seis transportes e dois navios de escolta. Esta força, transportando 1.500 homens, chega à Bahia no dia 30 de outubro, ainda sem saber que a guerra já tinha começado a 7 de Setembro quando D. Pedro proclama oficialmente a independência do Brasil, com o célebre “Grito do Ipiranga”. Estes soldados vindos de Lisboa, juntaram-se às forças do Governador de Armas, General Madeira de Melo, que continuava leal a Portugal, que começou, de imediato, a preparar-se para o confronto (ESPARTEIRO, 1961, p. 363).

Entretanto, D. Pedro I, sabendo bem da importância das rotas marítimas para a economia brasileira, promulga a 13 de setembro de 1822, o decreto de criação da Marinha Imperial. O núcleo inicial da Marinha desta nova nação era composto pelos navios que se encontravam no Rio de Janeiro, aos quais se juntam alguns adquiridos no estrangeiro. Para comandar esta força D. Pedro I contratou os serviços do escocês Thomas Alexander Cochrane, que já se notabilizara na organização das armadas do Perú e do Chile. Com ele vieram oficiais e marinheiros ingleses, que se juntaram aos oficiais e marinheiros portugueses que tinham aderido à Independência.

Reagindo a estes acontecimentos, a 4 de dezembro, em Lisboa, o ministro da Marinha, Inácio da Costa Quintela, dá ordem ao Major-General da Armada, Marquês de Viana, para fretar os navios necessários para o envio de mais 1.900 soldados para a Bahia, distribuídos por cinco batalhões. Esta força largou de Lisboa a 15 de fevereiro 1823, e chegou à Bahia a 31 de março.

As primeiras escaramuças no mar entre portugueses e brasileiros ocorrem ainda antes do final de 1822, quando navios brasileiros tentam, por várias vezes, furar o bloqueio imposto pelos navios portugueses. E, durante estas operações de bloqueio, dá-se, a 7 de janeiro de 1823, uma tentativa de desembarque de 600 homens portugueses em Itaparica. A operação é um rotundo fracasso, destacando-se, a nível individual, a acção do comandante da força de desembarque, o aspirante Ferreira do Amaral que, com um braço desfeito por um tiro de artilharia, continua a animar os seus homens para continuarem o ataque (ESPARTEIRO, 1961, p. 366).

Cochrane, sabendo que para conseguir derrotar as forças leais a Lisboa era preciso isolá-las, não só por terra mas, também, por mar, faz-se ao mar, apesar de se encontrar em inferioridade numérica, incluindo em número de bocas de fogo. Mostrando um espírito mais agressivo, bem ao estilo de Nelson, o britânico ataca a força portuguesa, e só não tem o sucesso esperado, porque as guarnições portuguesas a bordo dos navios brasileiros, a quem não fora dada hipótese de escolha, recusaram a fazer fogo contra os seus compatriotas. Embora os homens de Cochrane acabem por controlar a situação, este perde a confiança nas suas guarnições e decide retirar antes de ser alcançado pela testa da coluna portuguesa.

Este percalço, leva a força brasileira a afastar-se, acabando por executar um bloqueio à distância, período que é aproveitado para substituir os elementos que se tinham revoltado a bordo. A falta de espírito ofensivo por parte dos portugueses, em particular de Pereira de Campos, impede-o de aproveitar a superioridade naval que possui. Justificando a falta de iniciativa, com o receio de deixar a cidade sem protecção, pelo lado do mar (ESPARTEIRO, 1961, p. 365), deixa a iniciativa toda do lado do seu adversário. A situação de impasse militar, para além das dificuldades que havia em reabastecer a Bahia, pois grande parte dos navios enviados nessa missão são capturados pela força brasileira, levam a um aumento do descontentamento na cidade, cuja maioria já era a favor da independência do Brasil.

Neste ambiente hostil, os portugueses resolvem abandonar definitivamente o novo país e, a 2 de julho, larga da Bahia um comboio heterogéneo de 48 navios mercantes, escoltados por diversos navios de guerra, transportando mais de cinco mil militares e quase novecentos civis, com destino ao reino (ESPARTEIRO, 1979, p.165). Possivelmente por não ter sido declarada oficialmente a paz, as forças de Cochrane vão continuar a fustigar a força portuguesa, logo desde o início da viagem.

Esta actuação agressiva por parte dos navios brasileiros, apenas pode ser explicada como um comportamento para evitar que esta ou outra força portuguesa, voltassem a águas brasileiras, pois, em termos militares, a força portuguesa já não representava uma ameaça. Saturnino Monteiro refere que poderia ser para justificarem os elevados salários que os britânicos receberiam. Na minha opinião, era uma razão muito mais simples, estas acções foram realizadas apenas pelas vantagens monetárias que os ingleses obtinham com a captura de navios. Independentemente da causa, estas acções levam, logo inicialmente, a que dez navios mercantes regressem à Bahia, por razões que desconhecemos. Ataques posteriores, apoiados pelo mau tempo que se fez sentir, muito à semelhança do que as tropas russas fizeram ao exército de Napoleão, permitiram aos brasileiros capturar mais 15 navios mercantes, para além da galera Grão-Pará. A partir de determinado momento, é apenas a fragata Niterói que acompanha o comboio português até a águas portuguesas, apresando mais alguns navios mercantes perto da barra do Tejo (MONTEIRO, 2013, p. 83-84).

Nos anos seguintes e após o abandono das águas sul americanas pelo

grosso dos navios portugueses, Cochrane vai capturando ou destruindo os poucos meios que tinham permanecido nessas águas. Simultaneamente, vai forçando a rendição das cidades que ainda se mantinham fiéis a Lisboa, incluindo a cidade de Montevideu, em novembro de 1823. O estado de guerra entre os dois países só termina a 29 de agosto de 1825, sem que ocorram mais ações navais relevantes, para além de algumas incursões de corsários brasileiros em águas portuguesas (PEREIRA, 2005, p. 101-103).

6 EM JEITO DE CONCLUSÃO

Tendo em consideração a extensão do território, a extensa costa e as dificuldades, na época, das comunicações terrestres com o vastíssimo interior do território brasileiro, facilmente se percebe a importância dos espaços marítimos – o mar, o rio Amazonas e o rio da Prata – e dos meios marítimos na construção do Brasil. Contudo, como habitualmente na História, houve um conjunto de acontecimentos, que num ambiente político, militar e económico propício levaram a 1822.

No meu entender, um dos factores iniciais mais marcantes que vai culminar no processo de independência do Brasil é o facto de Junot, quando entra em Lisboa aos primeiros alvores do dia 30 de novembro, sem conseguir cumprir nenhum dos seus principais objectivos: aprisionar a família real portuguesa ou capturar a esquadra lusitana. Uma Lisboa, onde Junot iça a 13 de dezembro de 1807, no Castelo de S. Jorge, a bandeira tricolor, que se encontrava dividida, assim como o resto do país, entre os apoiantes dos ideais da Revolução Francesa e os absolutistas. E, onde teoricamente, se mantinha o “Antigo Regime”.

No entanto, segundo António Telo, com a ida da corte para o Brasil, o “Antigo regime” perdia o controle da rota Oceânica do Brasil, que era mantida pela Armada, que até tinha alguma importância em termos europeus. Sem meios de financiamento, acabou a Armada também por definhlar, e tornarem-se na ruína do Império e do regime.

Ainda seguindo este autor, e em termos globais, a retirada da corte para o Brasil, assim como a queda da monarquia espanhola, são mais dois momentos que levaram à criação de um novo sistema mundial de hegemonia inglesa. Efectivamente, os 23 anos de guerras contra a França Republicana e a Imperial, acabam por levar ao fim dos impérios americanos dos dois países Ibéricos, assim como também ao fim de vários outros impérios, como foi o caso do holandês, dinamarquês e francês. E, é desta maneira, que a Inglaterra consegue suportar financeiramente e, inclusivamente, custear na quase totalidade, a guerra que se desenrola na Europa continental (TELO, 2005, p. 311-313).

Para Portugal, inclusivamente durante o período que vai até 1815, o poder naval e a posição geográfica do território português desempenharam um papel importantíssimo no nosso posicionamento na Europa e, em especial no Atlântico.

Contudo, esse papel é agora assumido pela Royal Navy. Já o contrário ocorre com o Exército, onde os ingleses investiram fortemente numa nova força militar, fundamental no combate contra os franceses. Exército esse que não só vai crescer em número como também terá uma nova estrutura de comando, que naturalmente está imbuída dos ideais liberais de Inglaterra. Ou seja, o Exército vai ser o pilar da nova realidade que sairá da futura guerra civil (TELO, 2005, p. 300-303). Estão “moldadas” as Forças Armadas portuguesas para o futuro.

De facto, e apesar da permanência em águas brasileiras ter mantido a Esquadra afastada dos grandes eventos que então se verificavam na Europa, em particular na expulsão dos franceses da própria Península Ibérica, os navios portugueses apenas estiveram empenhados em duas campanhas relativamente importantes. A destacar a conquista de Caiena, em 1809, com cerca de uma dezena de navios ligeiros e na ocupação da banda oriental, 1815-16, também com um número semelhante de navios, mas, neste caso, incluindo uma nau e uma fragata. Adicionalmente a estas missões, foram também realizadas outras actividades de rotina, como patrulhas e escoltas locais. E, importa também realçar, que em termos de navios de guerra, os franceses não provocaram perdas significativas, tendo durante este período - 1809 e 1814 - a Marinha perdido apenas em combate três brigues e uma fragata capturada. No entanto, nos anos seguintes à queda de Napoleão, a capacidade naval da Marinha portuguesa até se manteve, ou seja, manteve o número de bocas de fogo. O que reduziu foi a operacionalidade dos navios, possivelmente em face de problemas de manutenção, com a agravante que a idade média dos navios também ter aumentado (SILVA, 2009, p. 61-62).

Para além das mencionadas perdas, importa recordar que adicionalmente, no momento da proclamação da independência do Brasil, em 1822, grande parte das guarnições dos navios da marinha aderiu à causa de D. Pedro, com destaque para os que se encontravam surtos no Rio de Janeiro. Incluindo uma parte significativa dos meios navais remanescentes da Marinha portuguesa¹. Em termos totais, eram cerca de 50% dos meios, menos se considerarmos a sua operacionalidade, pois muitos dos navios já se encontravam, como já referimos anteriormente, em mau estado de aprontamento.

Mas, no âmbito da importância histórica que as invasões francesas têm na História de Portugal, importa olhar para duas questões que consideramos chaves, pois elas vão ser cruciais para o futuro da Marinha portuguesa.

A primeira é a estratégia de intervenção inglesa utilizada neste conflito contra a França, que vai tornar Portugal e a Península Ibérica, o principal Teatro de Operações de Inglaterra. Efectivamente, no início do século XIX, e à semelhança do que ocorreu na Segunda Guerra Mundial no Norte de África, a Grã-Bretanha não

¹ Nos navios menores há algumas discrepâncias entre vários autores, mas não nos parecem significativas.

possuía um exército numeroso. Por esta razão, escolheu colocar um pequeno número de homens num Teatro de Operações periférico e secundário, mas com o qual tinha boas comunicações por mar, enquanto o inimigo tinha péssimas comunicações por terra. Neste cenário, a Inglaterra vai desgastar, durante vários anos, o imenso poder das forças napoleónicas e, simultaneamente, incentivar a resistência europeia à hegemonia continental francesa. Adicionalmente, a derrota da esquadra franco-espanhola em Trafalgar, em 1805, vai garantir que a Inglaterra utilize livremente os portos portugueses para reabastecer as suas forças e dos seus aliados – portugueses e espanhóis. Esses abastecimentos, enviados para o ponto mais afastado da Europa, serviram para armar as forças regulares, como também munir as forças irregulares, que dificultaram, ainda mais, os movimentos por terra dos franceses.

Relativamente à ida para o Brasil da Corte, esta decisão tem gerado grande controvérsia, pois se para uns foi uma “retirada”, segundo outros se tratou de uma “fuga”. A verdade é que foi uma acção nunca antes realizada, ou mesmo depois, pois não foi apenas a família real que seguiu, mas toda uma corte e os principais órgãos centrais de um reino europeu que se mudaram para uma colónia. Esta mudança física permitiu ao país continuar a “funcionar” independentemente, algo que não ocorreu em qualquer das outras nações europeias, incluindo a vizinha Espanha. Noutras épocas, como por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, são vários os monarcas e, por vezes alguns membros do governo europeus, que saem dos seus países para não caírem nas mãos de uma Alemanha Nazi, mas nunca ocorre uma transferência completa da corte e de todas as suas instituições.

Antônio Telo realça em termos comparativos, que apesar de o alvo principal ser Portugal, a entrada das forças francesas no território espanhol levou à captura da família real desse reino, e ao caos e à ruína do país, com o desaparecimento do poder central. Este vazio criou o caos em grande parte do território peninsular. Ou seja, Espanha ficou numa posição ainda pior que Portugal. Contudo, estas mudanças tiveram consequências para Portugal e, naturalmente, para o Brasil, em especial porque prepararam esta colónia para a sua independência em curto prazo. A primeira consequência foi em termos financeiros, com o fim da obrigatoriedade da passagem dos bens por Portugal continental, permitindo, deste modo, a ligação directa entre o Brasil e a Inglaterra. Esta medida vai dar início à “crise financeira” crónica que o país vive desde essa altura, apenas interrompida durante uns breves anos na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, vai ocorrer o declínio definitivo da Marinha portuguesa. Efectivamente, e porque, em termos militares, a Inglaterra não precisava da nossa Marinha, pois a *Royal Navy* dominava os mares, os britânicos vão aumentar a importância, em especial em termos de quantitativos, do Exército português, pois apenas este é necessário para a sua estratégia contra Napoleão. Assim, a Inglaterra vai pagar e sustentar o Exército, enquanto a Marinha vai degradando-se, com raras exceções, no Brasil (TELO, 2005, p. 310-311).

REFERÊNCIAS

COSTA, João Paulo Oliveira e et al. *História da expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.

CRUZ JÚNIOR, A. *O Mundo Marítimo Português na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha, 2002.

CRUZ, Miguel Dantas da. *A neutralidade portuguesa na Europa da Revolução (1792-1807)*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.

DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (org.). *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Academia de Marinha, 2003.

ESPARTEIRO, António Marques. Actas do Conselho de Comandantes da Esquadra da Baía (1822-1823). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, out. / dez. 1961.

FERREIRA, Sérgio. O corso na segunda metade do século XVIII: reflexos de um cartório notarial portuense. *Revista História da Faculdade de Letras*, Porto, série 3, v. 6, p. 237-268, 2005.

FONSECA, Quirino da. *Os portugueses no mar*. Lisboa: Imp. Tipografia do Comércio, 1926. v. 1.

GODOY, José Eduardo de (org.). *Naus no Brasil Colônia*. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

GUEDES, Max Justo. Segurança da navegação nos séculos XVI-XVIII: navios artilhados, frotas e comboios. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979. v. 2, t. 2.

GUINOTE, Paulo. Guerra, Diplomacia e Comércio. Os efeitos da Independência do Brasil no Trato Luso-Brasileiro. *Actas do X Colóquio de História Militar*. Lisboa: CPHM, 2000.

LEIGHT, Kenneth. Britain and the Portuguese Navy. *The British Historical Society of Portugal*. Lisbon, 1996.

LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Albuquerque de Castilhos. A conquista de Caiena. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979. v. 2, t. 2, p. 384-411.

LOPES, Antônio et al. As frotas do Brasil no Atlântico de final do Antigo Regime.

Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: CHAM, 2005.

MATOS, Jorge Semedo de. *Corso e Poder Naval nas relações entre Portugal e o Norte de África no século XVIII.* Lisboa: Academia de Marinha, 2005.

MONTEIRO, Saturnino. *Portuguese Sea battles (1808-1974)*, v. 8, Lisboa: M.R. Artes Gráficas Lda, 2013.

PEREIRA, José Rodrigues. *Campanhas Navais. 1793-1807.* Lisboa: Tribuna da História, 2005. v. 1.

RAMOS, César Augusto Ornellas. *Arribadas: contrabando, cultura marítima e cotidiano da navegação na capitaina do Rio de Janeiro (1618-1762).* 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Nuno Valdez dos. *Apontamentos para a história da Marinha Portuguesa.* v. II, Lisboa, Academia de Marinha, 2003.

SILVA, Jorge Moreira. A esquadra do Mediterrâneo (1798-1800). *Boletim da Comissão Portuguesa de História Militar*, n. 6, p. 118-119, 2020.

SILVA, Jorge Moreira. *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851).* 2009. Dissertação (Mestrado em História Marítima) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

SOUZA, José António Soares de. Ocupação da Banda Oriental. In: *História Naval Brasileira.* Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1979.v. 2, t. 2.

TELO, António José. A Península nas guerras globais de 1792-1815. In: *Actas do Congresso Guerra Peninsular. Novas interpretações*, Lisboa: Tribuna da História, 2005.

TELO, António José. A transferência da capital e da Corte para o Brasil (1807-808). In: LIGHT, Kenneth et al., *A transferência da capital e da corte para o Brasil, 1807-1808*, Lisboa: Tribuna da História, 2007.

REFLEXÕES SOBRE O DESTINO BRASÍLICO NO PENSAMENTO FUNDADOR DE JOSÉ

BONIFÁCIO

Ronaldo Gomes Carmona*

1 INTRODUÇÃO

A comemoração dos 200 anos da Independência nacional é uma oportunidade sem igual para revisitá-lo, observando nossa longa trajetória cujas raízes, como veremos neste trabalho, são bem mais remotas. Esta revisitação ao passado, contudo, mais sentido fará se servir ao futuro. Noutras palavras, devemos observar nossa trajetória em suas origens mais remotas, não apenas com sentido tão somente historiográfico, mas, sobretudo, como parte de uma reflexão político-estratégica sobre os grandes desafios nacionais contemporâneos.

Em especial, revisitá-lo as ideias de José Bonifácio é falar de um gigante. O Professor Delgado de Carvalho, geógrafo e geopolítico, mestre da Professora Teresinha de Castro – que nos antecede na geopolítica contemporânea nesta Escola Superior de Guerra –, em um prefácio ao livro de autoria desta célebre *esguiana* intitulado *José Bonifácio e a Unidade Nacional*, define que “a figura de José Bonifácio tem uma dupla significação: é um homem de nosso tempo que surgiu com um século e meio de antecedência” (CARVALHO, 1984, p. 3).

O presente ensaio /artigo se constitui de três partes. Na primeira parte, trataremos das raízes profundas de nossa Questão Nacional: a trajetória da concepção quanto a nosso destino, nosso grande desafio nacional contemporâneo, de tornar-se o V Império, como a seu tempo falou o Padre Antônio Vieira (2007, p. 105). Numa segunda parte, demonstraremos uma ideia-força: que a realização do projeto nacional proposto por José Bonifácio abreviaria no tempo nosso destino. O faremos a partir da contribuição do Patriarca em cinco grandes temas. Por fim, uma terceira parte tratará do significado das reflexões sobre o bicentenário no Brasil, neste ano de 2022, tendo em vista nosso futuro.

2 A TRAJETÓRIA REMOTA DE UM DESTINO: o V Império

Hodiernamente, como uma das cinco “grandes massas territoriais autônomas” do mundo (CARMONA, 2021), país continente – legado direto da colonização portuguesa –, um dos “*monsters countries*” na expressão do geopolítico americano George Kennan, o Brasil precisa recobrar a *consciência de sua grandeza*, que está intimamente associada a suas potencialidades de futuro.

Primeiramente, cabe dizer que a grandeza do Brasil parte de uma *decisão de*

* É Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). É professor concursado de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Estudos de Guerra (GPEG). Também coordena o Núcleo de Defesa e Segurança Internacional do CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Foi chefe da Assessoria Espacial de Planejamento (ASPLAN) do Ministério da Defesa.

Estado dos portugueses ainda no século XV, de expandir-se ao mundo, tendo em vista sua localização geográfica, na extremidade da península europeia, visando, por um lado, acessar as riquezas do Oriente contornando o bloqueio mouro e, por outro lado, no seu sentido anímico, em expandir a fé cristã ao mundo. Com isso surge a chamada *Escola de Sagres*, não propriamente um espaço físico, mas um sistema multidisciplinar, que, congregando conhecimento científico, resultou num feito tecnológico e logístico à época que atualmente poderia ser comparável ao que representa os desafios, no setor espacial, a uma missão ao planeta Marte ou algo semelhante.

As particularidades das correntes marítimas do Atlântico Sul, em especial, agregavam desafios ao feito de transpor o Atlântico Sul com vistas a atingir o Oceano Índico. Assim, a necessidade de uma “volta larga” – isto é, um desvio numa rota em linha reta, que contornasse as dificuldades da Oceanografia –, visando atingir o Cabo da Boa Esperança, e então se deparar com o Índico, nos conta a historiografia consolidada, fez com que as Caravelas aportassem no litoral da Bahia – embora existam interpretações quanto ao conhecimento prévio do território brasileiro por parte dos portugueses, antes da “chegada oficial”, a 22 de abril de 1500, sobretudo em função dos indícios relacionados às negociações do Tratado de Tordesilhas, anos antes.

Cabe destacar que a conquista dos mares pelos portugueses está na gênese da inauguração do sétimo internacional moderno, isto é, da superação dos sistemas regionais que então caracterizavam o mundo, sem relação maior entre eles, para efetivamente realizar uma primeira globalização de fato.

Estabelecida a colonização do Brasil, colocaram-se imensas dificuldades para um pequeno país, com escassos recursos e população, expandir-se, povoar e governar o gigantesco território sul-americano. Mas desde logo, como se verá desde a carta de Pero Vaz de Caminha, as imensas potencialidades percebidas nas novas terras começaram por povoar o imaginário luso: *A visão do paraíso*, tomando emprestado título de livro de Sérgio Buarque de Holanda (1956).

Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, em obra de referência sobre a história da ideia sobre nossa grandeza, intitulada *A Utopia do Poderoso Império* (1994):

A imagem de um Estado de dimensões continentais, possuidor de natureza exuberante, rios caudalosos, terra fértil, riquíssimo subsolo – condições pronunciadoras de fabulosas fortunas e, por consequência, de um radioso futuro – passou a ser continuamente referida nos discursos políticos e, por consequência, propalada com entusiasmo esperançoso pelo homem comum. Daí a analogia ao “Paraíso Terreal”, a formulação da utopia do “Quinto Império do Mundo” sediado na América portuguesa, o projeto do “poderoso Império” elaborado pelos ilustrados do século XVIII, que acreditavam na viabilidade da

construção de um Estado atlântico apoiado nas potencialidades do Novo Mundo, ou ainda, a crença permanente no venturoso destino do Brasil. (VIANNA LYRA, 1994, p. 22).

2.1 O Imaginário de Império

É nos momentos de dificuldades, e mesmo de crise profunda, que os grandes se agigantam e não apenas pensam em sua superação, como vislumbram o futuro grandioso, buscando um caminho para ele. Assim foi Fichte (2012), por exemplo, ao formular as bases do pensamento nacional alemão com Berlim ocupada pelas tropas napoleônicas, em seus célebres *Discursos à Nação Alemã*, de 1807 (FICHTE, 2012).

Antes, também o Padre Antônio Vieira, com Portugal ocupado pela Espanha, visando ministrar *combustível anímico para a guerra de restauração*, anteviu o grande papel do Império Luso-Brasílico. Dizia ele sobre o épico feito português do desdobramento de seu pequeno reino por todos os quadrantes do globo terrestre:

[...] portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares, e novas terras, e destes a conhecer o mundo ao mesmo mundo [...]. Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que haveis de ser. (*apud* VIANNA LYRA, 1994, p. 121).

Conhecer o mundo ao mesmo mundo refere-se a mencionada inauguração do sistema internacional e da globalização a qual mencionamos anteriormente. Portanto, diante da grandeza do realizado, haveis de ser o Quinto Império, preconizou Vieira, que em sua célebre *História do futuro de Portugal*, dividida em sete passos (ou sete livros, como eram chamados á época):

No primeiro se mostra que há de haver no mundo um novo império; no segundo, que império há de ser; no terceiro, suas grandezas, e felicidades; no quarto, os meios por que se há de introduzir; no quinto em que terra; no sexto, em que tempo; no sétimo em que pessoa. Estas sete causas são as que há de examinar, resolver e provar a nova história, que escrevemos, do Quinto Império do Mundo. (VIANNA VIEIRA *apud* LYRA, 1994, p. 121).

Em seguida, numa outra expressiva referência, já no reinado de João V (1707-1750), o ministro D. Luís da Cunha, um dos grandes diplomatas da história portuguesa, constatando a debilidade momentânea, mas, certamente, também estrutural do Reino luso, questionava: “O que é

Portugal? ” Respondendo, com ceticismo, não passa de “uma orelha de terra” cuja sobrevência dependia “totalmente das riquezas do Brasil”. E aconcelhava, por ser “mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja”, a transferência do rei para o Brasil para que “nele tomasse o título de Imperador do Ocidente” (*sic*). Trata-se, pois, de uma das primeiras, e talvez das mais expressivas, interpretações baseadas na ideia de que Portugal somente *se realizaria* no vasto e rico Brasil.

De fato, em 1762, chegou a ser preparada uma esquadra para transportar o rei D. José I – sucessor de João V –, ao Brasil, diante da iminente invasão hispano-francesa do território português. Pensou-se à época inclusive a troca do território europeu de Portugal pela parte meridional das colônias espanholas das Américas, onde o rei “poderia ser grão senhor e sem os riscos de cá [...] e onde mais dias menos dias, seria maior que no canto da Lusitânia” (*apud* VIANNA LYRA, p. 108), diz ele em referência a geografia portuguesa.

2.2 A transferência das cortes

A efetiva transferência das Cortes ao Brasil só ocorreria em 1808, sendo concebida e executada por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, ministro de Dom João VI e tendo o Marquês de Pombal como seu padrinho de batismo, filho de mãe brasleira e expoente do reformismo ilustrado português. Observe-se que seu pai governara Angola e Moçambique, chegando a conceber a ideia de um “Brasil africano” através da junção das duas colônias no que mais tarde, já no século XIX, seria conhecido como *Mapa Cor de Rosa*.

Mas para Dom Rodrigo, “Portugal reduzido a si só seria dentro de um breve período uma província da Espanha” (RODRIGO *apud* VIANNA LYRA, 1994, p. 67). Desde então e até hoje, os riscos de Portugal ser abraçado por uma civilização maior que a sua, no contexto da península ibérica, é parte das contradições nacionais portuguesas. Depois, mas recentemente, já no século XX, o grande patriota português Fernando Pessoa propunha “alargar o conceito de Império”. Dizia ele:

Nesse sentido enumerava o que entendia como os quatro impérios anteriores, cada um dos quais construindo uma nova síntese que ampliava as sínteses anteriores: o grego (como síntese dos impérios pré-culturais, o romano (como síntese da cultura grega fundida à dos povos formadores de nossa civilização), o cristão (como síntese das culturas anteriores e associada aos elementos orientais, o inglês (como difusor da cultura dos três anteriores)”, constituindo ele próprio “uma nova espécie de síntese). (*apud* VIANNA LYRA, 1994, p. 124).

Em seguida, profetizava a criação de um “Quinto Império, que necessariamente fundirá esses quatro impérios com tudo quanto esteja fora deles, formando, pois, o primeiro império verdadeiramente mundial, ou universal” (*apud* VIANNA LYRA, 1994, p. 124).

O Brasil expressa essa nova síntese do mundo que falou Pessoa. Povo-novo – expressão de Darcy Ribeiro (1972) –, que se constituiu a partir do amálgama de três vertentes originárias – o próprio português, o negro escravo e o índio que aqui habitava originalmente –, agregando depois novas correntes migratórias que para aqui vieram, fazem do país um projeto a realizar-se de mundialidade, de uma nacionalidade brasílica que liderando o destino do mundo, poderá nos levar ao lugar-comum de toda a espécie humana.

3 A REALIZAÇÃO DO PROJETO NACIONAL DE JOSÉ BONIFÁCIO ABREVIARIA NO TEMPO NOSSO DESTINO

É nesse contexto do *imaginário de Império* que introduziremos, nesta seção, a contribuição de José Bonifácio de Andrada e Silva. Como dito, tivéssemos dado cabo, como veremos, aos fundamentos de projeto nacional, nosso destino de Quinto Império certamente seria abreviado no tempo.

Não pretendemos aqui, por limitações de espaço e de escopo, realizar uma revisão da rica trajetória biográfica do Patriarca, que nascido em Santos, construiria profícua carreira de cientista em Portugal, com desdobramentos noutras partes da Europa, retornando ao Brasil já homem maduro, para contribuir com a grandeza de sua pátria mãe.

Cabe, portanto, este brevíssimo destaque sobre a vida de José Bonifácio. Primeiro, do prestigiado cientista que foi, pela influência, em sua personalidade, do iluminismo, da causa das ciências, do desejo de saber, da rejeição a escolástica e ao dogmatismo. Nesta chave, comprehende-se a influência da figura do Marquês de Pombal (1699-1782), modernizador de Portugal, e de seu discípulo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma espécie de primeiro-ministro de Dom João VI, com quem o Patriarca estabeleceu laços políticos sólidos desde Portugal.

O segundo fator biográfico a ser situado é a breve, mas intensa vida política de José Bonifácio, que vai entre junho de 1821 e novembro de 1823, já no Brasil. No período, torna-se Ministro do Reino e dos Estrangeiros – equivalente a uma espécie de coordenação de governo e à Chancelaria –, e ato contínuo à Independência, na nova nomenclatura, como Ministro do Império e Negócios Estrangeiros – deixando assim de ser ministro “do reino” para ser ministro “do Império”.

Homem forte da transição, e logo do novo governo brasileiro, agora autônomo e dono do seu destino, ao longo de dezoito meses, arquitetou e dirigiu, como ator principal, a estratégia da Independência proclamada a 7 de setembro de 1822. Sua função se estenderia até julho de 1823, quando é destituído e assume sua cadeira

de deputado à Assembleia Geral Constituinte até ser exilado em novembro de 1823. Dito isso, a seguir, concentrar-nos-emos em sintetizar seu ousado projeto político reformista.

3.1 A contribuição de José Bonifácio

Antecedendo a sua condição de ministro do Reino, ao chegar ao Brasil, ainda em São Paulo, em sua primeira contribuição, no governo paulista, redige documento denominado *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para seus deputados* – um verdadeiro programa de emancipação nacional – na forma de orientação aos parlamentares que compareceriam às Cortes de Lisboa. Neste documento, e depois em outros que viria a redigir, encontramos o *projeto andradino da revolução brasílica*, uma proposta idealizadora da organização nacional, como afirmou Gilberto Freyre (1972, p. 11).

Busquemos agora interpretar estas contribuições fundadoras, sintetizando-a em cinco grandes temas:

- A unidade e a indivisibilidade do território nacional;
- A coesão dos brasileiros e a formação da identidade nacional;
- A defesa da industrialização;
- A visão sobre o território e a integração nacional;
- A contribuição geopolítica de José Bonifácio: visão sobre território e integração nacional e no estabelecimento da Doutrina Andrada quanto à política exterior

3.1.1 A unidade e a indivisibilidade do território nacional

José Bonifácio comungava, em princípio, da ideia de constituição de um vasto Império luso-brasileiro com sede no Brasil. Do ponto de vista geopolítico e geoestratégico não haverá como discordar, uma vez que, por um lado, pela identidade nacional comum original, e por outro lado pela vantagem de uma Nação localizada em dois continentes e dois hemisférios, ganhando em escala e profundidade. Contudo, à época, a solução intermediária, diante da consumação da invasão francesa de Portugal, foi a transferência da Corte para o Rio, em 1808.

Com o deslocamento de D. João VI para o Brasil, o país avançara em múltiplos aspectos na sua autonomia, seja administrativa, seja no plano econômico (por exemplo, pela Abertura dos Portos) ou mesmo cultural (pelo fortalecimento, dada as novas condições, das aspirações nativistas). Desde 1815, o Brasil já passara a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, numa equivalência do status jurídico para com a antiga metrópole. Assim, “não se desliga de Portugal, mas a ele se nivelia” (DIÉGUES, 2004, p. 26).

A partir da Revolução do Porto de 1820, entretanto, ocorre a exigência do

retorno imediato de D. João VI a Lisboa – efetivada no ano seguinte –, recrudescendo pressões recolonialistas de Portugal sobre o Brasil (COSTA, 1998, p. 66-67).

A autonomia brasileira, como aponta Costa (1998, p. 67), “evidentemente divergia dos objetivos dos revolucionários portugueses, desejosos de anular as medidas liberais que, permitindo ao estrangeiro o acesso direto às mercadorias brasileiras, prejudicam os comerciantes e produtores portugueses”. A escalada das diferenças entre portugueses e brasileiros, portanto, põe em xeque a ideia do Império luso-brasileiro com sede no Brasil.

A demonstração, tendo em vista estas circunstâncias neocolonialistas vindas de Portugal, de que José Bonifácio já assume o ministério do Reino planejando a Independência, pode ser exemplificada com uma de suas primeiras atitudes, ainda em fevereiro de 1822, ao convocar um *Conselho de Procuradores das Províncias*, embrião de uma Constituinte – esta seria convocada meses depois, em 3 de junho de 1822, antes da própria proclamação formal de Independência.

O debate mais importante, para a realização desta transição da condição de Reino Unido para a condição de Independência, seria sobre qual o melhor sistema político a adotar: se uma República, como era a tendência nas colônias que iam se tornando independentes nas Américas ou se a manutenção do regime monárquico.

Como lembra Dolmikoff (1996, p.136),

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela busca, não só no Brasil como também na Europa, de um regime que se colocasse a meio caminho entre despotismo e democracia. [...] A monarquia constitucional, adotada na França em 1814, tornou-se o principal modelo daqueles que desejavam evitar tanto os excessos despóticos à *Ancien Régime* como os perigos das revoluções ou da ‘anarquia democrática’. Consoante com essa tendência, Bonifácio foi ardoroso defensor da monarquia constitucional”.

Nas palavras de José Bonifácio, em fins de 1823, sua defesa da Monarquia – constitucional, reitere-se –, derivava de sua visão de que se tratava do “único sistema que poderia ainda conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas”. Para ele, “sem a Monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta, não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional” (DIÉGUES, 2004, p. 250-251).

Operou-se assim uma transição na superestrutura política que não geraria ruptura com o Estado aqui implementado – especialmente desde 1808 –, mas sua *autonomização* na forma de um novo Estado nacional a partir de 7 de setembro de 1822. Para isso, até mesmo um ramo da dinastia Bragança foi cooptado para a realização deste movimento de transição. Afinal, para José Bonifácio, o modelo republicano ameaçaria a frágil coesão nacional, sobretudo no que diz respeito ao

território. Observando a experiência da América espanhola, não será difícil dar razão ao Patriarca, ressaltando o êxito da monarquia brasileira como instrumento de preservação da unidade do território nacional.

Pode-se derivar da lógica de José Bonifácio, a ideia de que, sob um regime republicano, a Independência poderia levar a tendências territoriais centrífugas. Afinal, de fato, era o Brasil “dividido em províncias distantes, isoladas, com costumes e pretensões diversas, uma população heterogênea e dispersa” (1998, p. 87).

A unidade territorial, contudo, ainda sofreria várias contestações, ao longo de todo o século XIX, que seriam defrontadas com energia pelo Império, em especial pela figura maior de Caxias. A propósito, seria na atual cidade de Caxias, no Maranhão – assim denominada pela exitosa ação de Caxias contra a revolta da Balaiada –, onde logo após a Independência, forças portuguesas ligadas às cortes se defrontariam com elementos de extração popular, num grande feito épico de nosso povo que será conhecida como *Batalha do Jenipapo* travada em Campo Maior, no Piauí, e que em março de 2023 completará seu bicentenário.

3.1.2 A coesão dos brasileiros e a formação da identidade nacional

Questão basilar, pressuposto para a *definitiva Independência*, era, para o Patriarca, o problema de avançar na coesão dos brasileiros, na constituição de uma identidade que permitisse a união nacional em torno de interesses civilizatórios comuns.

A heterogeneidade do povo brasileiro em suas origens era fonte central de preocupação de José Bonifácio quando da Independência nacional: cindido em agrupamentos étnicos conflitados, estava o Brasil irremediavelmente ameaçado de ter o mesmo destino da América espanhola, isto é, a fragmentação territorial e populacional.

José Bonifácio via que “a escravidão era uma ameaça a segurança nacional, pois enfraquecia o poder nacional” (2006, p.19). Não por acaso, nos citados *Apontamentos*, ele se insurge contra a escravidão, que, aliás, seria depois uma das causas de sua deposição do governo e posteriormente de seu exílio interno na Ilha de Paquetá.

A preocupação original de José Bonifácio é tema absolutamente presente nos dias atuais. Afinal, o problema da existência de minorias étnicas, não integradas à maioria nacional, é atualmente um grande fator de vulnerabilidade geopolítica de países como Estados Unidos, China, Índia ou Rússia. No caso brasileiro contemporâneo, a constante manipulação do fator indígena por interesses que estão longe de serem humanitários ou ainda a tentativa de reproduzir aqui cópia de outras sociedades exógenas, como a norte-americana, no modelo brancos x pretos, talvez seja uma das grandes fontes de vulnerabilidade para levar a cabo nosso projeto de grandeza nacional.

Deste modo, na transição para a Independência – e logo após, como membro da Constituinte – o Patriarca retoma com força duas das proposições dos *Apontamentos* que calavam fundo no âmago da sociedade brasileira do início do século XIX, e que, aceitas fossem, teriam precipitado avanços que o Brasil só observaria juridicamente no final do século.

O primeiro projeto, denominado de “*Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*”, Bonifácio propunha um conjunto de medidas para a integração dos índios, com seu aldeamento, criação de escolas, etc. O segundo grande projeto – ainda mais radical no contexto de uma sociedade profundamente escravocrata – foi a “*Representação à Assembleia Constituinte sobre a escravatura*”, na qual o Patriarca propunha o fim da escravidão, ainda que, consciente das resistências, o redigiu propondo realizá-la de forma gradual, e assim irreversível. Some-se a isso, a alternativa econômica para a emancipação de índios e negros, para os quais, Bonifácio propunha um programa de distribuição de terras ociosas ou mal aproveitadas. (SILVA, 2006).

Para conformar a identidade nacional, Bonifácio foi buscar analogia na mineralogia, sua especialidade como cientista, propondo “amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”. (SILVA, 2006). Nesse esforço nacional, propunha até mesmo benefício pecuniário para incentivar casamentos mistos.

Ao defender a miscigenação, José Bonifácio foi quase um futurólogo, como denominou Gilberto Freyre (1972, p. 16): “isto numa época em que raros pensadores políticos, na Europa e no próprio Brasil, seriam capazes de conceber como socialmente válido um futuro nacional extraeuropeu que viesse a valorizar de tal modo o elemento não europeu de etnia e de cultura”.

Somente mais de um século depois dos escritos de José Bonifácio, o próprio Gilberto Freyre, com seu magistral trabalho *Casa Grande e Senzala* (1972) – que, aliás, em 2023 cumprirá 90 anos de sua publicação –, enfrentaria, com argumentos sólidos e irrefutáveis, apoiando-se na trajetória da formação social brasileira, a visão negativista sobre nosso povo, por largos anos hegemônica e hoje novamente na moda, sobretudo por influência de teses globalistas.

O Patriarca, visionário defendeu pela primeira vez a ideia de miscigenação numa carta ao Conde de Funchal em 1812. Como observa Weffort (2006b, p. 175), José Bonifácio em muito se antecipou às virtudes da miscigenação, “que, real no Brasil desde o século XVI, só será admitida de modo consistente pelas elites intelectuais no século XX”, como dissemos, a partir da contribuição disruptiva de José Bonifácio.

Admissão parcial, diga-se, ainda neste século XXI, haja vista manifestações racialistas que ainda observamos no Brasil atual, sobretudo num setor adepto de teses pós-modernas e multiculturalistas – uma pregação estimulada por agências

estrangeiras, cientes do dano aos propósitos de união nacional dos brasileiros. Outra face disto é a política de segregação indígena, todavia praticada.

3.1.3 A defesa da industrialização

No projeto nacional *andradino* cabe destacar a busca da *autonomia nacional*, em aspecto absolutamente atual: a defesa da indústria, como caminho para o progresso e o desenvolvimento. Para José Bonifácio, “não se deveria esquecer de ‘fomentar a indústria e as fábricas’ do reino, pois a agricultura por si não basta e ‘sem indústria, sem fábrica e manufatura’ nenhum Estado é rico e independente” (SILVA, 2006, p. 173).

Para ele, ao Estado caberia a tarefa de impulsionar o desenvolvimento econômico: “A nascente indústria mal poderá fazer progressos que são para desejar sem o poderoso auxílio do governo aos empreendedores”. Como medida prática neste sentido, ele chegou mesmo a determinar “preferência nas compras governamentais para produtos nacionais” no intuito de estimular a indústria nacional (SILVA, 2006, p. 267).

Conforme Therezinha de Castro, “guardada as devidas proporções, José Bonifácio foi o precursor da idéia de implementação sistemática da siderurgia no Brasil”. Afinal, ressalta a geopolítica esguiana em José Bonifácio e a Unidade Nacional (1984), que “A ele também devemos a vinda ao Brasil dos pioneiros da indústria de ferro – Gilherme Luiz Eschweg, Guilherme Cristiano Gottheld Felldner e Francisco Adolfo de Varnhagen, pai de nosso historiador, todos de origem alemã, aqui recebido em 1810 pelo Conde de Linhares quando José Bonifácio ainda se encontrava em Portugal.

Depois, em 1820, José Bonifácio seria autor de um trabalho intitulado “Plano para o estabelecimento de uma administração prática de minas e, ao mesmo tempo, de uma Academia Metalúrgica no Brasil”.

3.1.4 A contribuição geopolítica de José Bonifácio: visão sobre território e integração nacional

Destaca-se ainda a *visão geoestratégica aguçada* de José Bonifácio ao defender a construção de “uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou regência”, para que a sede do governo “seja livre de assalto ou qualquer surpresa externa”. Ressalte-se, portanto, que na sua visão, a construção da capital no interior do país devia-se, antes que nada, a uma medida de segurança nacional.

Além de propor a construção de Brasília, Bonifácio defendeu que, a partir da nova capital, “dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil” (2006, p. 99). Em pleno início de século XXI, a integração nacional plena segue inconclusa.

3.1.5 A contribuição geopolítica de José Bonifácio: a doutrina Andrada

José Bonifácio, nosso primeiro chanceler, estabeleceu os grandes princípios de nossa política externa independente. Revisitá-los é de extrema atualidade, uma vez que permite observar princípios e valores mais profundos de nossa orientação diplomática. Com o primeiro chanceler brasileiro, José Bonifácio, verificamos que a ideia da política externa como instrumento de promoção da autonomia nacional e da integração sul-americana é orientação que vem de nossa Independência.

O Patriarca defendia claramente uma confederação com os países hispânicos – propondo concretamente uma instrução neste sentido ao primeiro enviado brasileiro a Buenos Aires, Correa da Câmara. Este foi instruído a expor ao governo de Buenos Aires “as utilidades incalculáveis que podem resultar da realização de uma Confederação ou Tratado ofensivo e defensivo com o Brasil, para se oporem com os outros governos da América espanhola aos cerebrinos manejos da política europeia” (SILVA, 2006, p. 386). Aqui podemos ver as raízes remotas da diretriz constitucional, uma cláusula pétreia de nossa lei maior, no sentido da missão do Brasil em promover uma *comunidade latino-americana de Nações*.

É chave na *visão andradina* a resistência a intentos neocolonialistas – sobretudo tendo em vista movimento daquele período, na Europa, relacionado a conformação da Santa Aliança, voltada a reprimir ensejos autonomistas na periferia. Neste sentido se insere, por exemplo, a proposição de aliança aos Estados Unidos, aliás, nunca respondida por Washington – país, desde sua gênese, pouco interessado em alianças que impliquem preservação de autonomia entre as partes.

Aliás, aqui reside diferença essencial entre duas Doutrinas de política externa surgida mais ou menos no mesmo período: a Monroe e a Andrada. Enquanto a primeira propunha aliança contra os europeus buscando subjugar e submeter os aliados à sua esfera de influência, a *Doutrina Andrada* propunha, essencialmente, uma aliança entre nações soberanas em torno de propósitos comuns. A rigor, trata-se de diferença que persiste até hoje na política exterior brasileira e norte-americana.

Em outras orientações, aparece o ensejo autonomista da *Doutrina Andrada*. Célebre é a orientação de José Bonifácio – um grande princípio de nossa política externa – na qual argumentava que “o Brasil é uma nação e como tal ocupará seu posto, sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais potências. A elas se enviarão agentes diplomáticos ou ministros. As que nos receberem nessa base e nos tratarem de Nação a Nação continuarão sendo admitidas nos nossos portos e favorecidas em seu comércio. As que se neguem serão excluídas dele” (SILVA, 2006, p. 24). José Bonifácio se opôs firmemente aos tratados de comércio firmados com estrangeiros, por considerá-los lesivos ao interesse nacional – certamente observando o desigual Tratado de Methuen, assinado entre Inglaterra e Portugal, em 1703.

A preservação da autonomia nacional, o combate a intentos recolonialistas e o rechaço a tratados assimétricos eram os grandes princípios firmados por Bonifácio para a política externa brasileira. Estas orientações são princípios que permanecem absolutamente atuais para a inserção internacional do Brasil no próximo período histórico.

O retrocesso na abdicação destes princípios, com a destituição de José Bonifácio, foi atestado numa conversa entre dois funcionários ingleses, em fevereiro de 1824, que diziam que “parece claro que a firmeza que prevaleceu durante a administração do Sr. Andrada não foi mantida pelos seus sucessores” (2006, p. 24).

4 CONCLUSÃO: o significado das reflexões sobre o bicentenário no Brasil de 2022

O Bicentenário da Independência brasileira celebrada neste sete de setembro de 2022 representa uma data de grande significado para o país, mesmo se a considerarmos, corretamente como um processo mais largo, como se considerarmos que, em muitos aspectos, sobretudo de avançarmos em nossa autonomia nacional, ela ainda pode ser considerada imcompleta ou inconclusa.

O país, em meio a incertezas ligadas ao calendário político-eleitoral, registre-se, pouco aproveitou a oportunidade para realizar uma reaflexão profunda sobre sua trajetória, tendo em vista seu destino.

Contrariamente ao centenário de 1922, quando eventos como a Semana de Arte Moderna e a insurgência tenentista, dentre outros episódios, marcaram um ambiente efervescente que preparava terreno para a grande epopeia modernizadora e industrialista que se iniciaria anos depois com a Revolução de 1930. Mesmo durante o sesquicentenário, transcorrido em 1972, ainda que sob ambiente em que as fraturas e as fissuras da guerra fria repercutiam intensamente entre nós brasileiros, registraram-se reflexões de maior profundidade que as que ocorreram neste ano de 2022.

Poucas exceções a parte, registra-se o esforço no sentido de realizar, no âmbito da Escola Superior de Guerra – casa destinada a estudar o destino do Brasil -, seminário voltado a refletir sobre a efeméride pátria, da qual esta contribuição é originária.

A escassa e pobre reflexão a respeito dos significados de nosso Bicentenário é ainda mais relevante se analisarmos as consequências dessa insuficiência a luz dos graves prognósticos vindouros quanto a situação internacional nas próximas décadas, e como ela, muto provavelmente, atuará no sentido de criar grandes constrangimentos e restrições ao projeto brasileiro e, sobretudo, ao seu destino, o de ser uma potência mundial de primeira classe. Analisemos esta questão pela esfera psicossocial.

Todo país constitui uma narrativa sobre si próprio e sua trajetória, conformando sua *identidade nacional*. Nossa identidade, baseada na força de uma civilização mestiça surgida nos trópicos, constitui um fator de força de nosso país,

extamente por não se reproduzir aqui conflitos étnicos agudos, que, transformado em confronto entre nacionais por razões raciais, constitui em grave vulnerabilidade nacional de muitos países, inclusive grandes potências.

São conhecidas, por exemplos, frequentes episódios de conflitos raciais no ambiente norte-americano; ou problemas de minorias nacionais que afetam países como a China ou a Índia, dentre outros tantos. No Brasil, embora a existência do racismo seja uma realidade, subsistindo como uma enorme anomalia numa nacionalidade amalgamada e mestiça como a nossa, este não se traduz em conflitos ou confrontações étnicas, a começar pelo fato de compormos uma mesma etnia, a brasileira.

Essa identidade brasílica, porém, encontra-se sob pesada contestação, exatamente por representar a base de nossa *coesão nacional* – um dos três atributos de potência que falava Kyellen, o professor sueco que introduziu o conceito de geopolítica no início do século XX. Sendo o Brasil, por sua dimensão e potencialidade de força, *uma panregião em si mesma*, para usar um conceito de outro grande geopolítico, Karl Haushofer, é natural que no grande jogo de poder em escala mundial seus antagonistas busquem atacar sua coesão. Atacar os fundamentos de nossa identidade é desconstruir o sentido anímico que nos deve mover na construção de nosso projeto nacional.

Neste artigo, buscamos delinear as bases do *pensamento andradino*, vinculando suas teses principais – ligadas a coestão nacional, ao legado territorial e aos princípios de busca de autonomia nacional –, todavia, a questões atuais, tendo em vista os grandes desafios brasileiros contemporâneos: **nosso projeto de potência**. Formulador das bases de um *projeto nacional*, de caráter civilizatório, visando modernizar e avançar na constituição e na realização da Nação, José Bonifácio defrontou-se com enorme *muralha* representada pelo atraso da sociedade brasileira de então, em especial pela chaga do escravismo. A derrota temporária de José Bonifácio representou um *rebaixamento da questão nacional*, que só seria superado com a revolução de 1930.

José Bonifácio de Andrade e Silva, Libertador do Brasil, autor do esboço do primeiro projeto nacional para estruturar um Brasil soberano e autônomo, deve ser símbolo das transformações que o Brasil necessita, da exigência de um novo salto civilizatório.

Afinal, como se perguntava Gilberto Freyre, “que nação moderna pode ufanar-se de ter tido, tanto o Brasil como seu fundador, figura tão completa na sua grandeza?”. “Parece que nenhuma”, responde ele mesmo (1972, p. 24).

REFERÊNCIAS

ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BUARQUE, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1959.

CASTRO, Terezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CARMONA, Ronaldo. Brasil – potência: origens, conceito e atualidade de um destino. *Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 31-38, 2021.

CARMONA, Ronaldo. *Formação social brasileira: uma introdução ao debate: leitura crítica de Casa Grande e Senzala, Raízes do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*. [S. l.]: Mimeo, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à Repúblida: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

DIÉGUES, Fernando. *A revolução brasílica – o projeto político e a estratégica da Independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. O projeto nacional de José Bonifácio. *Revista Novos Estudos*, p. 121-141, nov. 1996.

FREYRE, Gilberto. *A propósito de José Bonifácio*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *O Patriarcha da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva*. [Rio de Janeiro]: Companhia Editora Nacional, 1939. Brasiliana, v. 166.

VIANA LYRA, Maria de Lourdes. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1994.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Obras científicas, políticas e sociais; organização* Edgard de Cerqueira Falcão. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. 3 v.

SOUZA, José Tarquino de. *José Bonifácio 1763 – 1838*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945. Coleção Documentos Brasileiros.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro, ideias e personagens*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

DOIS SÉCULOS DEPOIS, COMO JOSÉ BONIFÁCIO VERIA O BRASIL?

Geraldo Luís Lino*

1 O “INVENTOR” DO BRASIL

Imagine o leitor, por um instante, como o Brasil poderia ter se desenvolvido se os fatos seguintes – ou, pelo menos, alguns deles – tivessem realmente ocorrido, nas décadas de 1820-1830: extinção do tráfico negreiro e abolição da escravatura; mudança na legislação das sesmarias, para permitir a retomada pelo Estado de latifúndios não cultivados e a concessão de pequenos lotes de terras aos negros libertos e a imigrantes (dos quais se esperavam que demonstrassem aos brasileiros que era possível uma agricultura sem mão-de-obra escrava); - um grande programa de instrução pública, com a instalação de “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e freguesias, ginásios e faculdades técnicas em cada província e, pelo menos, uma universidade”; criação de uma Academia de Agricultura.

Ainda outras sugestões, tais como: civilização dos índios, em um empenho permanente de integrá-los à sociedade; transferência da capital, “do Rio de Janeiro para o interior do País, na latitude aproximada de 15 graus Sul, em sítio sadio, ameno, fértil e banhado por algum rio navegável, dela abrindo-se estradas para as diversas províncias e portos marítimos”, dando-lhe o nome “Brasília” (a atual Brasília está situada nas coordenadas 15°47'38"S, 47°52'58"O); criação de um órgão governamental (Direção-Geral de Economia Pública) encarregado de supervisionar e dirigir obras de pontes, estradas, canais, minas e indústrias processadoras de minerais, agricultura, matas e bosques, fábricas e manufaturas; instituição do voto feminino; estabelecimento de uma confederação ou tratado de assistência mútua com os outros governos da América espanhola, contra interferências políticas externas.

Todas essas propostas estavam contidas nos planos formulados por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) para o Brasil, fosse como parte de um Reino Unido com Portugal ou como nação independente, condição que acabou prevalecendo, devido à obtusidade e à intransigência das Cortes Gerais de Lisboa. Para infortúnio da nova nação, precisamente, por conta do seu enorme potencial

* O autor é geólogo, fundador e diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), membro do conselho editorial da Capax Dei Editora. Autor dos livros *A fraude do aquecimento global* (2009, 4^a ed. 2015) e *O homem que inventou o Brasil: um retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva* (2019); coautor de *Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial* (2001, 12^a ed. 2017), *Máfia Verde 2: ambientalismo, novo colonialismo* (2005), *A hora das hidrovias: estradas para o futuro do Brasil* (2008) e *Uma nação desarmada* (2016), todos publicados pela Capax Dei Editora. E-mail: geraldoluislino@gmail.com Este artigo foi organizado a partir dos capítulos 1 e 10 do livro *O homem que inventou o Brasil: um retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva* (LINO, 2019).

de transformação das estruturas arcaicas da sociedade e da economia brasileira, articuladas em torno do tráfico negreiro e do braço escravo, a forte reação das oligarquias dominantes impediu qualquer possibilidade da sua adoção naquele momento histórico, gerando consequências negativas que, em muitos casos, se arrastam até os nossos dias.

Apesar de ter sido o principal mentor do processo político que resultou na separação brasileira de Portugal, o que lhe valeu ainda em vida a alcunha de Patriarca da Independência, José Bonifácio está longe de ser um personagem familiar à maioria dos brasileiros. Em 2006, a revista Época convidou 33 personalidades e seus leitores para eleger “O Maior Brasileiro da História”. Ele recebeu três votos dos notáveis, ficando em terceiro lugar, atrás de Ruy Barbosa e Machado de Assis; porém, foi virtualmente ignorado pelos leitores. (ÉPOCA, 2006, n. 434). Em 2012, na enquete sobre “O Maior Brasileiro de Todos os Tempos” de uma rede de televisão não figurou entre os 100 mais votados, numa lista que incluiu artistas, jogadores de futebol, pastores evangélicos e outros personagens menores (os três primeiros foram o médium Chico Xavier, Santos Dumont e a Princesa Isabel). (2022). Em 2017, a revista Aventuras na História pediu a dez especialistas e aos seus leitores que indicassem os dez nomes mais fundamentais na História do Brasil; coube-lhe o quarto lugar pela votação dos profissionais de História, ficando fora da seleção dos leitores. (DOLHNIKOFF, 1998, p. 1-10)¹.

No entanto, com todos os méritos, ele pode ser considerado o “inventor” da Nação brasileira. Dos principais personagens a quem o Brasil deve a realização e a consolidação da sua Independência – lista que inclui o príncipe regente D. Pedro, a princesa Leopoldina, o eficiente gestor financeiro que foi seu irmão Martim Francisco e o almirante escocês Thomas Cochrane –, era ele quem tinha um projeto elaborado para a nova Nação, o qual, se devidamente implementado, poderia tê-la levado em algumas gerações ao nível das mais avançadas do mundo, o que era a sua intenção e do pequeno grupo de patriotas visionários que o apoiava.

Um dos homens mais preparados do seu tempo, José Bonifácio passou a maior parte da vida na Europa, onde se destacou como cientista à altura dos maiores da época, chefe militar valoroso e respeitado por comandados e superiores, durante as invasões francesas de 1807-1811, e administrador inovador, dinâmico e inconformado com a burocracia e a inércia reinantes em Portugal, onde ocupou numerosos cargos governamentais. De volta ao Brasil, já com 56 anos, não tardou em engajar-se nas lides políticas, no turbulento ambiente gerado pela Revolução Liberal portuguesa de agosto de 1820, que acabaria forçando o retorno de D. João VI a Portugal e, com a insensata insistência das Cortes em devolver o Brasil a uma virtual condição semicolonial, desguaria na Independência brasileira.

1 A lista final foi: Getúlio Vargas, D. Pedro II, D. Pedro I, José Bonifácio, Juscelino Kubitschek, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Oscar Niemeyer, Zumbi dos Palmares e Monteiro Lobato. (DOLHNIKOFF, 1998, p.1-10).

José Bonifácio ocupou o Ministério do Reino e dos Estrangeiros (depois renomeado Ministério do Império e dos Estrangeiros, o que lhe conferia uma combinação de primeiro-ministro e chanceler), durante apenas 18 meses, e foi deputado à Assembleia Constituinte por apenas cinco, antes de o agora imperador D. Pedro fechar o Parlamento e ordenar o exílio do ex-ministro, junto a seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos e alguns amigos e correligionários. Somando-se os sete meses em que ocupou a vice-presidência do governo provisório da província de São Paulo, foram apenas dois anos e meio de uma trajetória política de densidade e relevância singulares na história brasileira. Nem antes nem depois, ninguém mais fez tanto em tão pouco tempo pelo Brasil, e apenas Getúlio Vargas se lhe ombreia na dimensão histórica das suas realizações.

Posteriormente, após o retorno do exílio, ocupou entre 1831 e 1832 uma cadeira na Câmara dos Deputados, onde participou das acirradas discussões sobre o formato institucional da Monarquia brasileira, após a abdicação de D. Pedro I. Na mesma época, foi tutor do futuro imperador D. Pedro II, cargo do qual foi deposto em 1833. Neste período crucial, viu o seu projeto de Nação ser definitivamente rechaçado pelas elites dirigentes do País.

No governo, sua preocupação constante era dotar a Monarquia das condições para funcionar como um “centro de unidade e força” para o País, de modo a evitar o destino das ex-colônias espanholas, fragmentadas em uma multiplicidade de repúblicas instáveis e belicosas. Entretanto, a sua visão mirava muito além no futuro, contemplando a criação de uma Nação baseada na universalização dos direitos civis e políticos a todos os seus habitantes, convertendo-os em cidadãos plenos, com a futura extinção do regime servil e a civilização dos indígenas. Uma Nação em que as raízes étnicas ou a religião não fossem critérios determinantes das capacidades e dos direitos dos homens – objetivo que via facilitado pela intensa miscigenação que já ocorria entre os brasileiros. “Nós não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós: o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do Sol e o de Maomé”, afirmava.

Em sua concepção, “a sociedade civil tem por base primeira a justiça, e, por fim principal, a felicidade dos homens”. Em outras palavras, uma Nação fundamentada sobre o princípio do Bem Comum.

Como afirma Jorge Caldeira, a sua ideia de Nação sustentava-se:

[...] sobre o fato de que as pessoas reunidas no país têm uma missão a realizar – e a identidade com a realização desta missão é o que constitui o sentimento nacional. Isto leva a razão de ser da Nação ao campo da cultura. [...] Por trás de toda a ação política de José Bonifácio, havia uma busca da espécie de cimento que daria sentido à reunião dos brasileiros sob um governo próprio,

da missão cultural que deveria marcar a particularidade deste país que surgia na história da humanidade. (CALDEIRA, 2002).

Em outras palavras, seu objetivo era dar um *sentido de propósito coletivo* aos brasileiros – condição fundamental para a construção de uma Nação engajada em um processo civilizatório, Jorge Caldeira escreveu em 1823, já fora do governo, no jornal *O Tamoio*.

É indispensável para que se organize uma nação homogênea nas terras do Brasil, sem choques de raças, sem opressivas distinções sociais, a transformação do regime de propriedade agrária com a substituição do latifúndio pela subdivisão das terras, de modo a favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, preservação das matas e renovação das florestas, localização adequada das novas vilas e cidades, aproveitamento e distribuição das águas, visando ao interesse coletivo, exploração das minas com critérios técnicos adequados. (CALDEIRA, 2002).

Em retrospecto, parece evidente que, em um País dominado por escravocratas e latifundiários, em que dois terços da população eram escravos, negros forros (libertos), mestiços e índios, e não mais que um em dez adultos sabia ler e escrever, tais ideias não só não encontrassem terreno fértil, mas se chocassem de frente com os defensores do *status quo* e o seu “projeto arcaico”.

2 DOIS SÉCULOS DEPOIS...

Durante toda a sua vida adulta, José Bonifácio teve no centro dos seus esforços e preocupações a necessidade de elevação da atrasada sociedade portuguesa e, depois, da brasileira, aos níveis de progresso já atingidos nos países mais avançados da Europa. Desafortunadamente, para os dois países, o seu empenho e dos poucos que pensavam como ele foi frustrado: em Portugal, pela inércia burocrática da acomodação a uma letargia histórica que já se encaminhava para três séculos; no Brasil escravagista, pelo choque direto com uma estrutura oligárquica para a qual o projeto civilizador representava uma ameaça mortal ao seu modo de vida e à fonte da sua riqueza.

José Honório Rodrigues escreveu:

José Bonifácio, o primeiro Ministro de Estado brasileiro... sabia que naquela hora havia de criar, como criou, muitos inimigos. E mais ainda, porque lutava contra “a ferrugem dos tempos bárbaros”, contra os arcaicos, os retardatários e até defuntos e mortos. Daí sua expulsão violenta do comando do

processo histórico e o atraso brasileiro, substituído o instante de criação pelo instante de retardamento, com o adiamento da solução dos problemas e a sua eterna ressurreição. O pensamento político e social de José Bonifácio, tão atual ainda hoje, não era o dos seus contemporâneos. Sua visão, como a de todo criador, era séria, construtiva e original. (RODRIGUES, 1976, s/p.).

Além de precisa em relação ao papel do Patriarca, mais de meio século depois, a avaliação do grande historiador sobre o processo histórico brasileiro mantém uma amarga vigência. Ainda hoje, parecemos viciados e conformados em postergar indefinidamente o enfrentamento a sério dos grandes problemas estruturais que obstaculizam a decolagem do País rumo a um patamar civilizatório compatível com o atingido pelas nações mais avançadas.

Dois séculos depois da luta frustrada de José Bonifácio e seu pequeno grupo de patriotas, a despeito dos inegáveis avanços conquistados pelo País, alguns números significativos denotam o triunfo geral do “projeto arcaico”, considerando-se o enorme potencial de desenvolvimento subutilizado e desperdiçado.

Em 2021, o Brasil era a 12^a maior economia do mundo, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), tendo caído quatro posições desde 2017. Mas vejamos outros indicadores: 106º entre 216 países, em PIB per capita; 84º entre 189 países, em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 17º pior entre 169 países, em desigualdade socioeconômica medida pelo Coeficiente de Gini (2020); 102º entre 180 países, em disponibilidade de saneamento básico; entre os 79 países e territórios participantes na edição de 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), foi 58º em Leitura, 67º em Ciências e 71º em Matemática.

Estes resultados não são resultantes de uma incapacidade brasileira para o avanço civilizatório (de resto, inexistente em qualquer povo do planeta), mas as consequências deliberadas da perversa equação histórica estabelecida com a derrota do projeto nacional proposto por José Bonifácio e seus aliados: captura do Estado pelas “elites” oligárquicas mais cooptação de setores burocráticos e tecnocráticos com privilégios, igual à exclusão e desigualdades. Ou seja: o Brasil independente foi “projetado” para ser uma fábrica de privilégios para uma reduzida parcela da população e não poderá avançar no processo civilizatório, enquanto tal equação continuar sendo aplicada.

3 CONCLUSÃO

Assim, proponho ao leitor um exercício mental para avaliar o alcance do legado de José Bonifácio e a responsabilidade que transfere aos brasileiros de hoje: imaginar como ele veria o Brasil no ano do bicentenário da Independência. Hoje, o Patriarca, fiel à confiança na capacidade humana para o progresso que

caracterizava os “ilustrados” seus contemporâneos, dificilmente, estranharia os avanços físicos do País: a população 50 vezes maior, a ocupação de todo o território nacional, a nova capital construída em localização próxima da preconizada por ele, a transformação do Cerrado em um celeiro agrícola, as instituições científicas e as indústrias de ponta e muitos outros.

Igualmente, não se surpreenderia com a presciência da sua crucial advertência sobre a escravidão como o principal obstáculo ao processo civilizatório brasileiro. Mas, seguramente, se espantaria ao constatar a sua persistência até quase o final do século XIX e, sem dúvida, se indignaria com a Abolição descuidada e pouco mais que formal, cujos impactos socioeconômicos, políticos e culturais ainda entravam o Brasil na terceira década do século XXI.

Provavelmente, acima de tudo, deploraria que dois séculos não tenham sido suficientes para que a população brasileira completasse a “amalgamação” dos seus diversos elementos étnicos – brancos, mulatos, negros, índios etc. – antevista por ele como a única maneira de “formar uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes”. Ainda antes da Independência, afirmava ser esta a condição para construir a sociedade como “um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao toque de qualquer convulsão política”.

É certo que se frustraria ao ver os brasileiros ferozmente divididos entre linhas de fratura políticas, ideológicas, socioeconômicas, “identitárias” e étnicas, com os múltiplos grupos perseguindo os seus próprios interesses e agendas, incapazes de dialogarem entre si e de encontrar pontos de contato oriundos da noção de pertencimento à Nação como um espaço e uma construção compartilhada.

E, não menos, ao constatar a existência de indígenas ainda não incorporados à cidadania, muitos vivendo ainda como na época da chegada dos portugueses e, pior, submetidos a uma política oficial de segregação apoiada pela corrente principal da ciência antropológica. Decerto, como ilustrado, lamentaria o desperdício que tal segregação representa para o processo civilizatório, repetindo a observação: “Um groenlandês criado por Newton poderá talvez ocupar o seu lugar; e Newton, nascido na Groenlândia, não será senão um homem demais, que pese sobre a superfície da terra”.

Certamente, a tristeza o dominaria ao encontrar o Brasil do século XXI como um dos países mais desiguais do mundo, ignorando o seu alerta de há dois séculos, mais atual do que nunca – “a maior corrupção se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza”.

Uma desagradável surpresa seria o descaso histórico com a educação pública, para ele o mais poderoso instrumento de desenvolvimento humano. Espantar-se-ia ao saber que a universidade proposta por ele levou ainda um século para ser criada, e que o primeiro esforço sério de política educacional veio apenas anos depois, em 1930, com Getúlio Vargas. Indubitavelmente, se horrorizaria com

a existência de um ainda considerável contingente de analfabetos (sem falar no fenômeno do analfabetismo funcional, que afeta mais de um terço dos adultos brasileiros).

Com espanto, constataria o retardamento da industrialização, que ainda em Portugal identificava como o elemento mais dinâmico da economia e, mais ainda, a passividade quase fatalista e inconsequente com que as lideranças brasileiras de hoje assistem à precoce desindustrialização do País.

Outro choque certo viria com a hegemonia do sistema financeiro na formulação das políticas do Estado, em desconsideração total pela sua advertência: “Infeliz o governo cuja administração econômica é seduzida e dominada pelas finanças... Em toda sociedade bem ordenada, arrendar as finanças deveria ser proibido; eles rendeiros [rentistas] influem em tudo, e isto é um meteoro de presságio funesto da queda dos Estados”.

Sem dúvida, estranharia as atuais concepções econômicas que atribuem o progresso à força etérea dos “mercados” e à liberdade dos fluxos financeiros crescentemente desvinculados dos processos econômicos reais, além dos ilusórios conceitos sobre o “Estado mínimo”. E, seguramente, não deixaria de notar a analogia entre a escravidão do seu tempo e o rentismo atual, como obstáculos decisivos ao progresso real do País.

E o que diria sobre a obstinação das elites dirigentes em continuar tratando o País como um mero “balcão de negócios”, sem qualquer inclinação para a implementação de um projeto nacional capaz de projetá-lo no futuro vislumbrado por ele, alinhado entre os grandes do mundo?

Talvez, recordaria o seu otimista discurso de despedida da Academia de Ciências de Lisboa, da qual foi membro destacado, pouco antes de retornar ao Brasil: “Riquíssimo nos três reinos da natureza, com o andar dos tempos nenhum outro país poderá correr parelhas com a nova Lusitânia”.

Para tanto, porém, preconizava que “o interesse dos governantes deve ser o mesmo que o dos governados; e que cumpre fazer causa comum com o patriotismo do povo, e com as ideias sãs dos homens virtuosos e instruídos”. Nada mais distante do cenário brasileiro durante a maior parte desses dois séculos e, em especial, da farsesca “Nova República”.

Como cientista educado na tradição dos grandes naturalistas, José Bonifácio tinha uma visão holística das leis universais e intuía corretamente que elas também se aplicavam ao progresso da humanidade e das nações, ou seja, que este não ocorria ao acaso, mas precisava ser devidamente fomentado. Este papel, afirmava, cabia às elites esclarecidas reunidas na direção do Estado, em seu papel de catalisadoras e agregadoras das capacidades criativas das sociedades. Apesar de formado no Iluminismo, transcendia muitas das limitações deste, em especial, quanto ao entendimento de que o Bem Comum não é um produto automático de uma mera agregação de interesses individuais, como sugerem o individualismo, o utilitarismo

e o liberalismo econômico, marcas iluministas registradas, cujo paroxismo converge na presente crise civilizatória global.

O seu ambicioso projeto nacional para o Brasil frustrou-se, precisamente, porque em lugar das imprescindíveis elites esclarecidas e comprometidas, deparou-se com uma casta oligárquica sequiosa de preservar os “negócios como sempre”, sem qualquer compromisso com a construção de uma Nação sintonizada com a vanguarda do processo civilizatório – maldição que ainda persegue o País, em pleno século XXI.

Um homem do seu tempo, mas com os olhos voltados para o futuro, nutria uma grande desconfiança, tanto pelo povo prejudicado pela ignorância, como pelas elites contemporâneas viciadas na escravidão, ambos afetados pelos nefastos efeitos do regime servil. Não obstante, diante do Brasil de hoje, é possível que considerasse que o povo brasileiro tem correspondido bem mais que as elites dirigentes aos requisitos da vislumbrada “Revolução Brasílica”, como a denominava. E, se pudesse dirigir-nos a palavra, talvez, sugerisse que ousássemos alterar a nossa equação histórica e nos convertêssemos em uma nova elite, empenhando-nos de baixo para cima para resgatar o Estado para a sua função precípua e insubstituível de orientador e catalisador da construção nacional. Quem sabe, dissesse algo como:

Brasileiros! Não esperem mais para construir o País que o Brasil pode e deve ser: uma Nação em que a sociedade se fundamente na justiça e tenha como fim principal a felicidade geral dos seus integrantes. Assumam, pois, o papel e a responsabilidade que as elites têm se recusado a cumprir. Ilustrem-se! Esclareçam-se! Conscientizem-se! E, sobretudo, mobilizem-se! Este é o momento. Se o fizerem, em uma ou duas gerações, poderão levar o Brasil a alinhar-se aos grandes do mundo. Se não, pode ser que o País que herdaram não complete outro século. (LINO, 2019).

As palavras são imaginárias, mas o desafio é real – assim, caro leitor, como a nossa responsabilidade de enfrentá-lo. Portanto, é mais que passada a hora de retomarmos o grande projeto nacional esboçado pelo maior dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes: *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*, São Paulo: Editora 34, 2002.

CARTA de 4 de novembro de 1759 ao Conde de Bobadela. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Marques de Pombal e o Brasil*. São Paulo: C.E.N., 1960.

DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Perfis brasileiros)

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 2005.

ÉPOCA, Rio de Janeiro, Editora O Globo, n. 434, 11 de setembro de 2006.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. (reeditada em 2006).

GOMES, Laurentino. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LINO, Geraldo Luis. *O homem que inventou o Brasil: um retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2019.

O MAIOR brasileiro de todos os tempos: programa de TV. In: WIKIPÉDIA, [S. I.], 2022.

NOGUEIRA, Octaciano (org.). *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973. v. 1 e 2.

RIBEIRO, Darcy. *Os povos-novos e os povos emergentes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1972. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/textos-escolhidos> Acesso em: 6 out. 2022.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975/ 1976. 5. v.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio, 1972. v. 2, t. 1, p.158.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ATUALIDADE DO PROJETO NACIONAL DE JOSÉ BONIFÁCIO

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos*

1 INTRODUÇÃO

As celebrações do Bicentenário da Independência contemplaram o pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, também chamado afetuosamente de Patriarca da Independência, pela sua intensa participação na vida política brasileira junto a D. Pedro e à Família Imperial. A trajetória histórica de José Bonifácio tem sido objeto de muitas narrativas. Todos os que se debruçaram sobre os fatos que marcaram sua formação acadêmica e política foram seduzidos pelo personagem ímpar que escolheu o Brasil para realizar grande projeto da Ilustração, a luta apela liberdade e Independência do país, permitindo que a jovem nação brasileira se libertasse das amarras da Metrópole Portuguesa.

Entre as publicações consultadas, alguns trechos foram destacados como resenha para nortear as discussões sobre a Atualidade do Projeto Nacional, de José Bonifácio. O estudo valioso de autoria de Miriam Dolnikoff – professora da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) – oferece visão ampla sobre José Bonifácio, idealizador das primeiras instituições políticas do país. Traça sua trajetória como cientista, político e militar, além de articulador da política de integração nacional.

Ronaldo Carmona (Escola Superior de Guerra), entre as diversas publicações sobre José Bonifácio, destacou sua grande contribuição sobre a política externa brasileira e o Estado Nacional em seu estudo intitulado Bonifácio, Gênese do Pensamento Nacional. Também assinalou que os estudos científicos e filosóficos, o tornaram grande estrategista político. Tratou também do Projeto Andradino, especificando cuidadosamente as propostas apresentadas.

Nivia Pombo e Marina Monteiro Machado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ) tratam de questões relativas à propriedade e direitos à terra no pensamento de José Bonifácio. As autoras recorrem a dois manuscritos da Coleção José Bonifácio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: O governo deriva da propriedade e Apontamentos sobre as sesmarias do Brasil. Essa documentação, produzida durante o processo de Independência, integra seu programa de reformas para o Brasil naquele contexto.

* Professora Titular em História da América e pesquisadora da UERJ/CNPq. Professora Emérita/ Faperj. Professora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação do Programa em História Política- PPGH/ UERJ. Graduada e Licenciada em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e Faculdade de Educação da UFRJ. Mestre em História das Américas / Universidade Federal Fluminense UFF. Doutora em Filosofia, Pensamento Luso-Brasileiro, / Universidade Gama Filho/UGF. Pós-doutorado pela Universidade de Varsóvia/CESLA (Centro de Estúdios Latinoamericanos).

Refletir sobre a atualidade de um pensador brasileiro do século XIX é uma tarefa gratificante, sobretudo quando se trata de José Bonifácio de Andrada e Silva. Ficou reconhecido como o Patriarca da Independência pelo papel relevante que desempenhou junto à Família Real e que o destacou como um dos principais personagens do processo histórico do país na luta para a construção da nação brasileira.

José Bonifácio de Andrada e Silva tornou-se um idealista que colocou sua liberdade na defesa de projetos políticos que acreditava serem fundamentais para a liberdade e modernização do país. Imaginou e lutou por um ideal de acordo com os modelos iluministas. Foi pressionado pelas forças conservadoras que cercavam o Imperador, bajulando e manobrando para obtenção de cargos, além do controle do poder. Não se deixou abater pela adversidade e se impôs pela argúcia política fundamental nos embates pela independência política do Brasil.

Foi um personagem singular, capaz de produzir grandes paixões e ódios, bem como a hostilidade dos seus desafetos. Sua trajetória política e acadêmica mostrou-se desafiadora, marcada pela pluralidade das atividades realizadas na vida pública. Inquieto por natureza, perpassou pela Europa da Ilustração, pela vida científica e projetou-se politicamente junto à Corte Portuguesa no Brasil.

Não mediou esforços para deter o poder das forças conservadoras portuguesas que entravam a administração imperial. Venceu as intrigas palacianas e aliou-se ao Imperador. Com muita sutileza e acordos políticos pôde realizar a grande aspiração iluminista de apoiar a independência do país. Durante a Regência, penalizado por deslealdades e traições, foi banido da Corte. Apesar dos infortúnios, foi premiado, eternizando-se gloriosamente como um grande personagem da História do Brasil.

2 O PROJETO NACIONAL PROPOSTO POR JOSÉ BONIFÁCIO

O Projeto Nacional recomendado por José Bonifácio em 1823 trazia em seu cerne propostas para mudanças e algumas ideias para o desenvolvimento. Tema estimulante e sempre atual para debate. Para os estudiosos, causa certa melancolia constatar que muitas daquelas questões institucionais não foram resolvidas até hoje, mas emperradas e entravadas por forças políticas de longa duração. Grande parte dos problemas apontados por Bonifácio foi resolvida, mas outros permaneceram intocados e ignorados, persistindo como marca de atraso e retrocesso institucional e inviabilizados pelos setores conservadores que se cristalizaram no poder.

Em sua maioria, analistas assinalam os prejuízos à nação causados pela perpetuação dessas forças econômicas conservadoras que rejeitaram os projetos modernizadores de Bonifácio e demais propostas de mudanças ao longo dos séculos XIX/XX. Nos projetos atuais de governo, traços desse conservadorismo estrutural, ressignificados e perpetuados com perfis modernizados, ressurgem das sombras da história para o cenário político, econômico e social do país.

Vencido pelas forças conservadoras, José Bonifácio retirou-se da vida política para se dedicar aos seus estudos científicos. Acusado de conspiração, transferiu-se para a Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara e faleceu em Niterói em 6 de abril de 1838.

O Projeto Nacional de José Bonifácio, arrojado e impactante, com forte conteúdo liberal, desagradou a Corte e monarquistas. Devido ao caráter humanitário, progressista e modernizador de suas propostas, esse Projeto está sendo objeto de novas abordagens durante as homenagens incluídas nas festividades do Bicentenário da Independência.

A História, tratada em sua contemporaneidade, permite ao estudioso reconstruí-la, oferecendo tratamento ressignificado e a possibilidade de reatualização contextual. Dessa maneira, o Projeto Nacional de desenvolvimento proposto há dois séculos por Bonifácio oferece a oportunidade de revisitar as estruturas dominantes da primeira metade do século XIX e constatar, melancolicamente, como a morosidade das instituições implantadas retardou os avanços institucionais. Os estudos recentes destacam também a concentração do poder dos grupos dominantes desde os primórdios da colonização, perpassando pela construção dos estados nacionais e aprofundado com o neoliberalismo atual.

José Bonifácio de Andrada e Silva é o ícone da Independência. Sua personalidade emblemática, indicada para os festejos do bicentenário da Independência, mereceu destaque entre historiadores que traçaram seu percurso intelectual desde meados no século XVIII. Aspectos significativos da vida acadêmica de Bonifácio como grande pensador e cientista foram destacados por Carmona (2013, p. 196-215), assinalando a participação intelectual dele na Europa. O autor sublinhou a importância de sua atuação como discípulo do Marquês de Pombal. No entanto, foi no governo de D. Pedro que Bonifácio se notabilizou como articulador político, por ocasião da vinda da Corte em 1808, e continuador da modernização iniciada pelo marquês de Pombal.

Apesar dos esforços desses intelectuais, as forças agroexportadoras, dominadas pelos comerciantes locais e ingleses, emperraram os projetos políticos, o desenvolvimento do país e entravam as instituições. O conservadorismo predominou contra as ideias da Ilustração que penetravam timidamente na Corte Portuguesa. Os proprietários territoriais, aliados aos comerciantes portugueses e estrangeiros, se expandiram com a exploração da mão de obra escrava, do comércio escravagista e a caça ao índio, além da exploração do trabalho dos colonos portugueses e demais europeus.

Os contrastes socioeconômicos, de imediato, evidenciaram-se, e essas diferenças e desigualdades surgiram em movimentos rebeldes que desestabilizavam o governo e preocupavam os grupos dominantes. Os intelectuais se manifestavam timidamente através de documentos enviados ao Imperador, mas que esbaravam no poder dos nobres e da burguesia. Esses grupos conservadores pregavam a

estabilidade e alegavam preservar as instituições, incluindo o respeito à religião, à monarquia, aos direitos de propriedade e à hierarquia social. Para esses grupos conservadores, qualquer manifestação social deveria ser reprimida, especialmente os movimentos quilombolas e ataques indígenas. Os colonos deviam se integrar às ordens estabelecidas para melhor expansão dos negócios do reino.

José Bonifácio se insurgiu contra os excessos de poder desses grupos que cercavam o Imperador e apresentou um projeto de modernização e desenvolvimento do reino, de acordo com os ideais dos filósofos da Ilustração, cujas ideias eram fundamentadas na razão e não na emoção. Ele questionava o absolutismo, o que incomodava a nobreza conservadora, e era favorável à limitação de poderes, bem como, contra os privilégios da nobreza e do clero. Defendia a liberdade econômica e mostrava-se simpático à luta da burguesia e seus ideais, além de não apoiar as práticas mercantilistas.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu na cidade de Santos, em São Paulo, em 1763 e faleceu em Niterói em 1838. Sua trajetória, dedicada às ciências e à política, foi marcada por fases distintas e complementares. Homem do século XVIII, educado sob a influência dos filósofos iluministas, tornou-se um renomado mineralogista, dedicado às pesquisas científicas.

Convicto de suas ideias, sua forma de pensar e agir o projetou na vida política em que pode exercitar as várias formas de poder ao lado do imperador D. Pedro I, como ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros entre 1822/23.

Durante sua atuação na regência de D. Pedro de Alcântara destacaram-se as ações militares contra focos de resistência à separação de Portugal, após a proclamação da Independência e a adoção de uma política centralizadora.

Reconhecido pela forte personalidade arrebatadora e compulsiva, após os debates calorosos na Assembléia Constituinte, irritado e contrariado com a posição conservadora de seus irmãos Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, rompeu com eles. Essa atitude radical provocou o descontentamento do Imperador D. Pedro, que vinha recebendo informações negativas dos inimigos políticos de Bonifácio, temerosos de seus projetos e atitudes considerados condescendentes com a sociedade empobrecida e explorada. Em 16 de julho de 1823, o Imperador o demite do Posto de Ministro.

Apesar das perdas políticas, seu temperamento impulsivo não o deixou se abater e Bonifácio passou a atuar na oposição. A Constituinte foi fechada naquele mesmo ano e, em novembro, ele foi banido, exilando-se na França. Após seis anos de exílio retornou ao Brasil e se reconciliou com o Imperador, por quem ainda tinha respeito e amizade. Entre 1831 e 1833 foi indicado tutor de D. Pedro II. Durante a Regência, devido às intrigas palacianas e disputas políticas foi demitido e acusado pelo ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó, por tentativa de levante armado.

Segundo Miriam Dolnikoff (1998), o *Projeto de Nação* coerente e global de Bonifácio:

[...] implicava na implementação de reformas radicais na sociedade escravista. Tentou convencer a elite econômica e política da urgência de reformas que promovessem a homogeneidade cultural, racial e do estudo civil e político da população, a fim de viabilizar a nação e constituir uma identidade nacional. Com ordem interna e desenvolvimento econômico, em benefício da própria elite [...]. (DOLHNIKOFF, 1998, p.1-10).

Prossegue a autora:

[...] formulou um projeto revolucionário para a estruturação do Brasil-nação após o 7 de setembro, indicando mudanças estruturais, bases da civilização brasileira e relacionadas à construção de uma grande nação. [...] (DOLHNIKOFF, 1998, p.1-10).

Nos projetos *Apontamentos* defendeu a igualdade de direitos políticos e civis, fazendo jus à sua formação humanista. Da mesma forma pensou sobre a emancipação gradual dos escravos e na possibilidade de inseri-los na sociedade. A luta contra os interesses dos escravocratas foi grande. Mas encontrou apenas críticos. Sem apoio, suas ideias incomodavam muito as camadas dominantes, sobretudo os escravocratas. Sentindo-se enfraquecido, preferiu dedicar-se aos seus estudos científicos. Da mesma forma, não teve êxito em relação às questões indígenas e à miscigenação. Criticada na época, sua proposta sobre miscigenação retirava a grandeza da natureza indígena, porque embranquecia a raça, segundo seus defensores.

Os itens do Projeto sobre educação foram amplos. O sistema educacional deveria atender a toda a sociedade, assim como a necessidade de se criar uma universidade em São Paulo. Nada passou despercebido de sua visão política e científica. Defendeu o meio ambiente e a preservação das florestas, além da grande preocupação com as propriedades rurais.

Bonifácio teve a oportunidade de exercitar no governo o que aprendera como militar e mostrou-se um exímio estrategista ao elaborar planos para interiorização do país, propondo a construção de uma cidade central para sediar o governo. Tais medidas visavam oferecer garantias de segurança, contra possíveis investidas dos movimentos políticos que pudessem eclodir.

Paralelamente a essas propostas, apresentou medidas para integração do território nacional. Devido às grandes extensões entre as cidades, apresentou sugestões para a construção de estradas a partir da nova capital, bem melhor comunicação interna para escoamento da produção e, consequentemente, maior comércio. Esse estudo, conhecido como Projeto Andradino, previa, além da defesa do território nacional, a formação de “um vasto império luso-brasileiro com sede

no Brasil". Essa questão foi bem analisada por Carmona em Bonifácio, Gênese do Pensamento Nacional, conforme Carmona (2013):

[...] de formulador e operador da estratégia de transição da Colônia para a Independência e por ter formulado um projeto para a estruturação do Estado brasileiro. Pensador e homem de ação, cientista e político, a José Bonifácio coube a responsabilidade principal pela preservação da frágil unidade brasileira naquelas circunstâncias. Como evidenciado, a "revolução brasílica" proposta por Bonifácio constituiu nosso primeiro projeto nacional [...]. (CARMONA, 2013, p. 196-197).

Desde o início de sua atuação política, ao assumir o ministério do Reino, Bonifácio planejou a Independência. Uma de suas primeiras atitudes, ainda em fevereiro de 1822, foi a de criar um Conselho de Procuradores das Províncias, embrião de uma Constituinte, que seria convocada em junho daquele ano.

A reação das Cortes portuguesas em recolonizar o Brasil acelerou a decisão dos patriotas brasileiros, definindo a opção pela independência completa do Brasil. E, nesse caso, precisaria se pensar qual o melhor sistema político para essa fase transitória. A Revolução do Porto de 1820 aumentou as pressões recolonialistas de Portugal e tentativas para acabar com a autonomia brasileira, ameaçando os movimentos a favor da ideia do império luso-brasileiro com sede no Brasil.

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelas discussões filosóficas e políticas, não só na América revolucionária como também na Europa, sobre qual seria o regime mais apropriado para as novas nações ibero-americanas recém-saídas da opressão colonial. Os intelectuais e políticos que influenciaram na formação dos estados nacionais latino-americanos apresentaram propostas que alternavam entre os regimes despóticos e democráticos. Simão Bolívar, por exemplo, na Venezuela, oscilava entre essas propostas. José Bonifácio, no entanto, foi enfático na defesa de uma Monarquia constitucional no Brasil como único sistema que poderia assegurar a união com Portugal.

Uma das mais importantes questões defendidas por ele, relativas à Independência, tratava da coesão dos brasileiros e da confirmação de nossa identidade nacional. A "heterogeneidade" dos brasileiros no início do século XIX era sua grande preocupação, pois o país continuava cindido em agrupamentos étnicos conflitados, ameaçado de ter o mesmo destino da América espanhola, isto é, a fragmentação territorial e populacional.¹ (RODRIGUES, 1982, p.42).

1 Para José Honório Rodrigues (1982:42) a guerra de independência custou ao país milhares de vidas e a transição não foi nada pacífica. Na Guerra da Independência da Bahia as tropas brasileiras atingiram, em abril de 1823, 11.000 homens, dos quais 7.000 sob o comando de Pedro Labatut na Batalha do Pirajá; e, no Maranhão, mais de 8.000 combatentes lutaram pela Independência

Bonifácio acreditava na união dos brasileiros e propunha-se a acabar com os conflitos internos, harmonizar as forças e combater os incitamentos xenofóbicos e preconceitos, devido às grandes diferenças sociais e étnicas. Era importante dar um basta à ideia de que parte dos brasileiros representava um inimigo interno. Também acreditava que combater a escravidão e libertar os escravos acabaria com o fator de divisão dos brasileiros.

Além da escravidão negra, as discussões políticas sobre as questões indígenas instigavam Bonifácio, que as apresentou nos Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil. Foi considerada outra provocação apresentada na Assembleia paulista. Os preconceitos contra os indígenas e as discriminações raciais e sociais impediam que medidas propostas para a sua inclusão fossem aceitas, assim impossibilitavam a integração dos índios, seu aldeamento e criação de escolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre *Atualidade do Projeto Nacional*, de José Bonifácio, são intensas e suscitam novas interpretações e destaque em estudos mais amplos e profundos. Esta singela homenagem, prestada por ocasião das festividades do Bicentenário da Independência, promovidas pela Escola Superior de Guerra, pretendeu relacionar algumas das preocupações do autor com problemas que persistem afligindo a sociedade brasileira. Os projetos de José Bonifácio, assim como sua atuação política no país, foram cruciais para o desenvolvimento da nação que despontava com todo o seu vigor nas primeiras décadas do século XIX.

O projeto, extremamente arrojado para uma sociedade escravocrata, causou grande alvoroço e revolta entre comerciantes e donos de terras. A proposta para acabar com a escravidão foi vital para unir seus desafetos e o espaço da corte tornou-se o lócus das intrigas e perseguições.

Bonifácio prosseguiu com seu projeto de reforma e modernização. Outras propostas provocativas somaram-se à questão da escravidão. Ao mencionar o seu programa de distribuição de terras ociosas ou mal aproveitadas como a alternativa econômica para a emancipação de índios e negros e oferecer melhor condição de vida às camadas mais pobres, sofreu ataques da maior parte da sociedade privilegiada. E, a cada programa oferecido, a oposição se unia para derrubar seus argumentos. O número de inimigos aumentava, assim como a pressão para retirá-lo do poder. Um dos projetos considerados mais amplos foi no sentido de acelerar o povoamento e incrementar o desenvolvimento do país. Bonifácio propôs casamentos inter-raciais. Acreditava que a miscigenação seria uma das soluções para melhor convivência entre os colonos brancos, negros escravos e os diversos grupos indígenas espalhados pelo país.

Além dessas medidas, outras de cunho político foram pensadas, como a união do Brasil recém-independente com as Repúblicas espanholas, que também lutavam pela sua autonomia, além de propor a formação de uma confederação com os países hispânicos.

O conjunto de suas ideias, somando-se à luta pela Independência, autonomia, abolição da escravidão, reforma agrária para minimizar a pobreza, além da educação para todas as camadas populacionais, foi o estopim para a sua derrocada.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Jorge (org.). José Bonifácio de Andrada e Silva. Coleção Formadores do Brasil, São Paulo: 34, 2002.

CARMONA, R. Bonifácio, gênese do pensamento nacional. *Tensões Mundiais*, v. 9, n.16, p. 196-215, 2013.

DOLHNIKOFF, M. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1 ed., 1998.

MACHADO, Marina Monteiro; POMBO, Nívia. Na antecâmara do Império: o direito à terra e o debate sobre a propriedade no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1819-1822). Rio de Janeiro: Tempo, v. 25 (1), p. 26-45, jan-abr 2019.

RODRIGUES, J. H. *História da História do Brasil*. São Paulo: Brasiliiana, 1982. v. 20.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Lembranças e apontamentos do governo provvisorio da provincia de S. Paulo para os seus deputados, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, Principe Regente do Brasil; a instancias dos mesmos senhores deputados (Folheto). Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1821. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03877400>. Acesso em: 4 out. 2017.

A INDEPENDÊNCIA E A NATUREZA DO BRASIL

Edgard Leite Ferreira Neto*

O Brasil já era sociedade formada em finais do século XVIII. Por formada entende-se dotada de um sentido próprio. Três séculos de história estabeleceram relações integradas entre portugueses, índios e africanos que configuraram um caminho específico. Não mais o original desses povos, mas um novo. A mescla contínua entre portugueses (cristãos-novos e velhos), índios e africanos formou um ambiente confuso e conflituoso, mas consistente do ponto de vista de seu sentido.

Tanto é assim que já no século XVII o Padre Antonio Vieira falava da relevância do Brasil no processo maior de conversão dos povos à fé bíblica. Entendia-o como um lugar especial no mundo. O cristianismo atravessava toda a sociedade e englobava homens livres e escravos. Era um cristianismo desafiado continuamente por tradições e crenças de origens diversas, mas que levava aos povos a possibilidade de uma elevação moral e espiritual e uma esperança de redenção.

Que o Brasil existia era claro para Tomás Antônio Gonzaga, no final do século XVIII. Na prisão, acusado de traição à Rainha, ele entendia o país como já tendo uma história:

Eu vejo nas histórias
Rendido Pernambuco aos holandeses;
Eu vejo saqueada
Esta ilustre cidade [Rio, 1711] dos franceses;
Iá se derrama o sangue brasileiro. (GONZAGA, 2016, p.62).

Essa identidade não era apenas regional, portanto, era brasileira, e lusitana. Mas não portuguesa em seu sentido pleno. Lusitana porque era identidade desenvolvida no âmbito mais amplo do Império colonial de Portugal. Mas brasileira porque o sangue brasileiro era diferente do sangue português. Aqui havia cristãos velhos e novos misturados, índios e africanos mesclados. Como diria Ambrósio Brandão, que era judeu, em princípios do século XVII:

[Se juntara a isto] muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele [Brasil], e se liaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre. (BRANDÃO, 2010, p.172).

* Presidente da Academia Brasileira de Filosofia. Professor de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Se Brandão estava sendo irônico ou não, o fato é que afirmava que a mistura era a tônica das relações que aqui se estabeleciam, e, nesse sentido, eram, já, brasileiros. Não mais apenas portugueses, índios ou africanos.

Assim, deve ser anotado que o problema Brasil já se tornara importante para Portugal em meados do século XVIII. O Marquês de Pombal, por exemplo, entendia que a sociedade brasileira estava já em franco desenvolvimento enquanto sociedade com sentido próprio, autônoma, e, por isso, a expulsão da Companhia de Jesus tinha, entre outros objetivos, impedir a perda de controle do país:

[...] procurei aplicar todos quantos meios, a prudência e a moderação podiam sugerir, para que o governo dos regulares da Companhia denominada de Jesus, das províncias deste Reino, e seus domínios, se apartasse do temerário e façanhuso projeto, com que haviam intentado, e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil, com tão violento progresso que, não sendo pronta e eficazmente atalhado, se faria dentro do espaço de dez anos [o Brasil] inacessível e insuperável a todas as forças da Europa unida. (CARTA..., 196, p. 59).

A crença que a Companhia de Jesus isso pretendia talvez fosse exagerada, pois o domínio dos jesuítas sobre a sociedade brasileira não era total e havia muita resistência à sua ascendência política. Mas o fato é que todo o esforço no sentido de ter o controle pleno da sociedade brasileira era decorrência de observações sérias, que viam na potência do Brasil o necessário destino de Portugal. A ideia de transferir a capital do Reino, quer como destino metafísico quer como destino político, era projeto anterior a Pombal.

É necessário anotar também que a identidade brasileira possuía um vetor igualitário muito característico. Na medida em que não se furtavam os portugueses à mistura, e o cristianismo jesuítico procurava dar nobreza aos sentimentos religiosos próprios, como meio de aproximar os povos do sagrado e de Jesus, se configura aos poucos a percepção de que, de alguma maneira, a fé que se conhecia abria para todos a salvação. As inúmeras confrarias e irmandades de escravos e libertos comprovam tal perspectiva.

Deve-se observar que essa perspectiva instalou um horizonte de busca de virtudes, especialmente a prudência, num universo que era desordenado moralmente e, usualmente, predador. Pois na ausência de uma autoridade moral sólida, numa sociedade em construção, onde tudo parecia sem controle, os caminhos da salvação se desenvolviam na busca de valores. Busca cuja paixão era tão intensa quanto o universo de pecados e individualismos dominantes.

Esse paradoxo do Brasil implicava a realidade de uma sociedade predatória, mas também preocupada com os rumos da predação. E, principalmente, muito atormentada com o que seria realmente importante no mundo. Os prazeres e as

dores da vida, por maiores que fossem, não podiam ser igualadas aos prazeres e dores do espírito. Ou se entregavam as pessoas ao mundo ou se entregavam a Deus. Mas seria possível mover-se apenas em função do mundo? O império do desregramento em uma sociedade pecadora tornava tal proposta inviável. Nesse sentido, não parece que o pensamento iluminista tenha exercido, aqui, a sedução que exerceu em outros lugares da América Latina.

A paixão que toma a América hispânica em finais do século XVIII, paixão pelo movimento armado em defesa das liberdades neste mundo, nunca chegou da mesma forma ao Brasil. Na verdade, 1789 [Inconfidência Mineira] e 1798 [Inconfidência Baiana] mostraram que embora algumas pessoas se animassem a seguir o caminho do derramamento de sangue por questões políticas temporais, isso não significava que a sociedade considerasse tal possibilidade. A cautela em matéria de política expressava esse sentimento de que a solução dos pecados (imensos) do Brasil não poderia estar em mais pecados. Mas na busca pacífica da redenção espiritual do ser. Donde o Brasil se configurar tão violento em seus pecados, mas tão pacífico em seus objetivos.

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, insere-se dentro da percepção portuguesa de que o Brasil não era apenas rico, e destino suficiente de um Império, mas também que o povo aqui era leal. Que o cotidiano de predação não transparecia nas concepções de ação política. As insurreições políticas de 1817 e 1824, em Pernambuco, mostraram que havia limites a partir dos quais a sociedade jamais passaria: um deles era o do derramamento infinito de sangue por meras questões do mundo. 1817 e 1824 nunca avançaram para além de um ponto de não retorno.

Mesmo porque, assim o prova a elevação do Brasil a Reino, em 1815, o exercício da lealdade podia ser mais benéfico que o derramamento de sangue. Por ser leal, o Brasil foi emancipado de uma situação de subordinação e erguido a uma posição de igualdade diante do antiquíssimo Portugal. Isso era muito mais que os países de fala hispânica estavam começando a conquistar no continente. Essa realidade deu à Corte de D. João VI a tranquilidade necessária para aqui estar e querer ficar. No entanto, essa prudência brasileira não significava covardia ou distração. Se continha em si essa dificuldade de enveredar pelo mundo dos levantes insanos, tinha a percepção de que aquilo que foi conquistado o foi por mérito e por mérito deveria ser mantido.

Os eventos em Portugal de 1820 foram decisivos para mostrar a todos que o Brasil era, acima de tudo, uma sociedade movida pela sensatez. Os portugueses, já atormentados desde meados do século XVIII por fantasmas iluministas, aceitaram, no natural esvaziamento de suas forças causado pela permanência da Corte no Brasil, um levante liberal. Esse levante, que tanto mal causaria a Portugal, envenenando as consciências e levando a sociedade a uma guerra civil devastadora, foi recebido com cautela no Brasil.

Como bem anota Octávio Tarquinio de Souza, foram os portugueses, aqui instalados, que trouxeram o drama de Portugal para o Brasil e, no *Pronunciamento* do dia 26 de fevereiro de 1821, exigiram que Dom João VI jurasse à constituição a ser elaborada em Lisboa (SOUZA, 1972, p. 158). Antes disso, a tendência do Rei era a de separar o ambiente do Brasil do clima tóxico português, estabelecendo uma comissão que desse conta das necessidades de legislação brasileira, principalmente. A verdade é que o período pombalino, com a reforma da Universidade de Coimbra e outros atos reformadores, criara um ambiente propício a novas ideias. O que estabeleceu um horizonte tumultuado em Portugal.

Sabe-se que D. Pedro, o enigmático príncipe herdeiro do trono do Reino Unido, também estava envolvido com os temas do constitucionalismo pós-Revolução Francesa. Mas a sua posição, nos eventos do dia 26 de fevereiro, mostrou um equilíbrio e uma capacidade de aceitar que era bem típica da política brasileira. Ele negociou para impedir que os militares portugueses dessem o golpe que poderia conflagrar a Corte. A ideia de que o tumulto português estava divorciado da cautela brasileira tornou-se evidente com os meses. O definitivo retorno da Corte a Portugal, por imprudente exigência dos legisladores em Lisboa, acabou dando espaço para que os portugueses, e suas questões, se afastassem do país.

Dissemos posição imprudente de Portugal porque faltou aos políticos portugueses de então o entendimento de que os nobres portugueses tinham, da importância transcendente do Brasil. Viveu-se então uma transferência de autoridade. A casa real tinha saberes acumulados e percepções que tinham sido mais ou menos bem delineadas por gerações. Os legisladores liberais portugueses expressavam setores sociais que estavam fora desse processo de acúmulo de experiências governativas, mas acreditavam que tudo sabiam e tudo podiam fazer. Agiram com relação ao Brasil, desconsiderando aquilo que se sabia desde o século XVII: O futuro de Portugal era o Brasil.

2 A ÍDOLE DO POVO BRASILEIRO

Mas é compreensível que, na era das nacionalidades que se iniciava, fosse demais entender que o bem-estar de uma Nação poderia estar subordinada ao sucesso de outra. Portugal, portanto, sendo nação milenar, tinha toda justificativa para pensar que seria possível afrontar o Brasil. Os brasileiros, evidentemente, com toda sua resiliência, foram capazes de seduzir um homem, e fazer todo o destino de uma nação depender dele. Em grande parte, porque, ao contrário dos portugueses, ainda acreditavam na autoridade real e em sua capacidade extrema de decidir destinos. Por isso D. João VI queria ficar no Brasil, e, por isso, o jovem D. Pedro aqui ficou. Porque o que o Brasil lhe prometia era confiança e liberdade para ação política em interesse de todos.

Podemos assim entender que o Brasil não era um país qualquer, em princípios do século XIX. Ele não evoluíra para uma crítica da realeza, como os vizinhos. Ao contrário, enquanto Portugal criticava o princípio monárquico, o Brasil inclinava-se para entendê-lo como redentor. Mesmo porque estava claro que naquela situação poderia dar-se uma rara oportunidade de alcançar não apenas uma emancipação jurídica, mas a própria autonomia. A maneira como D. Pedro é envolvido pelos políticos brasileiros, a clareza que esses políticos tinham sobre seus próprios objetivos superava em muito a falta de cautela dos portugueses.

São os portugueses, retirando-se do Brasil, que precipitam a nossa independência. A família real e D. Pedro sabiam desse erro. Mas, na crítica geral ao sistema estabelecido, os políticos portugueses foram incapazes de agir de outra maneira. A chegada tardia do arrivismo político revolucionário francês a Portugal gerara essa inconsequência política.

Temos, portanto, em 1822, a realização definitiva do Brasil. A plácida majestade de um país jovem, mas poderoso, deslocou-se estranhamente maduro, diante um Portugal convulsionado, infantil e precipitado. Houve aceitações e uma suave posição de princípio exposta em cada uma das falas que, na nossa política, se voltaram a favor da, porque não, independência do Brasil. Mas que se aproveitaram sutilmente da crise europeia.

Quando falamos que o Brasil tinha, e tem, uma identidade dissidente, estamos falando que essa dissidência é uma diferença, diante dos rumos que a política do Ocidente tomou a partir do século XVIII. Quanto menos sangue derramado, ou menos pecados na política, melhor, pois já os temos muito, pensavam os brasileiros. Quanto mais paciência e cautela, mais sucesso, pois já somos por demais impacientes e incautos na nossa vida individual.

Envolvido pelo Brasil, D. Pedro agiu a seu favor. Não se sabe se entendeu exatamente o Brasil, mas certamente foi seduzido por ele e compreendeu que sua grandeza era incontrolável. Pode-se dizer que os políticos brasileiros o usaram até o momento em que passou a ser desagradável sua insistência em pensar o Brasil em conjunto com Portugal, ou em acreditar que os laços entre os dois países poderiam ainda ser importantes para ele, como governante. O fato de ser um português a governar o Brasil não era em si uma questão, sua insistência em manter a dupla nacionalidade sim.

Tanto que foi em 1831, nove anos depois da independência, num definitivo Pronunciamento militar e civil, que a historiografia do século XIX denominou de “Revolução de 7 de abril de 1831”, que D. Pedro I, forçado à abdicação, retornou à sua terra natal, na qual culminou a revolução do Porto por meio de uma sangrenta guerra civil.

Os brasileiros não devem ter deixado de se assustar com o que ocorreu em Portugal, na guerra entre D. Pedro e D. Miguel, mas certamente se tranquilizaram em ver que o Brasil continuou estável e unido e nenhuma das tentativas revolucionárias que ocorreram no período regencial, ou depois, redundaram em conflito generalizado e nacional. Embora a ação repressiva de Duque de Caxias tivesse sido essencial em inúmeros desses conflitos, o espírito conciliador brasileiro, da qual Caxias foi um portador, aliás, acabou triunfante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos assim concluir que o Brasil era um país que possuía, já em 1822, uma personalidade. Alexis Toqueville escreveu que:

Se nos fosse possível remontar até os elementos das sociedades e examinar os primeiros monumentos de sua história, não duvido de que pudéssemos descobrir aí a causa primeira dos preconceitos, dos hábitos, das paixões dominantes, enfim, de tudo o que compõe o que se chama caráter nacional... Assim se explicaria o destino de certos povos, que uma força desconhecida parece arrastar para um fim que eles mesmos ignoram. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 36).

As origens religiosas da identidade brasileira, centradas na busca da redenção espiritual, e numa sutil crença de que no culto das virtudes se poderia superar o caráter predador da sociedade, engendraram uma sociedade original, centrada na aceitação da realidade do mundo e em numa prudência constante, que sinaliza uma mensagem contínua de paz ao mundo.

Assim, a Independência do Brasil, como em nenhum outro lugar das Américas, expressou, para além de todas as tentativas de ruptura violenta, a existência de um suave e original movimento político, majestoso e sutil. Expressão de uma origem missionária, que tem como maior objetivo redimir o homem e elevar a sociedade brasileira a um patamar maior, mais verdadeiro e sublime. Diante disso D. Pedro se curvou. Tal perspectiva conduz o Brasil para um destino que ignora, mas para o qual vem sendo arrastado sempre. Com a mesma dinâmica que ocorreu em 1822.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes: *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. p. 172.

CARTA de 4 de novembro de 1759 ao Conde de Bobadela. *In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marques de Pombal e o Brasil.* São Paulo, C.E.N., 1960. p.59.

GONZAGA, Tomás Antonio. Lira 64. Ilha das Cobras, 17 de novembro de 1789[?].
In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. v. 9, p. 62.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil: A Vida de D. Pedro I.* Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio, 1972. v. 2, t. 1, p.158.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América.* São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.36

DE SAGRES À INDEPENDÊNCIA

Guilherme Mattos de Abreu*

Para os referenciais de nosso tempo, o hiato que separa o retorno de D. João VI para Lisboa e a Independência pode parecer longo. No entanto, é composto por períodos de extensa calmaria, entremeados por poucas fases de feéricas atividades de ação e reação, uma vez que o ritmo dos eventos era ditado pelas longas travessias oceânicas.

É fato que se há uma característica que chama a atenção no estudo de nossa história, é de como os agentes portugueses, mesmo distantes da pátria e sem orientação superior, tomavam decisões em proveito de Portugal, fundamentados no que entendiam ser o interesse nacional. Tal característica se repete desde a mítica Sagres e está presente na dinâmica dos acontecimentos de 1821 a 1824¹, ainda que, no caso, tenham prevalecido os interesses do Brasil. Mas, como era peculiar à época, de qualquer modo, o ritmo dos acontecimentos seria ditado pelos caprichos de Éolo – o mitológico Deus dos Ventos – e de Poseidon – o Deus dos Mares.

Outra peculiaridade é que não podemos estudar a História do Brasil dissociando-a da dinâmica portuguesa, que se caracterizava por ser pautada por interesses globais. Por exemplo, o combate aos invasores holandeses tem íntima relação com as interações que ocorriam na Europa, onde Portugal se equilibrou na corda bamba, pois, em determinada fase, tinha os batavos como inimigos no Hemisfério Sul, mas mantinha relações com eles no cenário europeu.

Outro bom exemplo são as negociações para o Tratado de Madrid (1750), depois ratificadas pelo de Santo Idelfonso (1777), modificando o estabelecido pelo de Tordesilhas (1949). No caso, Portugal e Espanha reajustavam os limites coloniais, sendo que o primeiro cedeu territórios à segunda na Ásia; e vice-versa na América, fundamentado no *uti possidetis*, o que significou a formalização de significativa expansão territorial da Colônia denominada Brasil.

Mas antes de prosseguir, julgo ser oportuno retroceder alguns séculos e abordar a mítica Escola de Sagres, que compõe o título desta mesa. A Escola, em Sagres, apontam os historiadores, não existiu fisicamente, ao menos como de ordinário percebemos como o que seria uma escola, com um endereço. Deve ser

1 A província Cisplatina seria o último bastião português a render-se aos brasileiros. As tropas portuguesas que ali lutaram fizeram vela para a Europa em 8 de março de 1824, sinalizando efetivamente o fim da Guerra da Independência.

* Contra-Almirante (RM1), Diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra; membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB).

entendida como um atilado sistema de gestão de conhecimentos, que possibilitou aos portugueses conduzirem um dos empreendimentos mais significativos da história da humanidade.

O Professor Luiz Fernando da Silva Pinto, em seu livro Sagres: A Revolução Estratégica, em que, com habilidade, associa o empreendimento português ao faseamento que é aplicado no planejamento estratégico em nossos dias, aponta que existiria em outro local, especulando que a denominação estivesse relacionada ao justificado sigilo adotado por Portugal, em relação às suas iniciativas.

Mas já que falamos em planejamento estratégico, que constitui um dos temas de interesse da Escola Superior de Guerra, podemos imaginar uma intuitiva matriz SWOT² post factum, onde Portugal teria identificado:

Como fatores de fraqueza:

- Pequena população (cerca de um milhão, nos fins do século XV).
- Parcela considerável da população ligada às atividades agrícolas.
- Posição geográfica limitando as interações econômicas por terra com o restante da Europa, as quais tinham que ser feitas via Espanha.

Como fatores de força:

- A disponibilidade de lideranças com visão e capacidade de construir e executar estratégias competentes.
- A capacidade de mobilizar a formação de pessoal apto a tocar empreendimentos, em seus múltiplos componentes.
- A vocação para o comércio e para o mar (Lisboa já era, no século XIV, um porto de escala internacional; e a atividade piscatória também era expressiva).
- A disponibilidade de matérias primas, em particular madeiras.

No início do século XII, o rei D. Afonso III (1248-1279) mandou plantar pinheiros, com o propósito de impedir o avanço de dunas, proteger os terrenos agrícolas e a cidade de Leiria da areia transportada pelo vento. Trata-se do Pinhal do Rei ou Pinhal de Leiria. As madeiras e resinas dos pinheiros teriam amplo uso na construção de embarcações.

Como oportunidade:

- Possibilidade de interceptar, por via marítima, os fluxos comerciais oriundos da Índia e da África na sua raiz ou em pontos focais próximos da origem, eliminando intermediários no processo de comercialização. Isto significava avançar sobre espaços desconhecidos, mas onde não havia concorrência.

² A sigla SWOT, em inglês, significa “strengths” (forças), “weaknesses” (fraquezas), “opportunities” (oportunidades) e “threats” (ameaças).

Como ameaças:

- A vizinha Espanha, cuja relação era frequentemente conflituosa (mas esta ameaça estava semiadormecida, visto que o país tinha a sua atenção voltada a combater e expulsar os mouros – o que somente seria conseguido com a rendição do Emirado de Granada, em 1492).
- Nas regiões oceânicas ao Norte, disputas entre os países do entorno, em função de interesses comerciais.
- No Mar Mediterrâneo, confrontação, também em função de interesses comerciais, mas neste, os fluxos eram controlados por estados ágeis e militarmente fortes. Pirataria ameaçando o tráfego mercante (ainda que alguns portugueses se dedicassem a esta atividade criminosa).

Podemos imaginar que, a partir do século XV, com tais fatores em consideração, ainda que intuitivamente, as lideranças portuguesas conceberiam um planejamento envolvendo acumulação sistemática de conhecimento; redefinindo e desenhando instrumentos para a captura de oportunidades; e reorientando a sua organização para a busca dos resultados desejados.

Os assuntos integrados eram de caráter multidisciplinar, como:

- Astronomia
 - O firmamento no Hemisfério Norte é diferente do que se observa no Sul. No Norte, se utilizava a estrela Polar, da Constelação da Ursa Menor, como referência para a navegação. No Hemisfério Sul, novas estrelas para orientação deveriam ser identificadas.
- Oceanografia
 - Como variação de marés, circulação de correntes e ventos, inclusive sazonais.
- Meteorologia
 - O acúmulo de conhecimentos relacionados à meteorologia era fundamental para estabelecer a melhor época para partida das expedições (vale lembrar que a mesma viagem envolvia navegação extensa por hemisférios diferentes e regiões com perfis climáticos diversos).
- Desenvolvimento tecnológico, como:
 - Na construção naval – aperfeiçoamentos no projeto dos navios, mas também detalhes, como a escolha de madeiras apropriadas, época de corte etc.
 - Aperfeiçoamento de instrumentos de navegação.
 - Tecnologia para a conservação e opções de alimentos.

Fernando de Oliveira, em livro escrito em 1554, abordaria técnicas que contribuem para a melhor conservação de alimentos e indicaria substitutos à dieta

portuguesa (exemplo: o trigo seria substituído pelo arroz, na Índia; e pelo milho e pela mandioca, no Brasil).

- Realização de missões exploratórias bem orientadas, seguidas de análise pós-ação, para registro dos ensinamentos.

- Inteligência e constrainteligência

– D João II, em 1486, enviou agentes (Afonso de Paiva e Pedro de Covilhã) para o Oriente, com o propósito de colherem dados referentes à navegação no Oceano Índico.

– Quanto à constrainteligência, seus agentes alteravam documentação (mapas, por exemplo). O país manteve, no campo externo, mitos e tabus que engessavam a navegação oceânica (mitos e tabus que desconstruía no campo interno).

- Sustentabilidade econômica

– Possibilidade de retorno do investimento para os financiadores, ou seja, o empreendimento era autossustentável.

- Relações internacionais

– Como, alinhar-se com o Vaticano, visto que o apoio da Igreja teria reflexos positivos no mundo cristão da época; adensar a parceria histórica com a Inglaterra.

- Entre outros.

Portugal, em suma, decidiria ousar, abrindo uma nova fronteira para o desenvolvimento estratégico do Ocidente e da história do Mundo. E o Brasil é um desdobramento deste eficaz processo de evolução, fundamentado em uma concepção evolutiva com base na estratégia.

Os mares longínquos eram associados a histórias fantásticas, relacionadas a seres monstruosos que habitavam os oceanos e que destruíam todos aqueles que ousassem entrar em seus domínios. Tais mitos tinham credibilidade junto aos navegadores. Na figura 1, vemos retratada uma peça em cerâmica, de origem portuguesa, existente na reserva técnica do Museu da Escola Naval. Remete a um trecho de *Os Lusíadas*, de Camões, reproduzido na peça retratada. No poema, o terror causado pela figura do Gigante Adamastor, associado aos perigos ao largo do Cabo das Tormentas (ou Cabo da Boa Esperança), não demoveu Vasco da Gama de enfrentá-lo. Os versos do poema épico remetem ao diálogo de Gama com o Gigante Adamastor, ocasião em que este último narra a sua vida: “Mais ia por diante o monstro horrendo / Dizendo nossos fados, quando alçado / Lhe disse eu: - ‘Quem és tu? [...] / [...]’ / ‘Eu sou aquele oculto e grande Cabo / [...] A quem vossa ousadia tanto ofende’.” (Essa cena do Gigante Adamastor personifica o medo e o receio que os navegadores revelavam ao enfrentar o desconhecido.

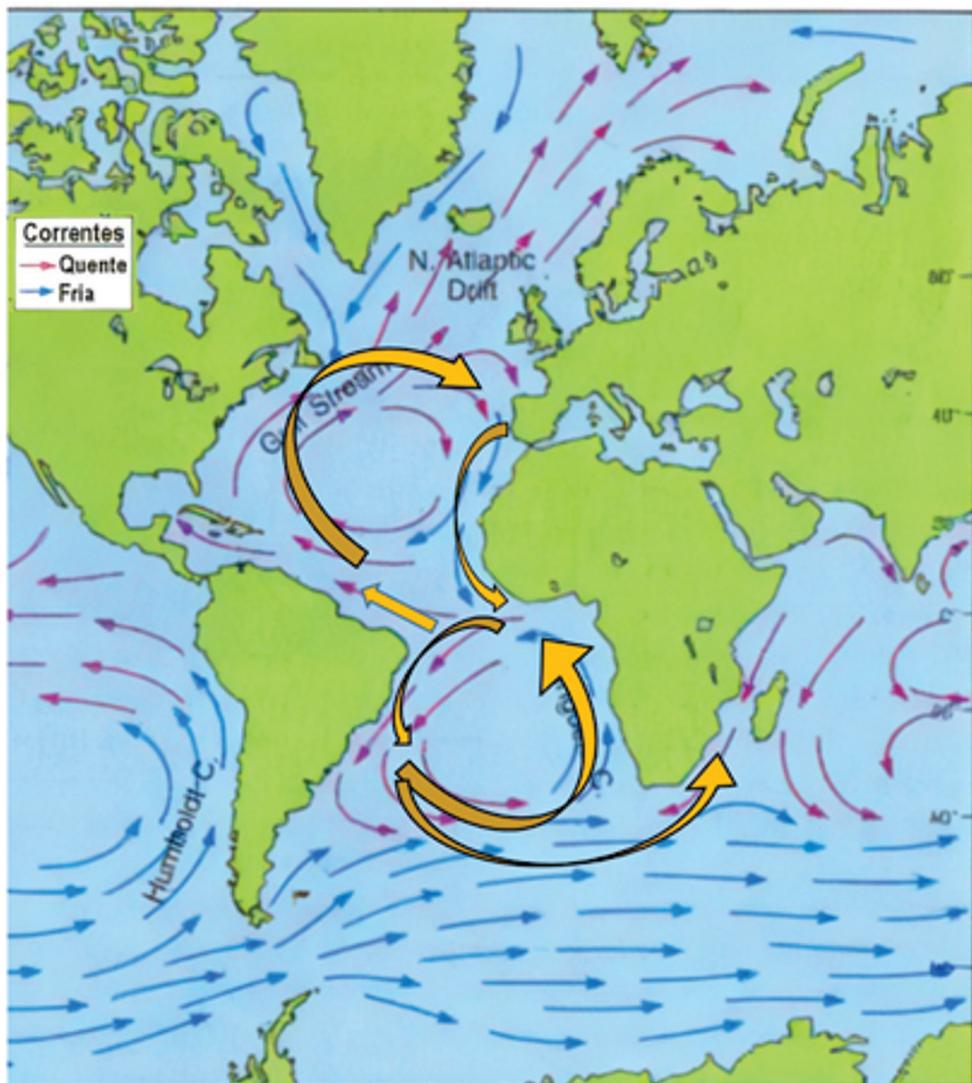
Figura 1- Mitos críveis pelos navegadores: cerâmica ilustrativa de versos de Camões



Fonte: PINHEIRO, Bordalo (escultor) apud MORGADO, 1893.³

3 Peça de autoria de Bordalo Pinheiro (1846-1905). Fabricado na Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, em Caldas da Rainha, Portugal. Segundo inscrição no verso da peça, trata-se de cópia de gravura existente em uma edição de Os Lusíadas, de Morgado de Mathias e Bordalo Pinheiro, 1893. Adamastor era um dos gigantes mitológicos filhos da Terra, que se rebelou contra Júpiter e foi também vencido.

Figura 2: O impacto da circulação dos ventos e correntes na nossa história



Fonte: O AUTOR, 2022 (adaptado).

A circulação de ventos e correntes (estas últimas indicadas na figura 2) teria um profundo impacto em nossa história. Verifica-se que o sentido das correntes é horário no Hemisfério Norte e anti-horário no Hemisfério Sul. Isto fez com que os portugueses ficassem limitados em prosseguir para o sul costeando a África. Conceberam, então, a “volta do mar”, em que o navegador abria para oeste, seguia para o sul, e depois, guinava para leste. Era a rota para se chegar à Ásia, contornando a África.

Para seguir do Rio de Janeiro para Lisboa, se cruzava o oceano, de modo a poder prosseguir para o norte, junto à África, em uma viagem que durava dois meses ou mais. A peculiaridade da circulação oceânica tornou o Rio de Janeiro uma escala para os navios da Carreira da Índia, bem como para os navios que se dirigiam para Buenos Aires.

Os holandeses, atentos para esta circulação, ocupariam Angola, com o propósito de obter um ponto de apoio na África para a sua navegação para a Europa. Iniciada a Insurreição Pernambucana, em 1645, tornou-se oportuno para os portugueses retomar Angola. Salvador Correa de Sá e Benevides, comandando uma expedição que saiu do Rio de Janeiro, a recuperaria para Portugal, em 1648. Do mesmo modo, a Marinha Imperial manteria uma estação naval em Cabinda, Angola, com o propósito de proteger o tráfego mercante, entre 1827 e 1830.

Esta circunstância, a circulação de correntes e ventos, além da longa duração das viagens, teria impacto importante na administração da Colônia e na Guerra da Independência, pois era mais fácil as províncias do Norte e Nordeste se comunicarem com Lisboa, do que com o Rio de Janeiro.

Como é sabido, a primeira década do século XIX seria palco de um evento inédito na história: a migração de um Estado europeu para uma colônia no Continente Americano, com profundos reflexos, tanto para Portugal quanto para o Brasil, além de configurar um logro para as pretensões napoleônicas, no cenário europeu.

Com a Monarquia portuguesa vieram substanciais segmentos da estrutura e do ordenamento estatal português, ainda que fossem criados organismos novos, que respondiam, por exemplo, às necessidades da administração das forças armadas – bastante expandidas se comparado com o aparato de defesa que se observava no período colonial – devendo ser considerado, também, os empreendimentos militares que levaram à ocupação da Guiana Francesa e a ocupação e a incorporação da Banda Oriental do Uruguai (a Província Cisplatina).

Com a queda de Napoleão e o movimento de restauração das monarquias absolutistas como consequência do Congresso de Viena, esperava-se, em Portugal, que D Maria I, o então Príncipe Regente D. João e a Corte retornassem para Lisboa. Entretanto, o Príncipe aspirava permanecer no Rio de Janeiro.

De modo a viabilizar esta situação, não muito tempo após as notícias relacionadas ao Congresso chegarem da Europa, D. João elevou o Brasil a uma condição equivalente à de Portugal, ao formar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 16 de dezembro de 1815.⁴

Para os comerciantes e fazendeiros brasileiros, passou a ocorrer o afrouxamento dos laços coloniais. Entretanto, os portugueses viviam uma situação

4 O Congresso de Viena foi realizado entre 11 de novembro de 1814 e 9 de junho de 1815. Com o falecimento de D Maria I, em 20 de março de 1816, O Príncipe Regente D João assumiria o trono, como D João VI.

diversa, em segundo plano, com o seu território sendo administrado por uma junta sob controle de um militar britânico.

Em agosto de 1820, eclodiu a Revolução Liberal do Porto – movimento que se espalhou por todo o Portugal – tendo como fatos motivadores o “abrasileiramento” da Monarquia portuguesa e a demanda pela flexibilização do absolutismo. A Revolução, cuja gravidade somente se tornaria conhecida no Rio de Janeiro em meados de outubro, fomentou a instalação, em Lisboa, de uma Assembleia Nacional Constituinte, denominada de “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, com o propósito de instaurar uma monarquia constitucional, cujos trabalhos iniciaram-se em 24 de janeiro de 1821.

Ao longo do ano, as Cortes emitiram vários decretos. Em 18 de fevereiro, determinou que o Príncipe D Pedro retornasse à Lisboa, a pretexto de uma viagem de estudos à Espanha, França e Inglaterra, o que não seria obedecido. Por fim, a conjuntura conturbada provocou o retorno de D. João VI, que deixou o Rio de Janeiro em 25 de abril de 1821. Antes de partir, o Rei nomeou D. Pedro, seu primogênito, como Príncipe Regente do Reino do Brasil, pelo Decreto de 22 de abril de 1821. Nas instruções anexas ao decreto, duplicou a estrutura governativa, estabelecendo um gabinete de ministros, que coadjuvaria seu filho no governo do Reino do Brasil. Assim, enquanto os secretários de Estado que compunham a administração do Reino Unido eram transferidos para Portugal, o Rei determinava a manutenção do arcabouço destas secretarias no Rio de Janeiro, nomeando novos titulares para servirem ao Reino do Brasil.

Em 03 de julho de 1821, D João VI chegou a Lisboa. Ali foi confrontado com a oposição dos radicais, contrários ao desembarque de alguns dos seus ministros, que eram denominados brasileiros, juraria a nova Constituição e comprometer-se-ia a governar o país como soberano constitucional. Constrangimentos, que, por certo, chegaram ao conhecimento de seu primogênito, por meio da correspondência trocada com o Príncipe Regente. Por fim, em 4 de novembro de 1821, presidiria a última sessão das Cortes.

O retorno do Rei não foi suficiente para moderar o viés liberal das Cortes – mas isto em Portugal. No que concerne ao Brasil, o discurso liberal não valia, pois havia empenho em se retornar ao quadro de subordinação política e econômica vigente até 1808.

A situação criada, fruto do acirramento das relações entre o Governo português e as Cortes e o estabelecimento de um Governo autônomo no Brasil, geraria uma fratura nos laços coloniais, em pouco mais de um ano.

Em 29 de setembro de 1821, as Cortes decretaram o regresso imediato de D. Pedro a Portugal. Este decreto somente seria dado a conhecer ao Príncipe Regente em 9 de dezembro, com a chegada ao Rio de Janeiro do Brigue Infante D. Sebastião, trazendo a correspondência oficial. O decreto atiçaria as chamas da insubordinação no Reino do Brasil.

Em 9 de janeiro de 1822, que ficou conhecido como o “Dia do Fico”, D. Pedro declarou que permaneceria no Brasil, apesar da determinação das Cortes. Em paralelo, nomeou um novo Gabinete, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendia a emancipação do Brasil sob uma monarquia constitucional.

A reação dos que pretendiam a volta à dependência colonial não tardou. Em 11 de janeiro, o Governador das Armas do Rio de Janeiro, Tenente-General Jorge de Avilez de Sousa Tavares, tentou ocupar com tropa portuguesa o Morro do Castelo, buscando compelir D Pedro a obedecer às Cortes. O Gabinete mobilizou as milícias da cidade, o que causa a retirada das tropas portuguesas para o outro lado da Baía de Guanabara, fixando-se na Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói. D. Pedro, embarcado na Fragata “União”, liderou uma flotilha de canhoneiras, que bloqueou a Praia Grande e intimou o General Avilez a deixar o Brasil.

Em 15 de fevereiro, Avilez e suas tropas retornaram a Portugal em sete navios-transporte, que foram escoltados pelas corvetas “Maria da Glória” e “Liberal”. Dois transportes conseguiram burlar a escolta e demandar Salvador, reforçando a expressiva guarnição fiel às Cortes naquela cidade.

Desconhecendo o que se desenrolava no Rio de Janeiro, mas antevendo a necessidade de impor pela força a autoridade nacional, Lisboa enviou uma expedição com onze navios e tropa embarcada, comandada pelo Chefe de Divisão Maximiliano de Sousa. Mas, ao chegar ao Rio de Janeiro, em 5 de março, encontrou a cidade livre de tropas leais às Cortes portuguesas. Os navios permaneceram fundeados sob a mira da artilharia dos fortões e da fragata “União”, até 23 de março, quando Maximiliano recebeu ordem de regressar a Lisboa. Seguiria desfalcado da fragata “Real Carolina”, requisitada pelo Príncipe Regente; e de cerca de 400 praças, que desembarcaram a convite de D. Pedro e passariam a servir na futura Marinha Imperial.

Neste ponto, é relevante chamar a atenção para a autoridade moral de D Pedro. Minas Gerais chegou a ensaiar submeter-se às Cortes, no primeiro semestre de 1822. D. Pedro foi a Minas, com um pequeno grupo de auxiliares, ou seja, sem tropa, e submeteu a província apenas com a sua presença.

Os acontecimentos dos primeiros meses de 1822 no Reino do Brasil provocariam nova reação das Cortes, que determinou a prisão de José Bonifácio e, mais uma vez, o retorno de D Pedro a Lisboa. Ordens que chegariam ao Rio de Janeiro entre os despachos trazidos pela Corveta portuguesa Três Corações, em 28 de agosto, e alcançariam D Pedro, então em São Paulo, em 07 de setembro. Entretanto, àquela altura, o pomo estava maduro e era hora de colhê-lo, antes que apodrecesse como argumentou a Princesa D. Leopoldina, em carta ao esposo encaminhada com os despachos.

Mas a Independência, neste primeiro momento, ficou limitada ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O restante do país ainda precisava ser conquistado. O risco de fragmentação era grande, particularmente considerando

que, para as províncias do Norte e Nordeste era mais fácil ligar-se a Lisboa do que ao Rio de Janeiro. Ao Sul, na Cisplatina, era forte a presença de forças portuguesas, em função da rivalidade histórica com a Espanha, ainda que a independência da Argentina tivesse ocorrido em 1816.

Assim, em 01 de abril de 1823, a recém-criada Esquadra Imperial, sob o comando do Almirante Thomas Cochrane, parte do Rio de Janeiro para submeter a Bahia e demais províncias do Norte e do Nordeste. Tinha início a Guerra da Independência, que teria como derradeiro episódio a partida das últimas tropas portuguesas da Cisplatina, em 8 de março de 1824.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. *Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

CAMÕES, Luiz de. *Os Lusíadas. Os Lusíadas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CRONOLOGIA Período Joanino: Dom Joao VI e a Biblioteca Nacional: o papel de um legado. Rio de Janeiro: BN, [202-]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/expo/djoaovi/cronologia.html>. Acesso em: 1 dez. 2021.

NO PASSADO 3 de julho de 1821. *Público*, [Lisboa], 3 jul. 2009. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/07/03/jornal/no-passado-3-de-julho-de-1821-17179568>. Acesso em: 1 dez. 2021.

OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra do Mar*. 4. ed. Lisboa: Marinha Portuguesa, 1983.

PINTO, Luiz. *Sagres, a revolução estratégica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SILVA, Carlos André Lopes da. A transmigração da Família Real para o Brasil e a Independência. In: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. p. 72-101

INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: apontamentos iniciais.

Oswaldo Munteal*
Araré Carvalho Júnior**

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma identidade nacional começa com a proclamação da independência em 1822, mas vai ganhar um peso maior na formação da República. Os governantes acreditavam que era necessária a construção de uma identidade nacional, visto que a multicultura, resultado da formação do Brasil era um dos empecilhos para o avanço da nação. Esta primície ganhará mais força no século XX, quando a superação da presença negra e de sua cultura será vista como condição necessária para sobrepujar o atraso econômico e civilizatório do país.

Neste contexto, uma série de teses é levantada na tentativa de se entender o complexo cenário que é criar uma nação a partir da diversidade. A dificuldade de pensar a unidade na diversidade vai ser mais ou menos solucionada com a construção da ideia de mestiçagem positiva, que não supera os problemas concretos como desigualdade e preconceitos.

2 DESENVOLVIMENTO

As revoltas de emancipação do final do século XVII e a crise do sistema colonial foram determinantes para desencadear o processo de proclamação da independência do Brasil. Agora, sem a tutela de Portugal, o país se torna uma nação soberana. Este processo significou mais que a autonomia política e administrativa do Brasil, ele representou a necessidade de romper com o passado colonialista. Romper não apenas nas questões políticas e econômicas, mas, sobretudo, no que tange aos aspectos culturais e intelectuais. Era necessário criar uma nova identidade para que povo se reconhecesse como parte desta nova nação. Neste processo de construção de uma identidade nacional, a proclamação da república reforçou a necessidade da estruturação, ainda que no plano simbólico, de uma unidade nacional.

Como alerta José Murilo de Carvalho (1989), o processo de substituição da monarquia pela república não obteve apoio popular, nem mesmo empolgação na ocasião em que ocorreu. O desejo pela república era um projeto de uma elite agrária

* Professor e coordenador geral do Projeto Estratégico Segurança Pública, Cidadania e Democracia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

** Coordenador acadêmico do Projeto Estratégico Segurança Pública, Cidadania e Democracia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FACERES-SP).

que tentava impor um primeiro processo de industrialização ao país. Neste sentido a gestão republicana do estado brasileiro seria fundamental para a constituição do país idealizado. No entanto, esses anseios não encontraram eco na população de modo geral. Podemos atribuir esse insucesso ao caráter elitista do projeto republicano, este elitismo reverberava na linguagem e nas referências culturais que este grupo defendia como necessários a formação da nova nação.

Nas duas primeiras décadas do governo militar da nova república, há a busca por forjar uma identidade republicana e nacional. Para tanto, recorreu-se a constituição de símbolos (bandeiras, brasões, entre outros), e de heróis da pátria, com a intenção de compor, no imaginário popular, uma série de elementos que unisse o povo em torno de um ideal de país. Essa busca pela coesão nacional por meio de aspectos culturais não é marco exclusivo desse período. Através das décadas, as elites nacionais (governo, burguesia rural e urbana) tentaram, ora como forma de aglutinar povo e território e transformá-lo em nação, ora como forma de superar o atraso econômico estabelecer uma resposta única para a pergunta: “O que é ser brasileiro?”.

Diversos estudiosos já evidenciaram que a cultura popular é fundamental na construção das nacionalidades, principalmente dos Estados que foram constituídos mais recentemente. Como é o caso do Brasil, que decretou sua independência há apenas 200 anos. Muito embora a República e o capitalismo tardio (após o fim da escravidão) tivessem organizado toda estrutura política e legal, vai ser com a constituição de uma cultura nacional que esses valores ganharão corpo.

Por trás da tentativa de universalizar culturalmente o território nacional está o objetivo de legitimar o novo Estado. No caso do Brasil, este problema esbarra em outras questões, como as dimensões territoriais e a multiculturalidade originária da sua formação, vista como um problema no processo de universalização das particularidades.

Esta dificuldade de estabelecer uma identidade nacional vai se arrastar e já no início do século XX, mais uma vez, as elites nacionais vão enfrentar o problema da dissociação da cultura popular da cultura da elite, agora fortemente inspirada na Europa. Esse movimento, que já vinha desde 1871 e vai até a primeira semana de arte moderna de 1922, vai ser denominado de *Belle Époque* brasileira. Esse período vai reforçar a ideia de falta de um projeto de nação já que, mais uma vez, nosso projeto não é uma proposta que respeita as idiossincrasias nacionais, mas que se inspira em nações muito diferentes da nossa. Se antes os republicanos se inspiravam nos Estados Unidos da América, agora a inspiração é a França.

Esta falta de um projeto de nação, e o desejo de ser aquilo que não se é, mostra que o Brasil sofre de um “vício de raciocínio”, como nos dá conta Sérgio Buarque de Holanda (1986) em *Raízes do Brasil*. Para o pensador brasileiro, temos extrema dificuldade de compreensão das nossas reais condições. Para o autor, esse “vício” degenera-se da nossa negação da realidade pelo desencanto e dureza que

ela se apresenta. Neste sentido, a sociedade brasileira desenvolveu uma espécie de síndrome de Madame Bovary e, assim, tal como a personagem flaubertiana, negaria a realidade e se colocaria sempre desejando/sonhando com uma vida idealizada.

Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido uma espécie de bovarismo nacional, grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade a seus efeitos. Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade; o país ia viver finalmente por si, sem precisar exibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade biológica. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros. (HOLANDA, 1986, p.124-125).

Juntam-se a este cenário, novas medidas e leis que vão reforçar a dissociação dos valores do Estado republicano em relação aos das camadas populares. Esta separação foi intensificada por medidas previstas na Constituição que tirava direitos civis de iletrados, condenava expressões artísticas e perseguia as manifestações religiosas de matriz africana, por exemplo.

A falta de tato e de entendimento da cultura popular levou ao cenário de criminalização das manifestações artísticas e culturais não adequadas dentro do projeto de Estado moderno. Com efeito, as manifestações da cultura popular, por vezes, são vistas como perigosas e como ameaça a instituição de um Estado moderno e forte, daí a perseguição policial a manifestações culturais e religiosas:

[...] inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara. (CARVALHO, 1989, p.162).

Este problema vai ganhar novos contornos, pois a criminalização de manifestações culturais populares atinge mais fortemente as de matriz africana. Isso porque esse processo de desaparecimento de qualquer traço da cultura africana do Estado brasileiro coaduna com uma política de embranquecimento da população como meio de criar uma identidade nacional com bases europeias,

ao mesmo tempo em que ajudaria na superação do atraso econômico nacional. Essa compreensão se deu pela entrada da teoria evolucionista na nossa elite política, mais notadamente do pensamento eugênico, que seria uma resposta/solução para o problema da indolência e da degeneração do povo brasileiro. Essa concepção determinista influenciava muitos pensadores da época que entendiam que a população brasileira era composta, em sua quase totalidade, por homens degenerados, indolentes, analfabetos e doentes. Teses como esta, defendidas por pensadores como Gobineau (1937, p. 14):

Então foi quando de induções em induções tive de me deixar convencer da evidência: que a questão étnica domina todos os demais problemas da história, constitui sua chave, e a desigualdade das raças, cujo concurso forma uma nação, basta para explicar todo o encadeamento do destino dos povos.

Para, além disso, a presença maciça de negros no Brasil era apontada como uma das causas do atraso econômico e civilizatório do país. A tese eugênica defendia que o povo negro era atrasado e limitado, e o que comprovaria esta tese era a pobreza da maioria da população negra e a presença majoritária dela nas prisões e favelas. É óbvio que esta tese desistoriciza todas as condições de subalternidade, escravidão e falta de oportunidades do povo negro. Este pensamento não enxergava, na inferioridade social do negro, o resultado de um processo histórico de desterritorialização, de escravidão e dominação. Este atraso era atribuído a competência, ou, no caso, na falta dela, por parte do negro.

Na época, essas teorias ganharam adeptos e defensores, a ponto de se tornarem uma política velada do governo (política de branqueamento). Com efeito, para reverter a situação de atraso do país, alguns pensadores promoveram o surgimento da tese do branqueamento (adotada, ainda que veladamente, pelo governo). O branqueamento da raça seria um processo de miscigenação gradativo que, após três gerações, produziria uma população de características brancas. O médico baiano Nina Rodrigues, com seus estudos, conferiu os elementos necessários para a edificação de um discurso negativo, especialmente sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira, sobre as práticas espirituais e de cura populares praticadas nos terreiros de Candomblé.

Como solução para este emaranhado de “problemas”, a resposta estaria na vinda de mais imigrantes europeus os quais ajudariam na resolução dos problemas de uma só vez, a saber: a falta de mão de obra qualificada para as primeiras indústrias que começam a se formar em São Paulo, já na segunda década do século XX, e também esses imigrantes auxiliariam no embranquecimento da população brasileira através da miscigenação. De fato, no início do século XX há uma nova acentuada vinda de imigrantes europeus para solo brasileiro.

Tabela 1: Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1827 e 1929

Ano	Número de Imigrantes
1827-1884	37.481
1885-1889	168.127
1890-1899	735.076
1900-1909	388.708
1910-1919	480.509
1920-1929	712.436
Total	2.522.337

Fonte: *Movimento Imigratório do Estado de São Paulo. Boletim de terras, colonização e Imigração*, n.1. São Paulo, 1937 *apud* DOMINGUES, 2002, p. 568.

A atribuição da condição de atraso do País a uma herança étnica, por mais absurda que pareça, foi tomada como verdade por parte das autoridades e da nossa elite. E a transformação das cidades brasileiras em modernas cidades europeias passava pela aniquilação de qualquer traço de cultura negra.

Já uma parcela de outros pensadores atribuía o “jeito brasileiro” a uma condição de hereditariedade emotiva, pouco racional, e também desprezava as instituições brasileiras, como a da escravidão. Em especial podemos citar Sérgio Buarque de Holanda (1986), e o seu conceito de “Homem cordial” que acabam por exprimir, em partes, o pensamento que podemos chamar de “oligarquico brasileiro”, reforçando e intensificando as teses de Gilberto Freyre (1933). Teses que defendiam a existência, em nosso país, de uma escravidão amenizada pela relação, muitas vezes fraternal, entre escravizados e escravizadores, tendo como resultado a cordialidade dos primeiros e uma certa passividade dos subalternos. Desta relação teríamos como produto a edificação de uma “democracia racial”, a partir da ilegalidade da escravidão no país.

Algumas tentativas foram feitas para descriminalizar símbolos da cultura popular, como a capoeira, que teve sua prática abolida pela portaria de 31 de outubro de 1890, instituído pelo Decreto 487, e torná-la símbolos de brasiliade. No entanto, é correto afirmar que apenas com o início da chamada era Vargas se vai delinear mais nitidamente uma nova visão política que vai buscar integrar as manifestações populares ao Estado, de maneira a gerar, nas elites e no povo, um início de nacionalidade compartilhada.

Com efeito, foi necessário formatar esta cultura popular, retirar-lhe sua autonomia. Ela teve que passar por um processo de ‘mestiçagem’ própria e sua excessiva alteridade: foi preciso torná-la mestiça. Neste sentido, a obra Gilberto Freyre (1933), *Casa Grande e Senzala*, colabora, sem dúvida, para quebrar o determinismo das teorias raciais europeias, que só concebiam a mestiçagem

enquanto degeneração. Esta nova abordagem cria o paradigma da cultura mestiça que permite pensar positivamente essa incorporação do negro à brasiliade. É fundamental alertar que, ainda que cultura mestiça, como representação da brasiliade, tenha começado a se estabelecer como amálgama da nação, é importante ressaltar que ela não representou a valorização do negro, continuando marginalizado e excluído:

[...] tratando-se da formulação de um novo projeto identitário, da proposta deveria ser dotada de uma positividade que permitisse a coesão social e inspirasse otimismo à nação. Nesse contexto, nada melhor do que outra abordagem da formação nacional, que se voltasse para o passado na expectativa de justificar o presente e garantir o futuro. Negritude, mestiçagem, lusitanismo, eis o tripé sobre o qual se apoiou o autor (Gilberto Freyre) para ressignificar a alma da nação, valorizando-a e fornecendo dela uma imagem positivada, para os brasileiros e para o exterior. (PESAVENTO, 2004, p. 179).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação e o adestramento da cultura das camadas mais populares serão uma tônica na busca desta identidade nacional. Dar um “verniz” em manifestações culturais que tire suas características não desejáveis será um processo que acontecerá com o samba, *hip-hop* e *funk*, para citar exemplos da música. Um certo elitismo cultural ainda viceja no país, dificultando a construção de uma unidade na diversidade.

O que nos une no fim das contas é a diversidade. Uma diversidade extremamente positiva, que possibilita visões diferentes e por vezes complementares sobre o mesmo processo. Há um entendimento, cada vez mais crescente, de que o desejo de pasteurizar as expressões culturais em nome de uma unificação, além de empobrecer o cenário cultural de um país, avulta o seu potencial. Unidade na diversidade é identificar e compreender que povos, grupos, pessoas, de diferentes origens podem estabelecer uma convivência parcimoniosa, desde que estabelecido o respeito às individualidades.

Edgar Morin (2015) aponta um dos enfrentamentos que o *status quo* nos apresenta é o entendimento da relação que se dá entre diversidade e unidade. Segundo o sociólogo e filósofo francês, a diversidade é também a manifestação da unidade. Ainda que a cultura seja um conceito universal, ela se apresenta, se manifesta, dos mais variados modos e maneiras. Assim, para Morin, ao tomarmos ciência desta relação, abrimos mão do desejo de homogeneização da diversidade, estando aptos, assim, a relacionar-se com a humanidade e o que há de mais humano nela, a diversidade.

O amadurecimento destas ideias, o fim de um elitismo tacanho e o respeito à diversidade podem contribuir para a construção de uma nação brasileira, superando assim, a celeuma apresentada por Lima Barreto (1953) que afirmava que o Brasil tinha povo, mas não tinha uma nação.

REFERÊNCIAS

ARIAS-NETO, José Miguel. Primeira Republica: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República*: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. 2003. Tese. (Doutorado em História) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Editora Mérito, 1953.

CAMINHA, Adolfo. Bom-crioulo. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*: estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 179-180, 1995.

DOMINGUES, Petrônio Jose. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo de 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002,

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial; Humanitas, 2001.

GOBINEAU, Joseph Arthur. *Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas*. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Tradução de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades, 1981.

BRASIL 200 ANOS: um prognóstico do tricentenário da independência

Pedro H. Villas Bôas Castelo Branco*

Quando o passado não ilumina o futuro, o espírito vive nas trevas.
Tocqueville

1 INTRODUÇÃO

A efeméride do Bicentenário da Independência do Brasil em meio à Guerra russo-ucraniana impõe algumas reflexões: somos independentes ou dependentes da tutela das grandes potências? O país é capaz de tomar suas decisões políticas fundamentais de modo soberano sem ceder à pressão externa? O Brasil projeta no palco da política mundial sua independência e autodeterminação? As Forças Armadas têm real capacidade de exercer seu poder dissuasório de modo independente frente a eventuais agressões externas? Qual é o lugar que o país ocupa no sistema internacional? Qual é projeto de nação que oriente sua estratégia nacional? A defesa nacional é capaz de garantir a integridade do território nacional? É possível falar no monopólio da violência legítima pelo Estado diante do avanço da privatização da segurança pública? O frequente emprego da *ultima ratio* estatal, precisamente das Forças Armadas, em Operações de Garantia da Lei e da Ordem não demonstram o esmorecimento do Estado?

As indagações envolvem assuntos de defesa, segurança e geopolítica que se referem à questão da soberania interna e externa. Compete ao Estado brasileiro repensar o modo pelo qual emprega seu último recurso da soberania estatal. O uso mais frequente das Forças Armadas é doméstico e suas numerosas atividades são desvinculadas de sua destinação constitucional precípua: a defesa da pátria. Isso ocorre, entre outras razões, em virtude de carecermos de um projeto nacional alicerçado nos reais desafios de médio e longo prazos que o país terá de enfrentar num mundo em acelerada transformação.

O presente ensaio assume o desafio proposto pela organização do Seminário “200 anos Brasil”, promovido pela Escola Superior de Guerra, de efetuar prognóstico sobre as adversidades a serem enfrentadas pelo país daqui a 100 anos quando completará o tricentenário de sua independência, em 2122.

A primeira parte se dedica à reflexão sobre o significado contemporâneo do prognóstico no âmbito da teoria política. Atualmente o alcance do cálculo político é aceleradamente reduzido por uma realidade cada vez mais complexa e contingente. Moldada pela simultaneidade e instantaneidade de eventos impulsionados pela

* Professor Associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos de Defesa e Segurança Pública.

revolução digital, o século XXI vem se caracterizando pela discrepância entre realidade e verdade, percepção e conhecimento. A realidade atual constituída, entre outros eventos, por crises sanitárias, migratórias, bélicas, econômicas, ambientais, tornam o futuro cada vez mais incerto e a arte do prognóstico cada mais difícil. A renúncia ao prognóstico, porém, é mais temerária do que os riscos envolvidos em sua realização. É justamente em meio a realidades cada vez mais contingentes que eles são necessários em virtude de contribuírem com uma ancoragem das expectativas e orientarem decisões.

Na segunda parte, o texto discute a guerra entre Rússia e Ucrânia e os seus elementos embrionários que projetam uma nova ordem mundial, que vai ditar os acontecimentos das próximas décadas. O presente ensaio parte da premissa de que a análise da Guerra russo-ucraniana permite arriscar um prognóstico acerca do futuro da política mundial e conjecturar sobre os desafios que o Brasil terá de enfrentar.

A terceira e última parte se concentra no prognóstico de 2122 que descontina um cenário no qual a disputa pelo meio ambiente será o principal fator gerador dos desafios a serem enfrentados pelo país.

2 A ARTE DO PROGNÓSTICO NA TRADIÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA E O SEU DECLÍNIO ATUAL

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI assistimos ao progressivo desgaste da realização de prognósticos. A capacidade de se conjecturar sobre os acontecimentos a se precipitarem no futuro vem perdendo progressivamente a credibilidade. Cientistas políticos, historiadores, sociólogos, estrategistas, militares, assessores políticos, economistas, enfim, todos que se arriscam na projeção de cenários parecem cada vez mais desconcertados ao serem desafiados a conjecturar acontecimentos futuros. Recentemente, porém, o Seminário “200 Brasil”, evento comemorativo o Bicentenário da Independência brasileira, estimulou palestrantes a projetar o cenário com o qual o país irá se deparar, em 2122.

A arte do prognóstico é indissociável da longa história da teoria política. Durante a modernidade ela ocupou o lugar da profecia por meio do desencantamento do mundo e ganhou um sentido racional voltado ao cálculo probabilístico ancorado nas variáveis da realidade empírica. No contexto das guerras civis-religiosas, que assolavam a Inglaterra no século XVII, Thomas Hobbes se insurgia contra a ingenuidade da crença em profecias tiradas de sonhos, zombava da fé em falsos profetas e da veracidade atribuída a embusteiros que se aproveitavam da credulidade humana para prometer salvação no mundo vindouro. A proliferação de falsos profetas sofre notável declínio a partir dos processos de racionalização e secularização do Estado moderno que, além de conquistar o monopólio da violência legítima, passa a controlar previsão do futuro. A fim de eliminar as falsas

profecias que confundiam os seres humanos quanto ao seu destino e a quem deviam obediência, a organização estatal buscou suprimi-las, estimular e controlar o prognóstico racional voltado, não para a salvação no mundo vindouro, mas para a garantia de segurança neste mundo. O prognóstico, cálculo probabilístico, que ocupou o lugar das velhas profecias, se dirige à tentativa de antecipar os desafios futuros e munir tomadores de decisão de informações sobre um horizonte de expectativa possível. A diferença entre profecia e prognóstico é que a profecia deriva de uma visão, sonho ou epifania, enquanto o prognóstico filtra de fatos pretéritos e presentes um conjunto de variáveis a fim de empregá-las para conjecturar sobre um horizonte possível.

A realização de previsões sempre sofreu influência das diferentes concepções da História. Sua percepção como cíclica atravessou a antiguidade clássica e, ao chegar na modernidade, foi deliberadamente transformada num poderoso instrumento político, não apenas direcionado ao enfrentamento das contingências do presente, mas também para a prevenção de eventuais adversidades futuras. Talvez ninguém tenha entendido melhor do que Maquiavel (1973) o fato de que a história poderia ser usada como um inventário de exemplos de experiências passadas capazes de nortear as ações políticas e contribuir com a estabilidade dos corpos políticos.

Atualmente, num mundo cujo futuro parece cada vez mais obscuro e o tempo social mais acelerado pelas transformações técnicas, o uso da história como repositório de experiências dirigido à administração de problemas do presente e previsão de situações futuras foi relegado a segundo plano. A prática da antecipação dos resultados dos cursos de ações não é novidade e com frequência se alicerçou na constatação de consequências semelhantes observadas em circunstâncias passadas, das quais se poderiam inferir previsões de situações futuras. Thomas Hobbes, em contrapartida, não acreditava na experiência acumulada como potência capaz de lidar com as circunstâncias do futuro e do presente. A razão fundada na experiência de fatos passados não teria força o suficiente para antever as contingências de uma realidade cada vez mais complexa na qual o indivíduo atomizado e falível fragmenta a ordem política.

Para Hobbes, a história ainda seria marcada pela recorrência entre ordem (Leviatã) e desordem (Behemoth), mas por meio da institucionalização do Leviatã seria possível criar uma ordem secular duradoura, desvinculada dos interesses individuais, religiosos e da tradição. Somente a racionalidade do Leviatã seria capaz, mediante o binômio proteção em troca de obediência, evitar o medo da morte violenta e a guerra de todos contra todos. Enquanto Maquiavel (1973) privilegia o modelo cíclico da história para a fundação e manutenção do corpo político, o filósofo inglês aposta no projeto arquitetônico da instituição estatal ancorado na racionalidade do método resolutivo-compositivo de Galileo, que permitia desconstruir o corpo político para reconstrui-lo, aumentando seu vigor e longevidade. A criação do Estado, do grande Leviatã, também denominado de

homem artificial, é equiparado a uma máquina cuja estatura e força é capaz de superar a longevidade da matéria humana e se eternizar artificialmente.

Se para Hobbes a estabilidade e previsibilidade da ordem política derivaria da engenharia institucional, para Maquiavel (1973) ela se inferia da empiria. O florentino entendia que a virtù do governante residiria na capacidade de selecionar os exemplos passados e adequá-los às circunstâncias semelhantes ocorridas no presente e assim prever contingências futuras. Hobbes, por sua vez, acreditava na construção de um modelo de Estado desvinculado da história, da tradição, fundado na racionalidade dedutiva inspirada no método geométrico,

Maquiavel se inspirava na concepção cíclica da história dos romanos a fim garantir estabilidade e previsibilidade à ordem política. A história não deveria ser usada para mero deleite, mas com propósito político, a fim de oferecer ensinamentos para lidar com as circunstâncias do presente e prever situações futuras. A teoria política do florentino se orientava por meio do *topos* ciceroniano da *Historiae Magista Vitae*:

Porque os romanos nestes casos fizeram o que todo príncipe prudente deve fazer: não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia.

É notável como o conhecimento prudencial dos fatos passados e a capacidade de contemporizá-los com as circunstâncias do presente poderiam levar à remediação de ameaças atuais e proporcionar a predição de situações futuras. A ação prudente do governante poderia evitar fracassos por meio da observação e imitação de ações:

Agora, quanto ao exercício do pensamento, o príncipe deve ler histórias de países e considerar as ações dos grandes homens, observar como se conduziram nas guerras, examinar as razões de suas vitórias e derrotas, para poder fugir destas e imitar aquelas; sobretudo, deve fazer como teriam feito em tempos idos certos grandes homens, que antes deles haviam sido glorificados por suas ações (MAQUIAVEL, 1973, p. 67).

A formação do Estado moderno, uma instituição monopolista, que reivindica o monopólio da violência legítima para a orientação da conduta humana, também passou a controlar o futuro:

A gênese do Estado absoluto autônomo foi acompanhada pela luta incessante contra profecias políticas e religiosas de todo o tipo. Ao reprimir as previsões apocalípticas e astrológicas, o

Estado apropriou-se à força do monopólio da manipulação do futuro (KOSELLECK, 2014, p. 29).

Ao longo da modernidade, durante o processo de formação e consolidação dos Estados, o futuro era prognosticável na medida em que as forças políticas permaneciam reduzidas ao número de protagonistas políticos representantes da soberania estatal. Num contexto ordenado na forma de estados com limitado número de forças políticas a história poderia ser percebida como se fosse “estática” e o mundo por vir era visto como se estivesse contido no presente. Nesse contexto, Maquiavel (1973) reatualizava uma concepção cíclica na história, apoiada na recorrência dos eventos, que integravam ao passado um futuro previsível (KOSELLECK, p. 35). Assim, um processo de secularização transformava um “[...] futuro profetizado em futuro prognosticável”. Todavia, com a crescente fé na filosofia da história progressista de matriz iluminista, a modernidade vai se desvinculando de seu passado e o espaço de experiência vai se dissociando do horizonte de expectativa. Enquanto o futuro se converte em um roteiro no qual se inscreve o ideal do progresso, capaz de ser acelerado ou desacelerado, o espaço de experiência se atrofia.

O acervo de experiência, legado pela história, vai sendo cada vez menos consultado em virtude de uma realidade social cada vez mais acelerada e voltada para o futuro. Comparado ao estágio atual da contemporaneidade, entretanto, prognósticos de longo alcance ainda eram possíveis. O espaço de experiência havia se reduzido, mas não a ponto de tolher previsões que pudessem se realizar de forma duradoura no futuro. A erosão do velho *topos* da lição que se poderia haurir da recorrência dos fatos passados em favor de uma concepção de história voltada para o futuro não impediu Alexis Tocqueville de realizar um dos prognósticos mais impressionantes:

Há hoje na Terra dois grandes povos que, partindo de pontos diferentes, parecem avançar rumo ao mesmo objetivo: os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados em outras partes, colocaram-se de repente na linha de frente das nações, e o mundo tomou conhecimento quase ao mesmo tempo de seu nascimento e de sua grandeza. Todos os outros povos parecem ter alcançado mais ou menos os limites que a natureza traçou e só precisa conservar; eles, porém, estão em crescimento. Todos os outros pararam ou só avançam à custa de muito esforço; eles marcham num passo fácil e rápido numa carreira cujo termo os olhos ainda não são capazes de perceber. O americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe opõe; o russo está às voltas com os homens. Um combate o deserto e a barbárie, o outro a civilização revestida de todas as suas armas. Por isso as conquistas do americano se fazem com o arado do lavrador,

as do russo com a espada do soldado. Para alcançar seu fim, o primeiro se apoia no interesse pessoal e deixa atuar, sem as dirigir, a força e a razão dos indivíduos. O segundo concentra de certa forma num homem toda a potência da sociedade. Um tem por principal meio de ação a liberdade; o outro, a servidão. O ponto de partida de ambos é diferente, diversos são seus caminhos; no entanto cada um deles parece chamado, por um desígnio secreto da Providência, a ter um dia em suas mãos o destino de metade do mundo” (TOCQUEVILLE, 2005).

Mediante uma visão providencialista da história, ainda que questionável o modo estereotipado de percepção do povo norte-americano e russo, o prognóstico de Tocqueville se revelou como uma potente ferramenta política, capaz de antecipar com mais de 100 anos de antecedência o mundo que estaria inexoravelmente fadado à polarização entre dois povos. Difícil compreender a noção de história de Tocqueville, mas de fato é possível perceber nela a secularização da escatologia judaico cristão que resultava numa história progressista fatalista.

Assim, os prognósticos calculados com base na experiência acumulada perdem importância diante de um futuro que contém em si o progresso da humanidade emancipado de seu passado. No decorrer do XXI, somos arrebatados por uma noção temporal, precisamente um cronótopo, de um presente dilatado de modo que não se consegue deixar o passado para trás e, ao mesmo tempo, estamos diante de um futuro obnubilado pelas incertezas. Se há uma possibilidade de um cenário, ele é marcado pelas consequências da devastação ambiental, como veremos adiante.

A concepção de tempo da segunda década do século XXI parece corresponder a um passado alargado em virtude de um acúmulo de possibilidades proporcionadas pela ampliação de informações do mundo digital e o colossal poder de armazenamento das novas tecnologias que permitem o registro de quase todo acontecimento. Assim haveria uma superprodução de possibilidades que não se consegue eliminar ou deixar para trás resultando em uma paralisia decisória. Enquanto o passado se dilata, ao contrário do que ocorreria com a história progressista da filosofia iluminista, que o atrofiava pela ampliação do horizonte de expectativas, o presente se transforma num espaço de simultaneidades e instantaneidades de eventos e informações que não se consegue processar e tampouco descartar para seguir uma direção.

No âmbito do cronótopo da pós-modernidade, pelo contrário, o futuro parece fechado a todos os prognósticos ou disposições para agir, ao passo que o passado, no sentido intelectual e mesmo material — quiçá como excesso de possibilidades —, permanece presente. Não conseguimos mais “deixar o passado

para trás". Entre um futuro fechado e passados não mais evanescentes, o presente ampliou-se, transformando-se em uma zona de simultaneidades. (GUMBRECHT, 2012, p. 55).

Se antes, até meados do século XX, estávamos sujeitos a uma noção temporal marcada pela possibilidade de deixar o passado para trás para caminhar em direção ao futuro, que era dotado de um sentido, precisamente de um télos, na contemporaneidade o tópos dominante parece ser o de um passado que inunda o presente de maneira que este se amplia a ponto de se converter em um espaço de simultaneidades e instantaneidades. Mas qual seria a repercussão política desse diagnóstico de um presente ampliado?

Ele provoca a paralisia decisória que tende a tornar o mundo cada vez mais contingente, incerto, ampliando a imprevisibilidade nas esferas subnacional, nacional e internacional. O horizonte se torna progressivamente ameaçador frente ao excesso acelerado de experiências e possibilidades simultâneas e instantâneas que não se consegue eliminar pela via decisória.

[...] no início do século XXI, o futuro não se apresenta como horizonte de possibilidades aberto à ação humana. Agora, o futuro caiu sobre nós — quem conhece a Idade Média sabe dessas estruturas — sob a forma de cenários ameaçadores e imprevisíveis em seus detalhes. Basta pensar em *global warming*, na catástrofe nuclear ou nas possíveis consequências de um desequilíbrio demográfico cada vez mais acentuado. Enquanto esses cenários ainda não se tornam realidade, tentamos, no máximo, ganhar algum tempo, mas praticamente já deixamos de acreditar nas possibilidades de evitá-los de uma vez por todas. (GUMBRECHT, 2012, p. 93).

A afirmação acima, um tanto apocalíptica, representa o sepultamento do prognóstico e lembra uma filosofia da história decadentista fatalista. Parece, no entanto, mais adequado observar que:

Sem a pluralidade de estratos do tempo histórico tampouco seria possível arriscar prognósticos. Por sua singularidade, os acontecimentos e os indivíduos, bem como suas ações e omissões, dificilmente podem ser previstos. Mas podemos analisar as condições gerais, mais ou menos passíveis de repetição, nas quais acontecimentos futuros podem ocorrer. Esse potencial de prognósticos depende de um mínimo de repetibilidade, que precisa ser estipulado. Se assim não fosse, a humanidade despencaria paulatinamente em um nada sem fundo. (KOSELLECK, 2014, p. 14).

A despeito de se inferir do argumento de Gumbrecht que prognósticos perdem sua validade diante das incertezas de um futuro cada vez mais sombrio, Koselleck ainda acredita no seu potencial. De acordo com sua tese, ainda que seja cada vez mais difícil antecipar o resultado do curso de ações de curto, e, sobretudo médio e longo e prazos, devido à singularidade dos eventos e complexidade de ações e omissões, a pluralidade de estruturas temporais, dentre as quais se encontra a repetibilidade, ainda permite a prognose. Prognósticos, são cada vez mais difíceis, mas ainda são possíveis e abdicar deles é mais arriscado do que fazê-los. Apesar do elevado grau de falibilidade do prognóstico nos dias de hoje, a antecipação de resultados, a partir de uma intricada cadeia de ações em sociedades complexas, é uma ferramenta política imprescindível que não só auxilia na projeção de cenários e no fornecimento de conteúdo aos tomadores de decisão, mas também contribui para a ancoragem de expectativa que também é um elemento constitutivo da realidade concreta. A elaboração meticolosa de prognósticos embasados empiricamente pode reduzir os níveis de contingência e contribuir com a previsibilidade da vida social e política.

3 A GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Durante mais de quatro décadas de Guerra Fria a política mundial se estruturou a partir de tensão entre dois polos formados pelo bloco ocidental e o oriental liderados, respectivamente, pelos EUA e pela União Soviética. A geopolítica mundial dividiu o planeta em duas partes e entre elas a escalada da polarização político-ideológica irrompeu em diversos conflitos bélicos que jamais incluíram um confronto armado direto entre União Soviética e Estados Unidos. A disputa entre as grandes potências era marcada pela competição entre dois regimes políticos e econômicos que exigiam de seus aliados adesão ideológica e continuidade de seus modelos político-econômicos. Enquanto o sistema capitalista buscava-se moldar a partir de um regime político liberal, o socialista seguia o modelo estatal coletivista, centralizador e interventor. Na prática, havia diferentes modelos políticos como as ditaduras da América Latina e do Leste europeu que se orientavam respectivamente pelo capitalismo e comunismo.

Neste contexto, no bloco ocidental iniciou-se uma busca pelo inimigo interno que foi associado ao comunista subversivo. No bloco oriental, por sua vez, fomentavam-se revoluções e invasões, em diferentes regiões, mas, sobretudo, no leste europeu. A doutrina de segurança hemisférica, sob a liderança dos EUA, incorporou o método político do inimigo interno e apoiou inúmeros golpes e ditaduras militares em diversos países, dentre eles, o Brasil.

O fim da Guerra Fria não representou o sonho de superação dos antagonismos e sua substituição pelas relações econômicas em mundo pacificado, que não seria mais dividido com ares de tensão hostil, bipolar, entre EUA e USSR. Passados dez

anos, o mundo foi surpreendido com atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA. O inesperado ataque ao maior símbolo da capital financeira do mundo globalizado criou um ambiente favorável para a declaração pelo então presidente George W. Bush de Guerra ao Terror, fortalecendo a unipolaridade norte-americana devido ao apoio recebido por inúmeros países interessados no combate ao terrorismo. Logo após, foram adotadas medidas como a “military order”, que conferia autorização para a detenção por prazo indeterminado de suspeitos de prática terrorismo que não fossem cidadãos norte-americanos. O Patriot Act também autorizava que os EUA mantivessem preso qualquer suspeito de atentar contra a segurança nacional, o que representava uma suspensão dos direitos. As medidas extraordinárias de tais documentos legais contribuíram para um estado de exceção de escala global no contexto da Guerra ao Terror, que criou condições para violação da soberania de diversos Estados.

A guerra entre Rússia e Ucrânia precipita o mundo em uma nova ordem mundial e o seu prolongamento joga o mundo numa espiral de incertezas sem precedentes. Alguns meses atrás, o prognóstico de uma Terceira Guerra Mundial poderia ser considerado um presságio tirado de um pesadelo, mas agora a probabilidade aparece no discurso de autoridades diretamente envolvidas no conflito bélico, como é o caso do Ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Levrov: “É real e não pode ser subestimado”.

Apesar do fim do pós-Guerra Fria, marcado pela unipolaridade norte-americana, observa-se que muitos analistas não abandonam o conceito de Guerra Fria para tentar compreender a realidade do conflito bélico entre Rússia e Ucrânia. Eles continuam operando com conceito, cuja eficácia analítica caducou diante de um mundo completamente diferente. A política mundial não é mais bipolar e muito menos se estrutura a partir de dois sistemas econômicos alicerçados em ideologias diversas. O fim da Guerra Fria e do colapso da União Soviética também levou ao déficit conceitual que servia de instrumental analítico para aquele contexto histórico. Hoje se fala em Guerra Fria 2.0 ou se alega que ela jamais acabou, embora o sistema bipolar com dois modos de produção e regimes políticos diversos tenha colapsado há mais de trinta anos.

Em discurso proferido na Alemanha, em 2007, Putin declarou que a dissolução da União Soviética foi a “maior tragédia geopolítica do século XX”. Segundo o líder russo, na primeira década do século XXI o mundo teria feito a transição do momento unipolar sob a liderança dos EUA a uma realidade multipolar com novas potências, como a China e a Índia. A Rússia, por sua vez, teria retornado ao rol das grandes potências, fazendo jus ao seu passado imperial e de superpotência soviética.

Vinte dias antes da “operação militar especial russa” na Ucrânia, no dia quatro de fevereiro de 2022, Vladimir Putin visitou o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, na ocasião da cerimônia de abertura da Olimpíada dos Jogos de Inverno, em Pequim. Antes da cerimônia, ambos os chefes de Estado divulgaram

uma Declaração Conjunta na qual propuseram “relações internacionais de um novo tipo”. O documento serve de base para esboçar uma nova ordem mundial na qual a comunidade internacional, que se move em direção à multipolaridade, transformação das estruturas de governança, relações de interdependência, demandaria lideranças dispostas “a um desenvolvimento pacífico e gradual”. Todavia, pouco tempo depois, logo após a Duma, Legislativo Russo, declarar independentes as Repúblicas de Luhansk e Donetsk, Putin ordena a invasão do território ucraniano sob alegação de manter a integridade das Repúblicas na região de Donbas que estariam sob ameaça de forças ucranianas nazistas.

Segundo a Declaração firmada por Xi Jiping e Putin, os EUA insistem numa abordagem unilateral, que, ao recorrer ao uso da força e interferir em assuntos internos dos Estados, violam direitos e interesses legítimos, provocando contradições internas que geram conflitos e golpes que impedem o “desenvolvimento e progresso da humanidade”. A aliança entre China e Rússia defende as Nações Unidas, seu Conselho de Segurança, a busca de uma autêntica multipolaridade por meio do estímulo do exercício do papel central de coordenação de promoção de relações internacionais democratizantes que contribuem com garantia da paz, estabilidade e desenvolvimento em todo planeta.

Hoje, no momento histórico de nosso bicentenário de independência, o espectro do golpismo continua a rondar a democracia brasileira, sem, contudo, contar com o contexto internacional da Guerra Fria, e tampouco o apoio norte-americano. Há, todavia, uma guerra entre Rússia e Ucrânia que contém em si o despontar de uma nova ordem mundial, e constitui, como veremos adiante, um dos pontos centrais para projetar um cenário em 2122, já que o atual conflito parece pavimentar conflitos que podem desembocar na Terceira Guerra Mundial.

A Guerra na Ucrânia, ao pôr em xeque o já precário direito internacional, abalou as regras do jogo da política mundial e elevou a fragilidade do multilateralismo no sistema internacional. Importante destacar que o multilateralismo difere do multipolarismo que vem se impondo no xadrez da política mundial. Relações multilaterais se referem a margens de manobras estreitas que permitem a diferentes atores deliberar sobre questões econômicas, políticas, ambientais, mas sem o poder decisório de potências que se posicionam e se movem no tabuleiro com estatura, força e capacidade efetiva de impor seus interesses. A multipolaridade significa que há mais jogadores em campo com capacidade de manobrar a geopolítica e não apenas às instituições multilaterais. No mundo multipolar há mais potências capazes de forçar a mudança das regras do jogo.

Após a Guerra Fria, se impôs a unipolaridade dos EUA, sem, contudo, deixar de haver espaço para o multilateralismo presente nas instituições de governança, sobretudo nas questões econômicas, ambientais, migratórias etc. A unipolaridade norte-americana se fortaleceu e esmoreceu em diferentes momentos do século XXI, ela atingiu seu zênite logo após o 11 de Setembro de 2001, que foi sucedido por inúmeras

invasões e guerras iniciadas pelos EUA como foi o caso do Afeganistão (2001-2021), e do Iraque (2003-2011), Intervenção no Iêmen (2010-presente), Intervenção militar na Líbia, em 2011 e a Intervenção na Guerra Civil na Síria. A ascensão de novas potências como China, Índia e a reestruturação da Rússia, que se impôs como potência militar e energética, indicam a transição para um mundo multipolar, que pode se tornar ainda mais imprevisível. Atualmente a principal consequência da guerra na Ucrânia é nuclear. Ela põe em perigo a ordem Pós-Guerra Fria que também vem sendo garantida pelo Strategic Arms Reduction Treaty (SART). O Tratado de Redução de Armas Estratégicas, acordo formal bilateral celebrado entre Estados Unidos e a União Soviética voltado à redução e de armas estratégicas ofensivas. O tratado, assinado no contexto do fim da Guerra Fria, em 31 de julho de 1991, a fim de limitar o número de ogivas nucleares e mísseis balísticos, entrou em vigor em 5 de dezembro de 1994. Atualmente vigora o substituto do Novo Tratado START assinado pelos presidentes Barack Obama e Dmitry Medvedev, em 2010, com a finalidade de estender as reduções de armas nucleares estratégicas americanas e russas até fevereiro de 2026. A ameaça de uma escalada nuclear não é banal. Recentemente houve uma inflexão na estratégia militar russa que deixou de aludir ao seu arsenal nuclear como força dissuasória ao declarar que poderá usá-lo em situações consideradas como “perigo existencial” a exemplo do envolvimento direto na guerra de país pertencente à aliança militar do Atlântico Norte. Sergei Levrov, disse haver a possibilidade real, embora reduzida, de uso do armamento nuclear caso algum membro da OTAN participe diretamente da guerra em território ucraniano.

Além da ameaça que representa a Guerra russo-ucraniana para ordem nuclear, muitos analistas também mencionam um processo de desglobalização provocado pela pandemia da Covid-19 que afetou cadeias produtivas, desacelerou a circulação de pessoas e capitais e diminuiu o ritmo da produção, distribuição e do consumo dos bens. A despeito da redução da letalidade do vírus devido à vacinação, a desglobalização continuaria em curso e teria se intensificado a partir dos embargos econômicos impostos à Rússia por vários países ocidentais contrários à invasão da Ucrânia. Dentre as diversas medidas, sem precedentes, destacam-se a proibição à importação do petróleo e gás russos e a retirada de seus bancos pelos líderes dos países mais industrializados do mundo (G7) do sistema mundial de comunicação interbancária chamado Swift. Nenhum país no mundo sofreu embargos econômicos tão severos quanto a Rússia. As medidas econômicas, porém, não afetam apenas os países em guerra, mas toda a economia global. Ao pressionarem o preço de alimentos devido ao aumento do custo de produção podem provocar desabastecimento e fome em diferentes regiões do planeta. Além de Rússia e Ucrânia estarem entre os maiores exportadores de gás, petróleo e carvão, ambos os países são os maiores exportadores de grãos e cereais do mundo. A decisão dos aliados ocidentais já demonstra sinais de um efeito reverso que não prejudica apenas os países em conflito, mas toda economia mundial, provocando

recessão e inflação globais. A desglobalização, todavia, não ocorrerá no campo da economia, devido ao seu elevado grau de interdependência ser praticamente irreversível. É necessário compreender que desaceleração da economia global e desglobalização são processos diferentes. A desglobalização pode representar um processo de desintegração entre países nos âmbitos políticos, jurídico, cultural, mas não necessariamente afetar a interdependência econômica. Um significativo esgarçamento das relações de interdependência econômica é muito improvável nos médio e longo prazos. A irreversibilidade das relações econômicas não exclui certo grau de desintegração jurídico e político entre os países.

Uma das maiores mudanças se refere à Alemanha. O país, líder da União Europeia, vem revelando, após as incertezas da OTAN durante o governo Trump, a intenção de criação de um sistema de defesa europeu. A vaga militarista que tomou conta de países da União Europeia explicita um movimento de construção de um complexo de defesa europeia autossuficiente e independente da aliança militar do Tratado do Atlântico Norte. Este movimento já vinha ocorrendo na Europa, como fora sinalizado por Macron, antes da Guerra na Ucrânia.

À China, novo polo de poder mundial e maior exportador do mundo, não interessa a desaceleração da globalização. Trump havia tentado separar a economia americana da chinesa, mas não foi bem-sucedido, o que se traduz na ideia segundo a qual a volta do protecionismo diante do multilateralismo será difícil. Índia e China são a favor do multilateralismo até certo ponto, pois não defendem, por exemplo, a OMC. A globalização não conseguirá manter seu ímpeto de liberalização no âmbito político-jurídico, mas a economia não retrocederá, pois é integrada numa escala quase indissociável.

Outro ponto a se observar quanto ao conflito russo-ucraniano é que há um impasse entre os teóricos: por um lado, a invasão russa não se justificaria pela expansão da OTAN, pois a Rússia teria violado a soberania territorial ucraniana. Em virtude disso, sanções econômicas sem precedentes teriam sido impostas pela comunidade internacional, em particular, por países ocidentais. Por outro lado, as invasões norte-americanas ao Afeganistão, Iraque, à Líbia e Síria jamais foram questionadas pela comunidade internacional a ponto de imporem sanções severas.

Os EUA, indiretamente envolvido na guerra proxy, jamais foram punidos pelos seus crimes de guerra, suas guerras de agressão, suas ações militares sempre permaneceram impunes. A Rússia, por sua vez, joga com as regras que orientam as grandes potências e vem rompendo com a ordem internacional imposta pelos EUA. Ao contrário da China, o maior protagonista capaz de fazer frente aos EUA, a Rússia iniciou ações militares em regiões que considera suas zonas de influência. Há coerência nas ações russas, que podem não ser consideradas legítimas, mas estão em conformidade com o discurso de Putin. Os EUA, por sua vez, se empenharam desde o início em provocar a militarização do conflito o que se evidenciou no rápido abandono das mesas de negociação com Moscou.

Ao se referir à invasão na Ucrânia, John Mearsheimer afirma que o Ocidente, e especialmente os EUA, são os principais responsáveis pela crise iniciada em fevereiro de 2014. Segundo a cadeia de eventos mais recentes que teriam levado à eclosão do conflito russo-ucraniano, nos deparamos, em fevereiro de 2014, com os protestos ucranianos, que com o apoio dos Estados Unidos, derrubaram o governo eleito de Viktor Yanukovich. À deposição de Yanukovich foi seguida pela anexação da Crimeia e início da guerra civil em Donbas, região no leste da Ucrânia. O episódio mais recente, de acordo com Mearsheimer, foi a tentativa do governo Trump de tornar a Ucrânia um membro de fato da OTAN pela via da venda de armas em 2017, justamente em meio à guerra civil com repúblicas separatistas pró-russas, formadas por russos étnicos, na região de Donbas. Embora o cientista político norte-americano da escola realista afirme que o conflito internacional é o mais perigoso desde a crise dos mísseis cubanos em 1962, diversos analistas o consideram o mais ameaçador desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mearsheimer refuta a opinião dominante no Ocidente segundo a qual Putin é o agressor irracional que pretende ampliar a extensão territorial russa e fazer jus à sua vocação imperial. O cientista político norte-americano sustenta que a guerra, considerada ato de agressão pela OTAN e por grande parte da mídia Ocidental, pode ser interpretada como operação defensiva russa diante da expansão da OTAN.

Para Mearsheimer, a expansão da OTAN em direção ao leste europeu seria a principal motivação da invasão russa. Ela se vincularia a uma sucessão de eventos, como a declaração da cúpula de Bucareste em 2008, que levou o então presidente norte-americano Georg W. Bush a pressionar a OTAN por meio do anúncio de que Ucrânia e Georgia deveriam se tornar seus membros. Esta declaração foi objeto de repúdio e considerada por Putin uma ameaça existencial à Rússia. Segundo seu entendimento, os Estados Unidos seriam responsáveis por uma guerra que não apenas vem destruindo a Ucrânia e ceifando a vida de milhares de cidadãos ucranianos, mas tem o potencial de se converter em uma guerra nuclear entre a Rússia e a OTAN.

De fato, no desenrolar da guerra que conta com mais de 100 dias, a ordem nuclear foi rompida com a declaração de Sergei Levrov. Há o entendimento de que tal ameaça por parte da maior potência nuclear teria desfeito o consenso que orientou seu uso e que seria exclusivamente destinado para fins dissuasórios. Teria havido uma mudança de paradigma: enquanto antes o objetivo era tornar visível a posse de tal armamento para intimidar e evitar o conflito nuclear, agora a referência a esse tipo de arsenal bélico não é meramente preventiva, defensiva, mas assumiria uma intensidade ofensiva no sentido da possibilidade de seu uso real e concreto. Há especulação que gira em torno de uma nova era atômica, mas quando a possibilidade de emprego de tal armamento surge nas declarações de autoridades, tal como o Ministro das Relações Exteriores russo, que age diretamente em nome de Putin, as incertezas se elevam a tal ponto que os desdobramentos do conflito se

tornam ainda mais imprevisíveis. Além disso, a ruptura do limite moral, em torno do qual havia consenso, abre o precedente global para outros países adotarem a tática do emprego de armamento atômico para fazer valer seus interesses.

A tentativa de aproximar a Ucrânia da União Europeia também estaria na esteira de provocações a Moscou. Certamente Putin e Xi Jingping, ao defenderem poucos dias antes da invasão à Ucrânia, na abertura dos jogos olímpicos de inverno, em Pequim, a multipolaridade, soberania e independência dos povos tal como prevê a Carta da ONU, não se esqueceram de que a Ucrânia é soberana e independente. A aliança sino-russa caracterizada por amizade sem limites, superior ao período da Guerra Fria, se pauta pela multilateralidade, independência e autodeterminação dos povos, mas a validade de tais princípios parece variar em conformidade com seus respectivos interesses geopolíticos, sobretudo quando se referem a países com os quais fazem fronteira.

Este também é o modus operandi dos EUA que jamais admitiria a expansão de uma aliança militar russa ou chinesa na direção do México ou Canadá. De acordo com este contrafactual, não seria difícil prever a reação norte-americana. Mediante este exemplo é necessário pensar no real significado que tem a independência de um país em meio à imposição dos interesses das grandes potências e que seria necessário fazer para conquistar uma independência de fato e consolidá-la.

A guerra russo-ucraniana é também uma guerra energética. A Europa, sobretudo a Alemanha, possui uma relação de interdependência muito clara do gás e petróleo russos. Por um lado, a Europa representa o maior mercado consumidor do mundo e, por outro, a Rússia é o maior fornecedor deste mercado. A pressão dos EUA contra a importação do gás russo pela Europa é um dos fatores de um conflito econômico que pretende enfraquecer a potência energética. A reavaliação da aceitação da matriz energética russa pelo Ocidente antecipa e acelera a busca por novas fontes energéticas e novas parcerias. Representa também um retorno à energia nuclear. A batalha pelas fontes energéticas poderá deslocar o conflito para os países que dispõe de recursos de energia limpa, mas a principal luta tende a ser travada pelas bacias hidrálicas, pela biodiversidade e, assim, o interesse pela região amazônica se ampliará de modo acelerado.

4 O MUNDO EM 2122 E OS DESAFIOS DO BRASIL EM SEU TRICENTENÁRIO

A guerra russo-ucraniana provocou o renascimento da geopolítica. Ela jamais está ausente, mas foi por vezes relegada a segundo plano, eclipsada por um mundo altamente globalizado que, sobretudo antes da pandemia, relativizava a disputa pelo espaço considerado estratégico. No auge da globalização foi conferida menor importância à geopolítica do que às relações econômicas estruturadas a partir de cadeias produtivas e alicerçadas em um livre mercado cujo funcionamento era impulsionado pela circulação veloz de capitais, mercadorias e pessoas. Obviamente

a globalização não acabou e tampouco o livre mercado, mas houve uma mudança no ritmo de produção, circulação e distribuição de bens em razão da desaceleração e do elevado custo de produção ocasionado pela suspensão da produção de insumos essenciais.

A pandemia, somada à guerra que eclodiu logo após a redução da letalidade da crise sanitária possibilitada pela vacinação, provocou aguda retração econômica. Primeiro, em razão do estado de exceção global de saúde que compeliu a medidas sanitárias cujos efeitos afetaram cadeias globais atrasando e, por vezes, paralisando a produção de diversas matérias primas. Segundo, em virtude dos embargos econômicos impostos à Rússia que aumentaram o custo de produção e pressionaram os preços do petróleo, gás, carvão, trigo, fertilizantes etc.

A disputa militar pela Eurásia entre russos e os países membros da aliança militar transatlântica alcançou a questão da segurança ao centro do palco da política mundial tornando áreas de influência essenciais. O tema da segurança, indissociável da defesa das fronteiras, provocou efeitos sísmicos na configuração geopolítica global. A disputa pelo domínio de regiões consideradas centrais para o controle e monitoramento de rotas comerciais, para circulação de bens e mobilização de tropas em extensas vias terrestres que ligam terra e mar, não é novidade.

O geógrafo Harfold Mackinder, em conferência proferida à Real Sociedade Geográfica inglesa, salientava em tom quase profético a existência de uma gigantesca extensão terrestre que separava o oriente do ocidente e que seria palco de disputas entre as nações. Quando da abertura da Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial, Mackinder (2004) converteu esse ensaio em uma máxima memorável: “Quem governa a Europa Oriental comanda o *Heartland*”, escreveu ele. “Quem governa o *Heartland* comanda a *World-Island*. Quem governa a *World-Island* comanda o Mundo” (MACKINDER, 2004, p. 434).

Intitulada “Pivô Geográfico da História”, a conferência, posteriormente, publicada no *The Geographical Journal* em 1919, orientava seu olhar em direção a massa terrestre colossal da Eurásia que seria o centro do espaço político mundial onde ocorreriam conflitos entre povos e nações. Ao observar a imensidão da faixa terrestre que separa a Europa Oriental da Ásia, Mackinder (2004) se deparava com fato ineludível e desproporcional da dimensão continental do território russo em relação aos demais Estados europeus. Foi então pensado na mobilização e nos conflitos entre orientais e ocidentais que viu na região da eurásia um coração que seria objeto de mobilidade populacional e incursões que considerou determinante para o domínio do globo.

Aquele que fora chamado de país do futuro parece estar deitado em berço esplêndido à espera de um progresso. A fé na história progressista brasileira, por vezes cristalizou a ação política, ao se acreditar na chegada do progresso no horizonte próximo. Em verdade, houve ao longo do tempo avanços e retrocessos, mas é inequívoco o fato de que o país recentemente regrediu e acentuou a sua

condição agrária, o que remonta ao período colonial. Busca-se, no entanto, ocultar a regressão com a propaganda do país “celeiro do mundo”.

À propaganda neocolonial, que alça o agronegócio à locomotiva da nação, subjaz a desindustrialização, o desemprego, o contingenciamento de investimento em pesquisa, a ausência de reforma agrária, a aumento da desigualdade e pobreza, a acelerada concentração de renda, a crescente insegurança alimentar, sem deixar de mencionar o acelerado desmatamento sem precedente na série histórica.

O progressivo desmatamento põe em risco à região da Pan-Amazônia. Formada por mais de nove países da América Latina, a região contém “a floresta tropical de maior extensão e biodiversidade com aproximadamente 34 milhões de pessoas, 20% da água doce disponível no mundo e uma riqueza incalculável de recursos minerais e energéticos”. Disputada em razão de seu potencial econômico, da conservação de seu equilíbrio climático e da biodiversidade do planeta, a região é objeto de inúmeros conflitos de interesses extrativistas, agroindustriais, indústrias farmacológicas, ONGs, ambientalistas e por governos de países situados fora da América Latina. Sua conservação e a proteção desafiam a soberania dos países que a compõem.

A manutenção da soberania brasileira está intimamente vinculada à capacidade de proteção da Amazônia já que seu território contém 70 % da totalidade de sua extensão. O diagnóstico, entretanto, mostra que os interesses extrativistas estimulados por grupos políticos são a sua maior ameaça. Antes de 100 anos o perigo maior tende a sofrer inflexão, deixa de ser endógeno e passa a ser exógeno. Com o aumento da temperatura global em 1,5 graus, o “pulmão do mundo” vai superar o *Heartland* pressagiado por Makinder e passará a ser o epicentro geopolítico do mundo.

Elaborados por cientistas franceses, novos modelos climáticos que servirão de base para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), previsto para 2021, indicam que o aquecimento global pode ser maior do que o previsto. As projeções sinalizam um cenário de aumento da temperatura média mundial em 7°C em 2100. Até então, o cenário mais pessimista no IPCC de 2014 previa 24,8°C em relação ao período pré-industrial (SOARES, 2019).

Em discurso proferido pelo secretário-geral da ONU à Assembleia da Geral, em 21 de setembro de 2021, António Guterres chama a atenção para o risco do aumento da temperatura média global para níveis alarmantes:

Os alarmes climáticos também estão tocando em alta velocidade. O recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima [IPCC] foi um código vermelho

para a humanidade. Vemos os sinais de alerta em todos os continentes e regiões. Temperaturas escaldantes. Perda de biodiversidade chocante. Ar, água e espaços naturais poluídos. E desastres relacionados ao clima em cada esquina. Como vimos recentemente, nem mesmo esta cidade – a capital financeira do mundo – está imune. Cientistas do clima nos dizem que não é tarde demais para manter viva a meta de 1,5 grau do Acordo de Paris sobre o Clima. Mas a janela está fechando rapidamente. Precisamos de um corte de 45% nas emissões até 2030. No entanto, um relatório recente da ONU deixou claro que, com os atuais compromissos climáticos nacionais, as emissões aumentarão 16% até 2030. Isso nos condenaria a uma paisagem infernal de aumentos de temperatura de pelo menos 2,7 graus acima dos níveis pré-industriais – uma catástrofe. Enquanto isso, a OCDE acaba de relatar uma lacuna de pelo menos US\$ 20 bilhões em financiamento climático essencial e prometido aos países em desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS BRASIL).

Uma das consequências do aumento da temperatura será a maior recorrência de ondas de calor que já serão fatais nos anos 2050. Segundo David Salas y Media, responsável pelo clima no Centro de Pesquisa Météo-France-CNRS. O pesquisador prevê um cenário de secas muito mais longas e prolongadas, práticas agrícolas em grandes dificuldades, e incêndios florestais que se multiplicam em regiões em que hoje não são muito frequentes.

É inequívoco o fato de haver elevada probabilidade de aumento da temperatura média do planeta em mais 7 graus Celsius, em 2100. Essa projeção realizada com base em modelos científicos vai provocar antagonismos, precisamente amplos conflitos existenciais, causados pela disputa dos recursos naturais básicos para continuidade da vida humana. De acordo com esse horizonte de expectativa, as disputas, os conflitos violentos, sejam eles bélicos ou não, tendem a se concentrar na região onde se encontram as maiores bacias hídricas e hospedam a biodiversidade em larga escala. O mundo não se dividirá apenas entre aqueles que querem preservar o meio-ambiente e os que querem explorá-lo, o prognóstico apresentado por este ensaio prevê para 2122 a disputa pela sobrevivência de populações que lutarão pelos recursos mais elementares. Não resta dúvida que a preservação do patrimônio ambiental é uma questão de defesa nacional e política pública que requer o planejamento do longo prazo a fim de informar as decisões políticas fundamentais que são tomadas no tempo presente.

O coração geopolítico do planeta poderá ser deslocado da Eurásia, palco das duas Guerras Mundiais e da atual guerra na Ucrânia, para a América Latina, precisamente à região da Pan-Amazônia. Hoje a Amazônia já é dos maiores desafios para a soberania nacional brasileira, no próximo centenário o país corre o risco de perdê-la caso não atribua a questão ambiental à importância central da

preservação e conservação existencial de sua população, da população global e da futura geração.

Não será possível preservar a soberania territorial do país com o maior patrimônio ambiental sem cooperação e ações de coordenadas com países vizinhos, sem investimento na sua tradição diplomática de negociação e sem investimento em Defesa e Segurança. O país precisa, em primeiro lugar, preservar os povos indígenas fortalecendo a presença militar contra o garimpo ilegal e o desmatamento. Nos últimos anos vem se tentando associar as Forças Armadas ao governo, porém, elas são instituições permanentes do Estado e precisam se dissociar da política e assumir sua missão constitucional precípua de defesa da pátria.

A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas patrimônio imensurável do Brasil. Urge que o governo brasileiro contenha sua destruição estimulada por sua visão imediatista extrativista mais destrutiva do que fora a do colonizador da metrópole portuguesa por ser endógena. A riqueza do país é infinitamente maior com preservação ambiental do que com extrativismo ganancioso estimulado por concepções pseudocientíficas favoráveis a grupos econômicos desvinculados do interesse nacional. Hoje o extrativismo deletério é praticado por segmentos da própria sociedade com apoio governamental, o que não será tolerado quando a abordagem internacional elevar a maior extensão de Floresta Tropical do mundo a pulmão geopolítico do planeta.

Em 2122, a Pan-Amazônia poderá ser palco de conflitos armados internacionais e os atores nele envolvidos não levarão em conta o fato de o Brasil ter uma tradição de relações pacíficas com seus vizinhos e uma história de poucas guerras interestatais. O desmatamento ilimitado e a incapacidade de o país exercer sua soberania interna e externa poderão justificar a invasão do território nacional bem como de outros países da América Latina onde se situa a região pan-amazônica. Quando isso ocorrer, se o país não tiver projeto nacional e investimento maciço em sua indústria de defesa, o prognóstico de médio e longo prazos é que as guerras com potencial mundial não ocorrerão na Eurásia, mas as grandes potências estarão disputando o “pulmão do mundo”.

Por enquanto, o país perde tempo imerso na miopia da polarização e fabricação de inimigo interno, provocando constante instabilidade e desconfiança. Volta-se o olhar para dentro e não para fora. O desmatamento ilegal e seu avanço vão levar a novas pandemias, à elevação do aquecimento global e destruição da biodiversidade. A questão climática e o desmatamento serão os principais fatores geradores das guerras, dos aumentos dos fluxos migratórios, das crises econômicas e sanitárias. A devastação do meio-ambiente será a causa preponderante dos conflitos violentos, que não terão mais como justificativa o terrorismo e a disputa das fontes de energia fóssil.

A acelerada degradação do meio-ambiente, precisamente das condições de existência da humanidade, cujo pulmão será cada vez mais identificado à Amazônia,

deslocará o coração geopolítico do mundo para o “pulmão” do mundo situado na América Latina. As formas de violência mais ameaçadoras serão consequência do aumento da temperatura da terra, do desflorestamento e o teatro de operações bélicas poderá ter como palco os países latino-americanos.

Diante desse cenário de colapso ambiental convém exigir o cumprimento da missão precípua das Forças Armadas previsto na Política Nacional de Defesa ao declarar que a enorme extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira e as dificuldades de mobilidade, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas ao desenvolvimento e à integração daquela região.

A presença do Estado democrático de direito brasileiro na Amazônica deve ocorrer de modo a defender os povos indígenas e o imensurável patrimônio ambiental nacional. Proteger a maior floresta tropical do mundo com suas bacias hídricas e sua inestimável biodiversidade é uma questão de soberania e ética da responsabilidade perante a população brasileira e as futuras gerações cujo horizonte e expectativa não são nada auspiciosos. Por enquanto, a devastação da Amazônia brasileira e as disputas em torno dela são endógenas, mas em menos de 100 anos o cenário geopolítico tende a se alterar e novos atores poderão invadir a região com os propósitos de ocupação e exploração. É imperioso investir no complexo industrial de defesa nacional em virtude das ameaças externas que crescerão cada vez mais diante da crise ambiental e do aumento exponencial do interesse pela Amazônia. O investimento na indústria de defesa não projeta apenas poder, mas gera tecnologia, emprego e desenvolvimento. Não há defesa sem desenvolvimento tecnológico e social. O Brasil precisa escapar à espiral da polarização que nos torna surdos e míopes diante da necessidade de um projeto nacional de País. Não sabemos o que queremos ser, para onde vamos e que papel queremos ocupar no mundo complexo repleto de contingências. Ninguém em sã consciênci quer ser fraco, vulnerável. O conflito Rússia-Ucrânia nos mostra o perigo de sermos tutelados quando o interesse das grandes potências é contrariado, o que acaba fazendo com que médias e menores potências se tornarem um joguete em suas mãos. O atual governo brasileiro, porém, não abandona a prática frátrica de fabricar seus inimigos internos e assim não logra enxergar a necessidade de unir e estabilizar o país, projetar as ameaças externas e ter um planejamento de defesa contra potenciais inimigos externos. É notável que à questão ambiental não se tem atribuído à devida importância. Pelo contrário, o patrimônio ambiental brasileiro se tornou objeto de política extrativista deletéria.

Se o Estado brasileiro não proteger devidamente suas populações originárias, sobretudo os povos indígenas, da ameaça do garimpo, da grilagem, do desmatamento, da poluição dos rios, assistiremos ao extermínio, à savanização, desertificação e a fome numa escala sem precedentes. Dessa forma, o Leviatã

brasileiro, com segmentos da população cada vez mais armada, tomará o caminho do estado natureza hobbesiano. Unir a América Latina independentemente de diferenças ideológicas é necessário para a proteção regional que lida com novos atores internacionais com interesses diversos. Hoje, as políticas ambientais no Brasil não se orientam pela racionalidade da adequação de meios para fins de preservação e autossustentabilidade, mas pela ideologia desenraizada do princípio da realidade, o que impede construir um projeto de país. A ideologização e a polarização, que se transformaram em método político, impedem o país de elaborar uma política de Estado e se tornar uma verdadeira potência regional em condições de proteger a maior floresta tropical do mundo e os vizinhos de seu entorno estratégico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há desamparo maior do que a incapacidade de compreender o momento presente em que vive a humanidade. O desconhecimento do momento histórico e a tentativa de sua compreensão por meio de conceitos que se tornaram ocos, deixa a humanidade à deriva. Tentar compreender a emergência de uma nova ordem mundial a partir da guerra russo-ucraniana, por meio de conceitos como o de Guerra Fria, significa se aferrar ao passado e não perceber que as causas que originam os conflitos existenciais se modificam ao longo do tempo e os conceitos que as explicam podem se tornar abstrações vazias. O momento histórico de hoje reflete a primazia do geopolítico. A geopolítica é um dos principais conceitos que nos ajudará a compreender o deslocamento do centro mundial das disputas do coração do mundo eurasiano para o pulmão do mundo latino-americano. Município deste prognóstico de longo prazo, talvez seja possível orientar as expectativas e evitar escolhas imediatistas, incapazes de proteger as populações e de compreender novas ameaças que decorrerão da luta pelo meio ambiente e a disputa existencial pelas condições de possibilidades mais básicas para a continuidade espécie humana.

Os desdobramentos do conflito armado russo-ucraniano contêm em si os elementos embrionários que vão reconfigurar a ordem mundial do século XXI. A compreensão da reconfiguração do tabuleiro da política mundial é imprescindível para efetuar o prognóstico das adversidades e novas ameaças que o país terá de enfrentar no cenário de longo prazo.

A guerra entre Rússia e Ucrânia abalou e vem sacodindo as placas tectônicas do tabuleiro geopolítico, seus desdobramentos vêm produzindo erupções vulcânicas cujas lavas trouxeram de volta o fantasma de um confronto de escala mundial com possibilidade de uso do arsenal nuclear por grandes potências. A hipótese de uma Terceira Guerra Mundial voltou a ser cogitada por autoridades diretamente envolvidas no confronto bélico na Eurásia. Estamos, portanto, diante de uma guerra em cujas vísceras se encontram o fermento da nova ordem mundial que repercutirá sobre ações dos atores da política internacional. O desafio que se

impõe é conjecturar sobre as relações de poder que vão despontar no tabuleiro da política internacional. Por enquanto a guerra parece acelerar a transição em direção à multipolaridade e conferir primazia à geopolítica como elemento central das transformações em curso.

Conforme se observou, o epicentro do mundo se desloca da Eurásia à América Latina: em 100 anos o “coração do mundo” poderá ser substituído pelo “pulmão do mundo”. A disputa pela preservação e pelo controle do meio-ambiente será o fato gerador de toda sorte de conflitos bélicos. A luta pelos recursos fundamentais do patrimônio ambiental da Amazônia, maior floresta tropical do mundo, passará a ocupar o lugar das disputas pelas matrizes energéticas fósseis e o centro da geopolítica se deslocará da Eurásia à região Pan Amazônica. O novo nomos da terra, portando o centro da disputa espacial, como diria Carl Schmitt, migrará da Eurásia para a América Latina, o que pode ser traduzido pelo fato de que o nervo central da geopolítica mundial será a questão ambiental. Nesse sentido, a Amazônia não será apenas um tema central da pauta ambiental, mas será alcançada ao palco de disputas pela apropriação e controle de seus recursos naturais imprescindíveis à continuidade da existência das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2016.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Energia*. Brasília, DF: MME; EPE, 2020.

GUMBRECHT, H. U. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Tradução Luciana Villas Bôas e Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2012.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro, Contraponto; Editora PUC-Rio, 2011.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre a História*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

LIMA, M. R. S. et al. *Atlas da política brasileira de defesa*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

MACKINDER, J. H. The Geographical Pivot History. *The Geographical Journal*, v. 170, n. 4, p. 298-321, Dec. 2004.

MAQUIAVEL, N. *O princípio*: escritos políticos. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1973.

MCCOY, Alfred W. *In the shadows of the American century*: The rise and decline of US global power. Haymarket Books, 2017.

MCCOY, Alfred W. *To Govern the Globe. World Orders and Catastrophic Change*. Chicago: Haymarkt, 2021.

NAÇÕES Unidas Brasil. Brasília, DF: ONU, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secretario-geral-da-onu-assembleia-geral-21-de-setembro-de-2021> 4/24. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOARES, Vilhena. Novas projeções apontam aumento de 7º em 2.100. *Correio Braziliense*, 18 set. 2019. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2019/09/18/interna_ciencia_saude,782919/novas-projecoes-apontam-aumento-de-7-c-em-2100.shtml. Acesso em: 18 set. 2019.

SCHMITT, C. *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum*. Trad. Alexandre Guilherme Barroso de Matos Fraco de Sá [et.al.], Bernardo Ferreira, José Maria Arruda e Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

THE ECONOMIST. A dream deferred. *The Economist*, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2021-06-05>. Acesso em: 3 jun. 2021.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. 2005.

WILLIAMS, Dan. John Mearsheimer on why the West is principally responsible for the Ukrainian crisis. *The Economist*, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2022/03/11/john-mearsheimer-on-why-the-west-is-principally-responsible-for-the-ukrainian-crisis>. Acesso em: 10 mar. 2022.

REFLEXÕES SOBRE O FUTURO: o próximo centenário

Eurico de Lima Figueiredo*

Pensar em um século adiante não é tarefa das mais fáceis. É um tema tão provocador quanto complexo. Provocador, porque se tenta antecipar o que não se sabe a partir do ponto de vista do que, pretensamente, se sabe no presente que se vive e do passado que já se foi. O empreendimento ainda é mais instigante porque o Brasil está no mundo e o mundo no Brasil. Na próxima centúria, nosso país deverá receber e responder as grandes transformações que deverão ocorrer, em escala global, na sociedade on line do futuro. Complexo porque, caso se queira usar uma das propriedades da ciência, a capacidade de prever, estaremos em dois campos distintos do saber científico, por um lado no âmbito das Ciências Duras, como a Física e a Química, e, por outro, no campo das Ciências Sociais, como a Sociologia e a Ciência Política. No caso das primeiras, a previsibilidade pode ser obtida, em certas condições, quando se pode supor o controle das variáveis constantes, já comprovadas empiricamente. Entretanto, mesmo assim, as previsões podem sofrer alterações, devido não só ao próprio progresso dos achados científicos, como também por fatos e dados porventura ignorados ou desconhecidos. No plano das chamadas Ciências Sociais, as questões das científicidades são de outra ordem e envolvem tanto questões de método, entendidas no sentido epistemológico, como questões de técnica de pesquisa. As previsões são, assim, de outra modelagem. Mas pode haver, sim, o exercício da previsibilidade, embora com menor grau de precisão. A história humana resulta do pensamento e da ação dos homens que, por suposto, são livres para escolher e mudar, não obstante sejam condicionados pelo contexto histórico-social em que vivem.

Nos próximos cem anos, no plano técnico-científico, as transformações serão de tal porte que, talvez, somente os mais talentosos cultivadores da ficção científica serão capazes de imaginar. O processo de aceleração do tempo histórico, já detectado na primeira revolução industrial, entre 1750 e 1850, ganhará ritmo imprevisível nos próximos cem anos.

Em menos de três séculos nossa percepção do tempo vivido alterou-se para sempre. Inventaram-se máquinas de encurtar o tempo, como os telefones, os carros, os aviões. Máquinas de enriquecer o tempo, como o rádio, a televisão, os vídeos, os *streamings*. Máquinas de estocar tempo, como os computadores. Máquinas de programar o tempo: os primeiros foram os relógios mecânicos e, no século passado, os relógios digitais e as agendas eletrônicas. Foi preciso duzentos anos para que a impressora de Gutenberg propiciasse a edição do primeiro jornal e

* Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense. Professor Titular de Relações Internacionais e aposentado na mesma Instituição. Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

custou cinquenta para que o telefone chegasse a um público de massa. Entretanto, o celular demorou sete anos para ter audiência popular e ganhar as redes sociais. Hoje são meios de informação *on line* que competem com as mídias impressa, radiofônica e televisiva. O tempo transcorre a uma velocidade inimaginável para quem nasceu há cem, duzentos anos atrás. Porém, por outro lado, vive-se por muito mais tempo. Em um século a expectativa de vida na Europa ocidental duplicou e há quem preveja que uma criança nascida nos dias de hoje viverá por mais de cem anos. Um bebê nascido em 2022, caso festeje seu centenário, estará em um Brasil que, agora, podemos tão somente supor timidamente como será.

Noventa anos atrás, Aldous Huxley (2014) escreveu seu tão conhecido livro *Admirável Mundo Novo*. A obra espelhava as conquistas que a ciência poderia trazer para a humanidade, em especial a engenharia genética, mas de um ponto eminentemente crítico. O termo “admirável” guardava seu significante ácido, pois, na obra, os feitos da ciência serviram para criar um mundo despótico. Nele, o destino das pessoas era definido em laboratórios, divididos em duas castas diferentes: os mais limitados, direcionados para os trabalhos braçais; e os privilegiados, para o comando. Permeava a narrativa uma temática que vinha de longe, desde a filosofia grega: a relação entre o progresso moral dos homens e o progresso material, medido, dir-se-ia hoje, pelos avanços técnico-científicos. Em 1945, o mundo ficou sabendo que o homem dominava o mundo da energia nuclear para afirmar seu poder contra outrem. A criança que chegará ao seu centenário em 2022 viverá o mesmo dilema ancestral? Ou, como especulam os hiper-realistas, pensando no semipiterno digladio entre Eros e Tanatos no interior da alma humana, será que ela atravessará ilesa este já sangrento século XXI, sem testemunhar o horror do apocalipse atômico? O cataclisma nuclear ocorrerá por acidentes, incidentes, *bugs* nos sistemas computacionais ou por opção política das grandes potências nucleares das quais a humanidade é refém? Explodirá outra “bomba”, a “bomba climática”, alterando catastroficamente o ambiente em que se vive no planeta Terra?

Não é, entretanto, por este caminho que pretendo direcionar minhas breves e imprecisas indagações a respeito do que poderá ser o terceiro século de nossa Independência e de nossa constituição como nação que se quer soberana. Como cientista social, com interesses nas áreas da Ciência Política, das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, meu ponto de vista cria o objeto. Não será possível para este palestrante, por falta de expertise, prever o futuro do Brasil, e muito menos o do mundo, daqui a cem anos em termos do choque que o avanço imprevisível da ciência, da tecnologia e da técnica trará para a convivência humana em escala planetária. Poderá, entretanto, ter alguma validade um exercício de outra ordem. Ou seja, partir-se da ideia de que, assim como a natureza não dá saltos, os processos históricos também não, quando há em vista os movimentos das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que permeiam a sociedade. Tais estruturas, por certo, recebem e precisam absorver as consequências do

desenvolvimento técnico-científico. Mas elas se movem mais lentamente e desigualmente do que os progressos obtidos no plano das transformações científicas, tecnológicas e inovativas. Vive-se ainda, em muitas partes do mundo e do Brasil, em uma espécie de “museu histórico” onde, depois de extraordinários avanços propiciados pela primeira Revolução Industrial, cerca de 270 anos atrás, verifica-se terrível descompasso entre a riqueza e a pobreza, entre saber e a ignorância, entre a cidadania e o anonimato político. Nesse “museu”, o passado convive com o presente, o presente questionando o futuro que se terá. No exato momento em que escrevo este ensaio, um público ilustre e ilustrado, com acesso a maravilhosos dispositivos eletrônicos dos mais avançados e sofisticados, habita o mesmo país onde milhões de brasileiros vivem em favelas, mocambos, palafitas, privados das benesses do desenvolvimento econômico. O passado está no presente. E aqui reside o essencial da proposição que anima esta apresentação: são distintas as velocidades das transformações econômicas e técnico-científicas e a mudança da percepção moral/espiritual das sociedades. Pode-se viver em um mundo em que, a um só tempo, desfruta-se dos benefícios da riqueza e da ciência e da tecnologia, mas se convive com a falta de solidariedade humana, com a presença da violência e da corrupção, com o apartheid entre os que têm muito e os que precisam se conformar em ter muito pouco. Há aqui uma questão filosófica já proposta desde os tempos da Grécia antiga: a dissonância entre o progresso material e o espiritual/moral nas sociedades humanas. A Bertrand Russel (1872/1970), um dos maiores pensadores do século XX, foi perguntado como se poderia imaginar a Terceira Guerra Mundial. Ele respondeu que não saberia responder como seria a Terceira, mas a Quarta, sim. Seria com arcos e flechas...

Na abordagem do tema que foi proposto – o vislumbre do que será o Brasil no próximo centenário de sua Independência – optou-se pela adoção de uma metodologia estrutural. Ela permitirá recuperar, em linhas gerais, quais os movimentos das estruturas política, econômica, social e cultural do Brasil que saiu de seu status de Colônia, em 1822, e ingressou na fase do país monárquico e soberano que prevaleceu por mais de 67 anos de nossa história. A hipótese é que aquelas referidas estruturas – repita-se, nos níveis político, econômico, social e cultural – experimentaram mudanças mais lentas do que o progresso material alcançado pela sociedade brasileira como um todo. Em outras palavras e resumidamente: o país contém dentro de si, ainda hoje, remanescentes arcaicos do século XIX. A superação desses arcaísmos serão os principais desafios estruturais de sua próxima centúria.

Como estávamos 200 anos atrás? A Independência do Brasil foi um ato e um processo. Foi mudança e permanência. Continuidades coexistiram com descontinuidades marcantes no processo político. Ocorreu uma ruptura com a monarquia portuguesa, mas com ela se manteve laços profundos. O formal – a Declaração de Independência – levou a uma nova realidade, vivida e sentida, que inaugurou o Brasil politicamente brasileiro. Se, manifestadamente, deixamos de

ser uma colônia, com a criação de um Estado nacional soberano, permanecemos, em latência, um país que continuava ligado à antiga metrópole, inclusive por laços sanguíneos do nosso primeiro monarca com a realeza lusitana. Economicamente, continuávamos dependentes de Portugal, mas, também, e principalmente, da maior potência econômica da época, o Império britânico. Porém, pela primeira vez podíamos descortinar uma política externa como Estado nacional independente. Do ponto de vista cultural/intelectual, continuamos submetidos, em boa parte, ao modo de pensar, sentir e agir que vinha do centro europeu e dos Estados Unidos, que já despontava como um país próspero e que seguia um caminho todo próprio desde sua Independência em 1776, quase meio século antes da brasileira. Mas, por outro lado, houve o desafio de forjar uma concepção política singular, original e inédita nas diversas Américas, a do Norte e a do Sul, a Central e a Insular. Tornamo-nos uma monarquia constitucional, mas o monarca que aqui ficou era herdeiro de um Império que tinha colônias mundo afora. Seja qual for o ângulo de observação ou da lente teórica utilizada para se entender o que aconteceu entre nós quase dois séculos atrás, há de se atentar para o gigantismo das tarefas empreendidas. Como se manteve a integração de território que já era um dos maiores do mundo? Como se afirmou o senso de nacionalidade em um território de proporções continentais, com uma população rarefeita que, na época, era composta por menos de quatro milhões de habitantes, sendo quase a metade originária de escravos? Como foi lidar com uma economia que parecia uma espécie de arquipélago terrestre, onde apenas alguns polos experimentavam riqueza, enquanto a maior parte das pessoas sobrevivia na base da subsistência e de uma economia que ainda era de escambo?

Seria simplista dizer que a Independência foi pacífica. Não foi. Em muitas partes do Brasil, portugueses e brasileiros se enfrentaram com armas na mão, os primeiros querendo a manutenção do status quo, os segundos favoráveis à superação da condição de colônia. Brasileiros lutaram contra brasileiros, com sangue derramado, grupos defendendo ideais diferentes para o futuro do Brasil. Não foi uma Guerra como a da independência estadunidense, onde ocorreram cerca de 25 mil mortes entre 1775 e 1783; aqui estima-se que o custo humano foi bem menor, algo entre 2000 e 3000 vítimas. Mas há de se atentar para uma conspícuia diferença. A extensão do território brasileiro era muito maior do que o dos Estados Unidos na época de sua Independência do Império britânico. Naquela época, o país americano não possuía a extensão territorial contígua que só ganharia no século XIX. O estado de Louisiana foi incorporado à União norte-americana em 1803, Texas em 1845; Oregon em 1846; Nevada e Novo México em 1848; California e Utah em 1850. Ou seja, em um espaço territorial muito menor, morreram algo como 10 vezes mais americanos na sua Guerra de Independência do que brasileiros quando de sua separação de Portugal. Mas, mesmo assim, não foi sem sangue que se fez a Independência e se afirmou um Estado nacional com dimensões continentais. Este é um dado importante porque, enquanto nos Estados Unidos a Independência

resultou de um conflito bélico de proporções avantajadas, aqui prevaleceu a ideia do entendimento e da conciliação, que fariam, doravante, parte da cultura política nacional.

Durante mais de três séculos o Brasil pertenceu a Portugal como colônia. Os que aqui nasciam ou os que para aqui emigraram eram súditos da Coroa lusitana. Para um novo país, que se constituía como um Estado soberano, uma grande questão era a consolidação de sua identidade nacional. Com a independência, todos os que aqui habitavam passaram a ser brasileiros. Teriam que obedecer a uma ordenação jurídica que os subordinava a uma nova ordenação política, consubstanciada na Carta Magna promulgada em 1824 (BRASIL, 1824). A nova Constituição definiu os termos de lealdade e obediência ao soberano. Mas os brasileiros não eram considerados como cidadãos, como nas Repúblicas, mas súditos, como acontece nos regimes monárquicos. Além do mais, parte substancial da população, quase sua metade, em uma sociedade que assentava sua economia no regime escravista, não portava qualquer status político. O círculo do poder era restrito. E esta foi uma outra característica que marcou a vida do novo país. Os “donos do poder”, na expressão de Raimundo Faoro (2012), viam-se como uma camada “nobre”, acima e distantes da população.

Para os cientistas sociais, a definição de “nação” e “nacionalidade” é complexa. O conceito de nação não é algo dado: implica um processo constituinte onde vai se formando, de uma parte, o sentido de identidade e, de outra, o de pertencimento. Ambos surgem por via de movimentos de “cima para baixo”, por quanto é elaborado e, afinal, imposto pelos que conquistam e mandam. Mas é também, como em espécie de refluxo, de “baixo para cima”, na medida em que os dominados vão assimilando e se acomodando à ordem estabelecida; em uma palavra, aceitam como legítima a ordem estabelecida. O conceito de cultura, no sentido antropológico, é útil para se entender os fenômenos da “nação e da nacionalidade”. Porém, é limitado. Em um mesmo país, grupos opostos podem comungar a mesma língua e linguagem, normas de interação, crenças em geral, mas imaginarem que compõem diferentes nações, seja por motivos étnicos, religiosos, econômicos ou político-ideológicos e, assim, podem se opor uns aos outros, com maior ou menor violência, até o limite de uma guerra civil violenta. Quase um século depois de sua independência, estadunidenses do Sul e do Norte entraram em sanguinolento conflito armado. A conflagração resultou em um número maior de mortos do que em todos os grandes conflitos que os Estados Unidos enfrentaram no século XX. Foi algo como 600 a 800 mil fatalidades, cifra ainda mais expressiva quando se tem em mente que, na época, a população do país era muito menor, cerca de 30 milhões de habitantes. As sequelas de um conflito de tais proporções atravessam os tempos, deixam marcas, estão presentes até os dias de hoje na sociedade americana. No caso do Brasil, o que surpreende até os dias presentes foi a capacidade demonstrada na construção de um sentimento de identidade nacional relativamente pacífico, sem se contar com o dinamismo

econômico que marcou o desenvolvimento dos Estados Unidos. Demoraria quase um século para que surgissem no país os primeiros grandes intérpretes de nossa nacionalidade, tais como Eduardo Prado, Alberto Torres, Manoel Bonfim. O ponto a realçar aqui é que a existência de nossa nacionalidade, de nossa constituição como Estado-nação, a partir da nossa Independência, foi um fato, uma realidade concreta, pulsante e pujante. Sua grandeza e complexidade desafiam até hoje as críticas mais cruas e cortantes que tantas vezes fazemos a nós mesmos, olvidando nossos feitos e realizações. A Independência criou o brasileiro no sentido político, pertencente ao Estado monárquico nacional brasileiro. Mas não o criou no sentido cultural, antropológico, sociológico. O brasileiro – e o sentimento de ser brasileiro – foi se constituindo desde que os portugueses aqui chegaram e se miscigenaram com as populações indígenas, nos primórdios da colonização. A fundação do Estado nacional brasileiro em 1822 formalizou a existência do “brasileiro político”, mas o “brasileiro real”, que já clamava por sua identidade própria, distinta da lusitana, era caudatário de mais 300 anos de história multiétnica.

A construção do Estado-nação é um dos tópicos marcantes da Ciência Política. Uma definição corrente de Estado nos diz, descriptivamente, que se trata de um ente político que requer três elementos constituintes: território, população e mando político (governo). É uma instituição que se supõe acima das demais, como a família, a educação, as crenças, o trabalho. Nesse sentido, o Estado moderno é a instituição das instituições, porque envolve e ordena todas as outras. Certo, nem sempre foi assim. O Estado moderno, no mundo ocidental, foi se formando a partir do século XV, experimentando singularidades próprias em cada caso, até adquirir suas complexas funções nos tempos contemporâneos. O Estado monárquico, nacional brasileiro, que vai se constituindo no Brasil após a independência, herdou a máquina estatal portuguesa, que aqui foi sendo montada desde os primórdios da colonização. Ela rapidamente se modernizou após a chegada de Dom João VI, em 1808, embora sempre estivesse muito aquém das necessidades de um país de nosso tamanho. Em 1822 não se construiu um Estado nacional sem passado. Estava lá uma burocracia, tanto civil como militar, que se entranhava, mal ou bem, por todo o território nacional. Por outro lado, a existência prévia dessa engrenagem, montada tendo em vista os interesses lusitanos, teria, como foi, de ser repensada e readaptada às necessidades geradas pela Independência. Uma questão aí ressaltava: muitos dos ocupantes do maquinário estatal era de origem portuguesa e, mais, os brasileiros, que ocupavam postos de mando, foram treinados para atender aos interesses portugueses. Havia, portanto, a dupla tarefa de conquistar a lealdade e a obediência de uns e outros face aos interesses próprios do novo Estado que aqui se organizava. Há de se pensar quão custoso e difícil foi a missão de montagem de um sistema estatal nas condições de um país de tão grandes proporções territoriais que, ademais, não podia contar, naqueles tempos, com meios ágeis de comunicação e integração.

O fenômeno do Estado se inscreve dentro de um fenômeno político que o antecede, o envolve e mesmo o transcende. É o fenômeno do poder, relação sempre tão dinâmica quanto conflituosa entre os que mandam e os que obedecem, os que governam e os que são governados. Há o fenômeno do poder onde o Estado ainda não se constituiu, mas as relações de mando existem, como, por exemplo, nas sociedades onde impera o caciquismo político. Grupos, comunidades, classes ou camadas de classe, dependendo da força social que os impulsionam, podem fazer parte do processo de decisão política estatal, seja através de seus representantes imediatos (parlamentares, por exemplo), seja através entrelaçamento de interesses com os que governam (os meios de comunicação, os grupos de pressão, as associações, as elites etc.). O processo de decisão estatal não é um jogo de cabras cegas, no qual as respostas se destituem de racionalidade: ao contrário, elas resultam da interação, mais conflituosa do que harmoniosa, de interesses objetivos que ora se chocam e se dividem, ora se interfecundam e se compõem. É a dialética do poder.

No Brasil de 1822, no topo da pirâmide da sociedade escravista, encontravam-se não só os produtores dos bens primários, os exportadores de nossa produção, os importadores de bens de consumo, mas também seus associados, os traficantes de escravos, os grandes fazendeiros, os donos de engenhos, os charqueadores. As rarefeitas classes médias eram compostas por comerciantes, profissionais liberais (tradicionalmente, médicos, advogados, engenheiros, professores), oficiais militares, clérigos, funcionários civis de um Estado ainda pouco complexo. O processo de ruptura com Portugal os fez se unir em torno do único centro do poder político que, na avaliação deles, poderia enfrentar a forte turbulência política que se enfrentava. Este centro foi o herdeiro da Coroa, Pedro I. No limite temia-se uma guerra civil ou étnica, esta última podendo ganhar a forma de uma incontornável rebelião dos cativos, vista como ameaça que poderia levar à desagregação caótica da ordem constituída. A base social do poder do Estado nacional monárquico apoiava-se nesse amálgama de interesses. O homem que foi capaz de idealizar o Brasil monárquico, dando-lhe sentido e direção, um pouco antes da Independência, e logo depois, nos momentos iniciais da construção do Estado imperial, foi José Bonifácio de Andrade e Silva (1763/1838), embora tenha sido breve sua permanência no primeiro governo constituído por Pedro I.

A elite brasileira da época, repita-se, não era homogênea quanto aos seus interesses e objetivos. Havia os adeptos da liderança de José Bonifácio, defensores de uma monarquia forte, centralizadora, capaz de evitar a fragmentação do país. Eram favoráveis à abolição da escravatura, à realização de reforma agrária, aos investimentos do Estado que atenuassem a ingerência dos interesses estrangeiros no desenvolvimento do país. Defendiam o incentivo à educação gratuita para todos, além de, pelo menos, uma universidade com ensino superior para medicina e engenharia, direito e economia. Eram conservadoras, mas, em boa medida,

também modernizadoras. Mas a ele se opunham duas poderosas facções. Por um lado, havia os “absolutistas”, tanto portugueses como brasileiros, que defendiam uma monarquia autoritária, forte, centralizadora, sem tocar, por isso mesmo, na estrutura econômica prevalecente, assentada na escravatura. Por outro, estavam os “liberais federalistas”, defensores de uma monarquia descentralizada, com autonomia federativa, com redução do poder real, que deveria ser controlado por assembleias legislativas, detentoras, essas sim, da energia política. Supunham uma sociedade de homens livres para criar e empreender, mas também conservadora, no tocante à permanência da base social do status quo, a estrutura escravista, tal como prevalecia nos Estados Unidos naquela época. Essas duas últimas tinham em comum a defesa do sistema da escravidão como “motor da economia”. D. Pedro I, por afinidade pessoal e ideológica, identificava-se, em parte, com a ala que estava do lado do seu amigo e mentor, José Bonifácio. Mas, por outro lado, reconhecia a força de seus opositores. Entre uns e outros tinha que conciliar, mas preservando sua capacidade de decisão. Foi no choque entre essas tendências conflitantes que foi surgindo e ganhando densidade a ideia de um poder moderador, que acabou materializada na Constituição de 1824, a mais longeva de nossa história até hoje, já que prevaleceu por 65 anos. Surgia, em uma palavra, no Brasil, a ideia de conciliação, como categoria ideológica do sistema político brasileiro. Nessa situação, o Poder monárquico atuava como polo mediador de tensões eventualmente antagônicas, mas que convergiam, por consenso, para a manutenção do status quo, tendo como base social a escravidão. As concessões foram custosas para o país como um todo: resultaram no atraso econômico. O trabalho escravo, tão iníquo em termos morais, quão contraproducente em termos produtivos e sociais, impediu a modernização da agricultura, privou a economia de uma massa de brasileiros capaz de criar e comprar no mercado interno, colocou a industrialização fora do horizonte das elites, satisfeitas com a exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados. O Brasil permaneceu na contração do que acontecia nos principais países da Europa, que avançava seu processo acelerado de desenvolvimento industrial. Nos Estados Unidos, foi preciso uma revolução civil violenta e sangrenta, entre 1861 e 1865, para que os ianques do Norte, industrialistas e industrializantes, pudessem se impor a uma outra elite com vocação agriculturalista e escravista. Aqui no Brasil a manutenção do sistema escravista estimulou a degradação dos costumes públicos e privados com a valorização dos gastos ostentatórios em uma sociedade pobre, sempre em busca dos favores do Estado, desdenhosa da população despossuída. Mais ainda: os hábitos adquiridos em uma cultura como esta, desvalorizaram o trabalho braçal e o sentimento de empreendimento. Criaram uma mentalidade conservadora, imediatista, voltada para a permanência mais do que para a mudança.

Ainda em relação à Independência, duas breves observações são oportunas. A primeira diz respeito à formação das forças armadas nacionais brasileiras em

condições tão adversas como as prevalecentes 200 anos atrás. Levando em consideração a definição clássica do grande cientista social alemão, Max Weber (1864-1920), o Estado é uma relação de homens dominando homens, dentro de um determinado território, sendo esta relação mantida, com êxito, por meio do monopólio do uso legítimo da força física. Nesta definição, reconhece-se a presença da violência nas interações humanas, mas o Estado, exercendo o seu monopólio, procura exatamente contê-la e controlá-la, quando usada por outros que não sejam os próprios agentes estatais. Isto implica não só um conjunto de diplomas legais que ordene o uso e os limites do uso da força. Requer também algo mais complexo: sua legitimidade, ou seja, o emprego da força deve ser aceito pela sociedade como uma necessidade à sua própria proteção. Não é a caso de, neste trabalho, analisar mais demoradamente a questão, um dos capítulos mais fascinantes e intrincados da Ciência Política. Mas já é possível aqui o destaque de um ponto importante: o desafio que foi a invenção e implementação, sempre processual, na forma de zig-zagues, das instituições constituintes do Estado nacional brasileiro que então se formava. Certo, já se herdara o aparato estatal legado pela Coroa portuguesa. Mas o desafio estava em dar-lhes um novo conteúdo simbólico que expressasse os ideais de um novo Estado, livre e independente, leal e fiel a uma nova autoridade estatal que deveria afirmar a identidade nacional do país que se constituía. Nessas circunstâncias, logo após a Independência, as Forças Armadas foram pensadas como meios de garantir a unidade territorial, uma espécie da “polícia das polícias”, que garantisse a obediência ao poder central instituído. Já aí uma distinção importante: se as polícias se organizavam e atuavam submetidas ao poder local, as Forças Armadas precisavam se estruturar com escopo nacional, presentes em todo o território brasileiro. Porém, elas não deveriam ser formadas sendo apenas “a polícia das polícias”. Suas missões eram ainda mais importantes: deveriam ser capazes de garantir a soberania do país no plano internacional, pois é a soberania a alma profunda do Estado, sua capacidade, em última análise, de existir em um mundo tomado por ambições e cobiças de outrem. Como isso tudo foi pensado e posto gradualmente em prática, incita a imaginação do historiador até hoje e lhe cobra pesquisas que possam entender a complexidade de nossas origens como sociedade politicamente organizada e o papel das Forças Armadas, a Marinha e o Exército, na sua constituição.

O segundo apontamento se relaciona à própria comemoração da Independência. Revemos sempre o passado a partir do ponto de vista em que nos situamos. Isto acontece, no plano individual, quando, com o passar do tempo, revisitamos nossa própria biografia, avaliando criticamente nossos erros e acertos, à luz do que aprendemos ao longo de nossas jornadas. *Mutatis mutandis*, o mesmo acontece no plano histórico. Entretanto, se se pode mudar nossa compreensão sobre nós mesmos e da história que nos foi legada, não se pode alterar a materialidade dos fatos. Que fatos, no caso do nosso país, são esses? Cito apenas alguns. Primeiro,

fomos capazes de criar e manter nossa unidade continental. Cabem aqui 27 países europeus e nos sobra muito mais. Aqui há contido como uma Índia, com sua área de três milhões de quilômetros quadrados e seus um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes, e ainda nos resta mais de cinco milhões de quilômetros quadrados para nossos um pouco mais de 210 milhões de pessoas. Segundo: falamos uma só língua em um espaço continental politicamente unificado, não obstante a remanescência de línguas indígenas autóctones. Terceiro, aqui se constituiu uma sociedade interétnica que, formada pela mestiçagem de índios autóctones, brancos e negros, recebeu o aporte de espanhóis, italianos, alemães, poloneses japoneses, chineses, árabes, judeus e de vários outros povos, em processo de assimilação constante. Quarto, a Monarquia, no seu lado mais nefasto, legou à posteridade pesada vulnerabilidade estratégica, com a manutenção da escravidão praticamente até o seu desenlace final. Ela permanece até os dias de hoje. *Last but not the least*, examinados os primeiros cem anos no plano que particularmente aqui interessa, o dos Estudos Estratégicos, os resultados foram contraditórios. Por um lado, positivamente, de outro, nem tanto. Logo após a Independência, as Forças Armadas foram pensadas, como já antes anotado, como uma “polícia das polícias”. Mas já aí uma distinção importante: se as polícias estaduais se organizavam e atuavam submetidas ao poder local, as Forças Armadas precisavam se estruturar com escopo nacional, presentes em todo o território brasileiro, subordinadas ao poder central. Suas missões teriam que ser muito mais importantes: deveriam ser capazes de garantir a soberania do país no plano internacional, pois é a soberania a alma profunda do Estado, sua capacidade, em última análise, de existir em um mundo tomado por ambições e cobiças de outrem. Quando eclodiu a Guerra do Paraguai (1864/1970), o maior conflito bélico na história do continente sul-americano, as Forças Armadas brasileiras foram vitoriosas, mas ao custo de cerca de 50 mil vidas e uma substancial dívida para com os bancos ingleses. Seja lá como tenha sido, o grande saldo positivo se deu. As Forças Armadas, já se constituíam como instituição permanente do Estado brasileiro. Estavam presente nos quatro quadrantes do país continente. Eram responsáveis, em boa parte, pela integração e integridade de um vasto território, até hoje desabitado e experimentando carências de toda sorte. Como isso tudo foi pensado e posto em prática, é ainda objeto de reflexão e pesquisa, incitando, até hoje, a imaginação dos historiadores e dos cientistas sociais.

Detive-me mais demoradamente na memória de nossa Independência, não obstante de modo conciso, porque ela não somente permite ter noção do ponto de partida de onde se veio. Permite, também, ter-se em mente a herança que – com seus ônus e bônus – foi legada para o segundo século que foi se constituindo a partir de 1922, quando se comemorou os primeiros cem anos do Sete de Setembro de 1822.

A comemoração do primeiro centenário de nossa Independência, em 1922, já ocorreu com a vigência do regime republicano. Em consonância, já vigorava

uma nova Carta Magna, instituída em 1891. A “invenção” do novo sistema político substituiu a retórica dominante, passando o discurso dirigente a valorizar a gramática republicana e democrática, ao custo da manutenção da semântica oligárquica e excludente. Do ponto de vista social, a “libertação dos escravos”, feliz por ter formalmente dado término ao trabalho servil entre nós, trouxe a infelicidade de trazer uma grande massa de empregados negros destituídos de políticas públicas que os pudesse integrar em uma sociedade moderna e modernizante. Da perspectiva econômica, o país continuou a ser regido pela produção e exportação de bens primário, baseados na agricultura do café, notadamente, tendo como contrapartida a importação de produtos manufaturados da Europa e já também dos Estados Unidos. Do ângulo cultural, herdou-se uma mentalidade identificada antes com os valores e realizações do centro do sistema mundial do que com o desenvolvimento intelectual e cultural da nação. Nossa primeira universidade só foi criada em 1920, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos Estados Unidos, a primeira data de 1636, Harvard, 16 anos apenas depois da chegada dos chamados pilgrim fathers, que deram início à colonização daquele país. Aqui prevaleceu uma sociedade dependente do capitalismo internacional, nascida de uma situação colonial-capitalista, resultante da escravidão, e gerida por um Estado cartorial, concessionário de prebendas e benesses, em um país potencialmente rico, cercado pela pobreza por toda parte. Não obstante tudo isso, mudanças ocorreram, e de porte estrutural, nos últimos cem anos.

Se 1922, nominalmente, marcou o início do primeiro centenário da Independência do Brasil, na verdade, foi a chamada “Revolução de 1930” que deu início ao Brasil moderno em busca de maior autonomia, no plano internacional, e desenvolvimento, no plano interno. O termo “revolução” aqui não deve ser entendido como ruptura da ordem vigente. Não ocorreu no país radical e abrupta transformação da ordem vigente. Linhas de continuidade do antigo regime passaram a conviver com linhas de descontinuidade que passaram a vir à tona e, afinal, em boa medida, passaram a preponderar. No caso brasileiro, o termo “revolução” só cabe em um sentido mais amplo, como um conjunto de medidas e processos que, gradualmente, uma vez posto em prática, ao longo da linha do tempo, acaba por alterar, estruturalmente, a ordem anterior.

Noventa e dois anos depois do processo deflagrado em 1930, vive-se hoje em uma sociedade complexa, diversificada e diferenciada. Nessas nove décadas, a economia voltada “para fora”, pois dependia substancialmente das produções e dos mercados externos para sua sobrevivência, deu lugar a um parque industrial que é capaz de fabricar desde bens com baixa tecnologia até aviões sofisticados, tendo se desenvolvido no país uma policultura capaz de competir com os maiores produtores mundiais. Surgiram multinacionais brasileiras que estão mundo afora, algo inconcebível algumas décadas atrás. Socialmente, aquela estrutura social “sem degraus” foi alargando sua base com a incorporação de milhões de cidadãos às

atividades produtivas, dando lugar à formação de um operariado urbano e rural com uma qualidade de vida impensável pelos seus avôs. O setor de serviço, para dar conta das necessidades do processo de urbanização crescente, multiplicou-se, tendo como resultado a formação de uma ampla classe média, presente não só nos polos mais dinâmicos da economia, mas também em todo o território nacional, com maior ou menor densidade. Do ponto de vista político, alargou-se o raio da participação política, com a incorporação das classes populares urbanas. Se antes as eleições, na chamada República Velha (1889/1930), eram resolvidas a “bico de pena”, tantas vezes sendo forjados verdadeiros eleitorados fantasmas, há o envolvimento cada vez maior da opinião pública. Esta pode ser medida e avaliada não só pela atuação das mídias impressa, radiofônica, televisiva e agora também internética, mas também pela atuação dos movimentos sociais urbanos, dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, das associações, das federações e confederações de empresas, profissionais liberais, trabalhadores e do estamento estudantil em geral. Na dimensão cultural, longe se está da vida de província que tipificou os primeiros cem anos de nossa Independência. Entre o primeiro e o segundo bicentenário, desenvolveram-se as artes no campo das letras, da música, da pintura. Ganhou ressonância a engenharia e arquitetura nacionais pelo mundo afora. O país dispõe de universidades conectadas globalmente, sendo considerada, atualmente, a 11ª potência mundial em termos de artigos científicos publicados em revistas de excelência, o que está de acordo com o tamanho de sua economia, medida em termos de PIB (produto interno bruto).

No entanto, essas transformações, de porte estrutural, longe ficaram de produzir no Brasil, neste segundo século de sua Independência, um país harmonioso, um sistema que se autorregula, uma sociedade próspera, equilibrada regionalmente e justa socialmente. No século que passou a nação conviveu com seis regimes constitucionais diferentes, reflexo de alta instabilidade política. A economia prosperou, mas, durante longos períodos, ocorreram surtos inflacionários que desequilibraram as finanças e os orçamentos públicos. O desenvolvimento se fez em zigue-zague e períodos de crescimento vertiginoso deram lugar a desempenhos pífios. Não se conseguiu propor e implementar políticas públicas que pudesse aliviar, pelo menos em parte, a volumosa dívida social herdada do regime escravista. Como resultado, a riqueza de poucos ainda contrasta e confronta a miséria de muitíssimos. Em um país potencialmente rico, bolsões de riqueza se justapõem à pobreza que está por toda parte, desde as cidades e estados mais ricos até as cidades e estados menos aquinhoados pelo crescimento econômico. Os dados de um ponto de vista macro são desalentadores: em 2019 o Brasil exibia um IDH, medido pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 0,765, abaixo de países como Costa Rica, Cuba, Argentina, Chile, México, Peru, Colômbia, para só se ficar no âmbito dos países latino-americanos. Entre 189 países, ficávamos em 84º lugar. Embora se tenha logrado avanços significativos nos campos da educação

e da cultura, o desempenho do país nos rankings mundiais é decepcionante. Na verdade, é lúgubre. No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), estamos na 61^a posição, em leitura, na 65^a posição, em Ciências, e na 67^a posição, em Matemática, ocupando a 68^a posição no ranking geral entre 79 países avaliados.

Como será o mundo e o Brasil em 2122? As respostas eventualmente possíveis não são por certo fáceis e muito menos podem ser definitivas, dada a extensão e a profundidade das variáveis e fatores a considerar. No último quartel do século passado, o mundo conviveu com o surgimento de notáveis avanços da “indústria do pensamento”, na expressão de Karl Deutsch (1971), em fins da década dos anos 1960. Os avanços técnico-científicos que já foram avaliados em termos de séculos e décadas serão medidos doravante por meses, talvez semanas. Vivemos imersos em um ambiente humano marcado pelo complexo teleinfocomputrônico, para se ter em mente o conceito proposto por René Dreifuss no final do século XX. Tal complexo expressa o entrelaçamento da microeletrônica e da eletrônica digital; da informática, das telecomunicações, da automação e da robótica, com a formação de megaempresas nos campos da microeletrônica e da telemática. Ela serve à ampliação dos sistemas visual e nervoso, da possibilidade de extensão das possibilidades físicas do ser humano.

Procura-se replicar as condições funcionamento e desempenho do cérebro e da memória através do desenvolvimento da inteligência artificial, embora não se possa saber como, na realidade, a inteligência humana funciona. São imprevisíveis os avanços da Neuroinformática. O historiador do futuro possível, Yuval Harari (2016), se nos oferece em seu livro *Homo Deus* uma visão das maravilhas que a ciência, a tecnologia e a inovação poderão trazer para a humanidade. Interroga, entretanto, este mesmo futuro, com questões sombrias, já que os países mais bem aquinhoados pelo progresso e pela fortuna poderão se distanciar ainda mais, em termos de oportunidades e padrões de vista, dos deserdados da sorte e do desenvolvimento, ampliando-se o fosso entre os que podem mais e os que podem menos. E, assim, do ponto de vista político-estratégico, ao invés da paz universal apregoada por Emanuel Kant no século XVII, pode-se entrever um mundo mais conflituoso e turbulento, dadas as disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais que poderão existir entre nações e países. Isto sem se falar no choque de civilizações, conforme descortinadas por Samuel Huntington (1993). Segundo este cientista político, a globalização, que põe em marcha processo de integração mundial pela interfecundação de interesses econômicos, encontrará sérios óbices na maneira com que civilizações distintas pensam e interpretam o mundo segundo percepções diferentes e, no limite, antagônicas.

Será neste ambiente tão complexo, quanto talvez indecifrável, que o Brasil deverá conviver até a comemoração de seu terceiro centenário. Os desafios, da angulação deste cientista social, o estrutural, podem ser, pelo menos minimamente, vislumbrados.

O futuro é feito de perguntas. Mas, no caso do Brasil, elas deverão ter como pressuposto prévio consenso: haverá de se resgatar, e em acelerado, a intolerável dívida social brasileira. É esta a maior vulnerabilidade estratégica do país, já que, hoje, o Brasil ocupa a segunda maior concentração de renda do planeta, onde o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, perdendo apenas para o Catar em desigualdade de renda, onde 1% mais rico detém 29% da renda. A partir daí surgem as indagações

Será possível a continua construção de um sistema político de energia que seja mais participativo e inclusivo, que gere uma democracia de avanço, capaz de absorver tensões e turbulências, mantendo estabilidade institucional e convivência pacífica, baseada no diálogo e na tolerância? Será o país capaz de erigir um parque técnico-científico que municie seu desenvolvimento econômico, dando-lhe maior aceleração, efetividade e continuidade em um mundo cada vez mais competitivo? Ter-se-á condições de a nação soberana dispor de níveis crescentes de autonomia, bem guardada e defendida com forças armadas no estado da arte, amparadas por um complexo acadêmico de defesa, assentado na cooperação civil-militar? E, principalmente, no que diz respeito à base que deve sustentar tudo isso, a economia, serão hábeis, competentes e capazes as lideranças legítimas do país no direcionamento ao melhor desenvolvimento do país, quando se convive, no mundo de hoje, com dois modelos de capitalismo, o de mercado e o de Estado? Faremos as melhores opções? Não há respostas previsíveis para esses desafios do futuro, mas não se terá respostas, se, antes, não se souber, sequer, as perguntas

A comemoração do bicentenário da independência brasileira enseja o balanço não só do muito que se fez, mas também do muito que não foi feito e, principalmente, do muito que se precisará fazer no decorrer da próxima centúria, até 2122. O processo de mudança que se viverá, em uma sociedade democraticamente constituída, não resultará de demiurgos ou de lideranças míticas. Terá como agente fundante o embate entre forças políticas, de variadas naturezas ideológica, expressões legítimas da cidadania. Essas, sendo tantas vezes até mesmo antagônicas, deverão mostrar-se capazes de construir convergências em torno de um projeto estratégico generoso, ancorado nos princípios republicanos e democráticos, comprometido com o desenvolvimento econômico voltado para a justiça social, capacitado para o exercício de autonomia no concerto das nações, mercê de sua crescente capacitação cultural, científica, tecnológica e inovadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

DEUTSCH, Karl. *Os nervos do governo*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1971.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, Globo Livros, 2012.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Sete de Setembro de 1822: Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do Clube Naval, ano 128, n. 399, 2021.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus – Uma breve história do amanhã*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations?* New York: Foreign Affairs, n. 72, p. 22-49, 1993.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, Globo Livros, 2014.

TEXTOS COMPLEMENTARES

TEXTO I

200 ANOS DE GEOPOLÍTICA NO BRASIL INDEPENDENTE: considerações históricas e geográficas

Ronaldo Gomes Carmona (1)

A presente reflexão propõe-se a analisar os fundamentos geopolíticos dos 200 anos da Independência brasileira, tendo sido preparada e apresentada no âmbito do celebre Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro – IHGB, na semana que antecedeu nossa efeméride pátria maior, o Sete de Setembro.

Não há geopolítica num país que não é independente, por óbvio. Assim, somente podemos falar de *geopolítica brasileira* como tal, após o grito do Ipiranga. Anteriormente, como argumentaremos neste texto, podemos ver traços iniciais do que virá a ser os fundamentos de nossa geopolítica, sobretudo se observarmos, como o faremos, as linhas de continuidade entre o projeto expansionista levado a cabo pelo português e o destino-manifesto da geopolítica brasileira neste século XXI.

Infelizmente perdemos uma oportunidade para esta reflexão; uma lacuna parcialmente preenchida com seminário realizado na Escola Superior de Guerra, com esta reflexão junto ao IHGB e com alguns outros eventos pontuais. Assim, inicialmente, fica nosso registro de que esta data de grande significado para a vida nacional não tenha sido aproveitada como momento para uma grande reflexão nacional acerca de nossa heroica trajetória brasílica como impulsionadora dos desafios de construção do futuro deste grande país.

Ao homenagear o Bicentenário, estamos em acordo com aqueles que consideram o Sete de Setembro como parte de um processo mais amplo, iniciado com a transferência do Reino e do Estado português para o Rio de Janeiro em 1808 e, pouco depois, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815, para depois ser concluída formalmente em 1823, com a libertação, pelas armas, da Bahia, logo do Piauí e do Maranhão – como consequência da gloriosa Batalha do Jenipapo –, e finalmente o Pará.

Contudo, o Sete de Setembro deve ser valorizado como um ponto de inflexão maior neste processo, quando o “pomo maduro” foi colhido, para usar a expressão da Princesa Leopoldina em sua carta a Dom Pedro.

Feita esta breve introdução, gostaríamos de entrar diretamente no tema deste texto, que versa sobre os 200 anos de geopolítica no Brasil em sua relação com o Bicentenário da Independência. Como dito, não há geopolítica numa colônia, havendo, portanto, uma relação direta entre o estabelecimento da Independência e

o início, em sua fase primária, de um projeto geopolítico brasileiro. Assim, a despeito de o século XIX ainda ser uma fase pré-científica da geopolítica – que só apareceria com esta denominação no raiar do século XX – já se apresentavam, como veremos, traços de um projeto nacional brasileiro ancorado em nossas condicionalidades físicas, isto é, no imenso território que nos legara o período colonial.

Para prosseguirmos, cabe aqui uma definição conceitual: por geopolítica, compreendemos o *estudo da influência dos fatores geográficos*, como espaço e posição, sobre as grandes diretrizes políticas nacionais, aquilo que na Escola Superior de Guerra chamaríamos de *Objetivos Nacionais*, sejam permanentes ou atuais. A apoiando-se na geografia e na política – aqui compreendida como a arte de dirigir um Estado com vistas a seus Objetivos Nacionais –, a geopolítica tem a terceira perna de seu tripé conceitual, a história, esta vista como o cabedal de experiência coletiva da nacionalidade que legou determinadas condições singulares para a consecução dos Objetivos Nacionais. Portanto, poucos espaços mais apropriados há como este IHGB, casa do pensamento histórico e geográfico, para levar a cabo estas reflexões, que apresentamos desde a Escola Superior de Guerra, por sua vez, a casa da geopolítica brasileira.

Esta definição conceitual estaria incompleta se não me referisse à geopolítica como ciência multidisciplinar voltada a potencialização das expressões do Poder Nacional, isto é, ao fortalecimento das capacidades materiais e imateriais do país, que, a medida em que sejam adensadas, num país com gigantescas potencialidades como o Brasil, este “se fará tão soberano, que seja um dos Estados do mundo”, como em 1578 disse aquele que talvez seja nosso primeiro historiador, Gabriel Soares de Sousa, no seu *Tratado descritivo do Brasil*. Trata-se de nosso projeto – ou destino-manifesto – de tornar-se potência mundial, aspiração que povoa o imaginário nacional desde o período colonial.

O autor que originalmente empregou o termo geopolítica foi o professor da Universidade de Upsala, na Suécia, Rudolf Kyéllen, no início do século passado. Para ele, haveria três atributos para uma Nação atingir a condição de potência: *espaço* – isto é, as condições geográficas –, *liberdade de movimento* e *coesão interna* (2). Como essa *tripla condicionante* se aplica à realidade brasileira tendo em vista sua trajetória nacional? É o que examinaremos a seguir.

Primeiro, cabe uma sintética reflexão sobre nossa geografia. Como se conformou o “meio físico” do quinto maior país do mundo em extensão territorial? Para apreciar esta questão, cabe uma regressão às condicionantes que levaram um pequeno país, Portugal, localizado na periférica extremidade ocidental da península europeia da grande *world-island* mackinderiana, ser o país que inauguraría o sistema internacional moderno, transpondo o sistema regional de Nações até então vigente, inaugurando a primeira fase da globalização.

No século XIV, a realidade era de “aprisionamento e engessamento geopolítico de Portugal, absoluto e impressionante” (3), comprimido, de um lado, à

Leste, por terra, pela ameaçadora Castela e pelo Mediterrâneo, no domínio mouro do caminho às Índias; a Oeste, o vasto e desconhecido grande Oceano. Optou-se assim por um transbordamento marítimo, uma manobra original, nunca antes realizada nem mesmo por Nações com maiores recursos de poder. Manobra essa de extrema complexidade técnica e tecnológica, logística, material, além de anímica. Realizar esta manobra exigiria, antes de mais nada, uma elite compromissada com um projeto de longa maturação, a ser realizado de forma persistente e cumulativa, através de gerações, por meio de um planejamento de Estado e do estabelecimento de um ecossistema de inovação que reunisse o “estado da arte” de então, capaz de responder ao inédito desafio em escala mundial. Assim surge o que ficaria conhecido como Escola de Sagres, mais que uma instalação física – cuja existência não é comprovada –, mas um grandioso projeto de Estado da dinastia de Avis, que por duzentos anos, entre 1385 (sob a liderança de Dom João I e sua esposa Felipa de Lancaster) até 1578 (com o perecimento do Rei Sebastião em Alcacer-Quibir) lograram estabelecer um império mundial espalhado por todo o globo terrestre, com domínio de seus principais pontos de estrangulamento (choke points) geoestratégicos.

Deste grandioso movimento decorre não apenas o início da colonização das terras que conformariam a América portuguesa, mas, defendendo aqui, da inspiração originária de nossa *escola geopolítica brasileira*.

A ruptura da linha de Tordesilhas, desde a primeira marcha a Oeste, realizada ainda sob o domínio filipino de Portugal, seria o passo geopolítico seguinte. Realizada num duplo movimento expansionista, um primeiro, partindo de São Paulo, com os bandeirantes paulistas, desbravadores do Mato Grosso e além. O outro, no norte do país, iniciado com a expulsão dos franceses do Maranhão – naquela que é, de fato, a primeira guerra brasílica –, a mítica *Batalha de Guaxenduba*, em 1614, comandada pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque, um dos primeiros chefes militares aqui nascidos. Um dos heróis de Guaxenduba, o depois Capitão Pedro Teixeira, anos depois, partindo de Belém, em 1637, atingiria Quito, no Equador, na originaria expedição de conquista da Amazônia. Assim, completou-se a *pinça*, pelo Sul e pelo Norte, que consubstanciaria o princípio do *utis possidetis*, possibilitando o reconhecimento do fundamental de nosso território atual pelo Tratado de Madri de 1750, negociado por outro gigante de nossa “geopolítica pré-científica”, o diplomata santista Alexandre de Gusmão.

Após a Independência, durante o século XIX, a geopolítica brasileira, na sua etapa prévia, anterior ao aparecimento do próprio conceito, deve ser referenciada em pelo menos três aspectos.

Primeiro, pela figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência. Homem de ideias, cientista e hábil estadista, a José Bonifácio pode ser creditado o papel de estrategista da Independência, no sentido próprio do conceito, isto é, daquele que concebeu o “como fazer” para transitar de maneira

exitosa da condição de colônia para a de país independente, sobretudo no sentido maior de preservar intacto o colosso territorial. Poderíamos nos referir a muitos aspectos do projeto nacional concebido por José Bonifácio, mas para nos atermos apenas aos aspectos mais notoriamente de natureza geopolítica, observaremos sua proposta de transferência da Capital para a região aproximadamente onde hoje se situa Brasília; a proposta de integração nacional por meio do estabelecimento de vias de comunicações entre as províncias; o fim da escravidão e o incentivo aos amalgamamento de raças como forma de fortalecer a coesão e a identidade nacional; e a defesa da criação de indústrias manufatureiras. Digo que tivesse o Brasil adotado o programa proposto pelo Patriarca, o Brasil teria abreviado seu caminho para a condição de potência.

O período imperial marcaria a luta por conter revoltas regionais, cuja resultante poderia ser, no limite, a fragmentação do país. Do ponto de vista geopolítico, gostaria de destacar as formulações originais, pouco conhecidas, de Francisco de Varnhagen, historiador, diplomata e secretário deste IHGB, em seu *Memorial Orgânico*, de 1849 – cujo mérito do resgate deve ser creditado ao ex-presidente deste IHGB, Professor Arno Wehling.

Trata-se de um preciso diagnóstico de seis graves vulnerabilidades nacionais (4):

- A) O primeiro problema referia-se “à definição dos limites territoriais com nove países, três deles potências não apenas europeias, mas também globais na geopolítica da época: a Inglaterra, a França e os Países Baixos” – tema que seria enfrentando, em definitivo, pelo Barão do Rio Branco, décadas depois;
- B) O segundo tema “consistia no risco de manter a capital no Rio de Janeiro, cuja localização litorânea apresentava vulnerabilidade à intimidação das grandes potências europeias”;
- C) A terceira questão “dizia respeito à escassez de comunicações e de mercado interno, o que implicava a necessidade de integração do imenso território brasileiro e de promover uma efetiva colonização que se impusesse às forças eventualmente desagregadoras da unidade nacional”;
- D) O quarto aspecto referia-se a “anacrônica divisão das províncias do Império”;
- E) O quinto assunto “consistia na debilidade da defesa do país diante da ausência de uma doutrina de segurança e de forças armadas capazes de salvaguardar a soberania nacional em tão imenso território”;

- F) Finalmente, a sexta questão “residia na heterogeneidade da população do país [com] estrutura demográfica e étnica refletia uma diversidade que ele temia pudesse pôr em risco o projeto monárquico nacional”.

Os temas apresentados neste denso e realista *diagnóstico de vulnerabilidades geopolíticas brasileiras* por Varnhagen persistiram exigindo soluções por todo o Império e depois, em boa parte do período republicano; algumas, em certa medida, perduram até hoje e são todos eles, temas recorrentes da geopolítica brasileira.

Se 1822, como dissemos ao início, representou *ponto de inflexão* na trajetória brasileira, ao instituir nossa Independência, o próximo grande *evento disruptivo* da trajetória nacional seria a Revolução de 1930, que produziria um choque de modernização e desenvolvimento nacional. Contudo, costumo dizer que *a base de ideias* que permitiu a eclosão e a consolidação de 1930, foi sendo gestada pelo menos meio século antes, desde a vitória nos campos do Paraguai, seguida pelo *ensaio jacobinista* de Floriano Peixoto – derrotado pelas forças do atraso da *República Velha* – e, finalmente, aos tenentes de 1922 – cujo centenário também celebramos este ano. Estes episódios, encadeados com outros, foram os sintomas a demonstrar que uma nova configuração de forças voltada à modernização e ao desenvolvimento nacional estava em pleno amadurecimento.

A Revolução de 1930 teve grandes impactos geopolíticos, que perduram e são legados a serem considerados até os dias atuais; como método para buscar identificar o que podemos chamar de *programa geopolítico da revolução de 30*, busquemos fazê-lo por meio dos três atributos conceituais de potência a qual nos referimos ao início desta exposição: espaço (território), liberdade de movimento e coesão interna. Comecemos por esta última.

O pensamento social pré-1930 estava condicionado por uma interpretação hegemônica (5) também presente no pensamento geográfico de raiz determinista, que estabelecia a preponderância dos fatores climáticos e raciais no destino das Nações. Esta visão viria inclusive a impactar a primeira obra a difundir as formulações do professor Kyellen no Brasil, *A estrutura política do Brasil – notas prévias*, de 1926, do Professor Everardo Beckheuser, para quem “raças diferenciadas” e “clima desestimulante”, constavam de seu diagrama como fatores desfavoráveis à unidade nacional (6).

Pouco depois, contudo, sob impacto da Revolução de 1930, sobretudo a partir do aparecimento do magistral *Casa Grande e Senzala*, de 1933, de Gilberto Freyre, a equação é invertida, e (do ponto de vista geopolítico), *uma nacionalidade amalgamada nos trópicos* passa a ser concebida como uma vantagem civilizatória e, portanto, geopolítica, como se veria muitas décadas depois, sintetizada em *Geopolítica e Trópicos*, tese de doutoramento do General Carlos de Meira Mattos, prefaciada, aliás, em 1983, por Gilberto Freyre. O mesmo Freyre, aliás, décadas antes, já havia prefaciado outra obra fundadora da geopolítica brasileira, *Introdução*

à *Geografia das Comunicações Brasileiras*, de Mário Travassos, em 1942, na qual, após referir-se aos povos-mestiços como o nosso, fala de “um tipo de civilização com tantos traços originais e superiores, como a luso-brasileira” (7)

O longo processo de modernização e desenvolvimento brasileiro deflagrado pela revolução de 1930 ampliou nossa *liberdade de movimento*, outro fator determinante para atingir a condição de potência. A transformação de uma grande fazenda de café, que era o Brasil imediatamente após 1930, numa das maiores nações industriais do mundo em meados dos anos 1980, ao lado da constituição de um sistema de universidades e instituições de pesquisa voltadas à ciência e tecnologia, representou um salto de qualidade, o qual, ainda que enfraquecido nas últimas quatro décadas de crise do projeto geopolítico brasileiro. O sistema de universidades e instituições de pesquisa segue sendo fator de força material que sustentará a reconstituição de núcleos estratégicos brasileiros.

Por fim, é preciso tecer considerações sobre nossos avanços geopolíticos em nossa relação com a base física sobre a qual se assenta o Estado-nação, nosso território.

No século XX, demos prosseguimentos a manobras visando ao melhor aproveitamento geopolítico do território, em especial com a realização de novas marchas a Oeste e com a construção de Brasília. No nosso entorno geográfico, avançamos, como propôs Mário Travassos em 1931 em seu *Aspectos geográficos Sul-americanos*, depois, *Projeção Continental do Brasil* –, no estabelecimento de comunicações viárias com a América do Sul, neutralizando a influência platina, e da lavra de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro, outros dois consagrados geopolíticos brasileiros, surgiram iniciativas para a África e a base conceitual para o estabelecimento da base brasileira na Antártica.

Dos estudos do General Golbery do Couto e Silva, em *Geopolítica do Brasil*, projetou-se um conjunto de desafios tendo em vista a coesão, integração e valorização do território, a qual deu o nome de *manobra geopolítica concêntrica*, resultando em grandes iniciativas de infraestrutura, sobretudo no período do regime militar nos anos 1970.

De proposições do General Meira Mattos, surgiu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como foro a articular a sensível região norte da América do Sul, sempre vulnerável, como diria Travassos, à *expansão yankee* (8). O mesmo Meira Mattos, antes, em 1961, lançaria, ainda como Tenente-Coronel, uma “pequena grande obra”, *Projeção Mundial do Brasil*, atualizando e alargando o desafio lançado antes por Travassos.

Da citada Terezinha, contribuições quanto a uma derivação naval da geopolítica, a *oceanopolítica*, permitiram conceituar a iniciativa Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), bem como desenvolver o conceito de Amazônia Azul, hoje a área geográfica a exigir uma *Marcha a Leste* que a incorpore plenamente ao ecúmeno brasileiro.

Quanto à posição geográfica do território brasileiro, convém observar que do ponto de vista geopolítico, de fato, permanecemos localizados em área periférica tendo em vista a *word-island mackinderiana*, e suas zonas de tensão geoestratégica contemporâneas mais agudas, localizadas em suas extremidades, asiática de um lado – vide tensões no Mar do Sul da China –, e europeia, de outro lado, como se vê atualmente com a guerra na Ucrânia. Contudo, tendências prospectivas que se observam no cenário internacional – que não são objeto deste trabalho –, não nos autorizam imaginar que esta situação permanecerá por muito tempo.

Dito isto, cabe louvar o legado herdado do longo curso do pensamento geopolítico brasileiro. Os 200 anos deste pensamento podem ser alargados para sete séculos se considerarmos, como defendemos, serem os brasileiros herdeiros do ousado e original movimento que, no século XIV, começou a estabelecer as condições para a fundação, pelos portugueses, do sistema internacional moderno.

Ao celebrarmos o Bicentenário da Independência nacional, em meio a um cenário nebuloso e repleto de incertezas no Brasil e no mundo, olhar para o futuro certamente nos desautorizará uma postura otimista. Contudo, se buscarmos forças no que acumulamos até aqui, e na esfera anímica, no imaginário coletivo da ideia de grandeza do Brasil, que vem de longe, respaldada por nossa história e apoiada na nossa geografia, poderemos fortalecer convicções que o futuro pertence a esta jovem e vibrante *civilização dos trópicos*.

NOTAS

(1) Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG). Este texto tem como base comunicação apresentada à *Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 31 de agosto de 2022.

(2) MEIRA MATTOS, 1961, p. 9 e 1975, p.41

(3) SILVA PINTO, 2004, p. 140

(4) Utilizaremos aqui a síntese do Embaixador Sergio Eduardo Moreira Lima na apresentação da reedição do *Memorial Orgânico*, publicada pela FUNAG em 2016

(5) Da qual, exceções em figuras como Alberto Torres, Manuel Bonfim e alguns poucos outros precisam ser registradas.

(6) BACKHEUSER, 1926, p.193

(7) TRAVASSOS, 1942, p. 12

(8) TRAVASSOS, 1938, p. 75

REFERÊNCIAS

BACKHEUSER, Everardo. *A estrutura política do Brasil* – notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Ca Editores, 1926

MEIRA MATTOS. *Projeção Mundial do Brasil*. [S. l.: s. n.], 1961.

MEIRA MATTOS. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

SILVA PINTO, Luiz Fernando. *Sagres, a revolução estratégica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2004.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

TRAVASSOS, Mário. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras (ensaios)*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1942.

TEXTO II

UMA AMOSTRAGEM DOS DOCUMENTOS RELEVANTES DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Guilherme Mattos de Abreu*

No decorrer da preparação para o Seminário¹, algumas informações relacionadas ao processo que nos levou à Independência chamaram a atenção. Em particular, o evoluir das discussões plenárias da Cortes, com propósito de fazer o Brasil perder a autonomia que alcançara, com a constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815.

Com o estabelecimento das “Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, em 1821, como consequência da Revolução Liberal do Porto, a qual, no anseio de que o Brasil retornasse ao *status quo* anterior, emitiria vários decretos e insistiria no retorno do Príncipe D Pedro de Alcântara, o que constou de deliberação de 18 de fevereiro (bem como, posteriores), a qual não seria obedecida. Nem o retorno de D. João VI, em julho de 1821, foi suficiente para moderar as exigências das Cortes. Tal postura faria com que o Príncipe-Regente D Pedro, como reação, ao longo do processo determinasse que as ordens das Cortes somente seriam obedecidas se recebessem o seu aval.

Na sessão das Cortes de 29 de setembro de 1821, retomou-se o tema, sendo deliberado que:

[...]a continuação a residência do Príncipe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessária, mas até indecorosa á sua alta hierarquia; e considerando juntamente quanto convém aos interesses da Nação, que sua Alteza Real viaje por alguns paizes ilustrados, a fim de obter aqueles conhecimentos, que se fazem necessários para um dia ocupar dignamente o trono portuguez: mandão respeitosamente participar a ElRei, que tem resolvido o seguinte:

1º Que o Príncipe Real regresse o quanto antes para Portugal.
2º Que Sua Alteza Real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar incógnito ás Cortes e reinos de Hespanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes,

1 Refere-se ao Seminário Brasil 200 anos, que deu origem a este livro, realizado na Escola Superior de Guerra (ESG), em 06 e 07 de abril de 2022 (nota do organizador)

* Contra-Almirante (RM1), Diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra; membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB).

virtudes, e adhesão ao sistema constitucional [sic] (PORTUGAL. Ata de 29 de setembro de 1821. p. 2464).

Quando a resolução chegou ao Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1821, provocou grande comoção. O Príncipe D. Pedro recusaria formalmente a cumprir a ordem, em 9 de janeiro de 1822 – data que passaria a história como o Dia do Fico. Mas, a reação daqueles que queriam manter a dependência colonial não tardou. Em 11 de Janeiro, o Governador das Armas do Rio de Janeiro, o Tenente-General Jorge de Avilez de Sousa Tavares, a frente da tropa portuguesa, tentou ocupar o Morro do Castelo. O Gabinete de D Pedro mobilizou as milícias da cidade e obrigou a tropa portuguesa a recuar para o outro lado da Baía de Guanabara, na localidade então chamada Praia Grande, hoje Niterói.

O Príncipe, embarcado na Fragata União, liderando uma flotilha de canhoneiras, sitiou a Praia Grande e intimou o General Avilez a deixar o Brasil. Em 15 de fevereiro, o General e a sua tropa partiram para Portugal em sete navios-transporte, escoltados por duas corvetas. Dois dos transportes burlaram a escolta e procederam para Salvador, reforçando a guarnição local.

Mas, o Governo português já organizara uma Força Naval, comandada pelo Chefe de Divisão Maximiano de Sousa, para reforçar a guarnição do Rio de Janeiro. Este reforço, no entanto, somente chegou em 5 de março, encontrando a cidade livre de tropas leais às Cortes portuguesas. Os navios permaneceram fundeados sob a mira da artilharia dos fortões e da Fragata “União”, até 23 de março, quando Maximiano recebeu ordem de regressar a Lisboa. Seguiria desfalcado de um navio e de cerca de 400 praças, que desembarcaram a convite de D. Pedro e passariam a servir na futura Marinha Imperial.

As atitudes dos comandantes portugueses não passariam em branco. Na seção das Cortes de 22 de maio de 1822, seriam discutidas as atitudes do General Avilez. A argumentação do Deputado Roque Ribeiro D’Abranches Castello Branco serve como indicador do teor dos debates havendo argumentos favoráveis e desfavoráveis ao General:

[...]; mas Jorge de Avilez apresenta-se como um militar, como um chefe da força armada da divisão auxiliadora, que se achava no Rio de Janeiro, he sem dúvida que nessa qualidade, ele deveria obedecer ao chefe do governo político que ali se acha; mas pergunto eu, deveria elle obedecer cegamente, e em tudo, quanto esse governo ultrapassasse as suas atribuições, mandando-lhe uma coisa que era contraria ás ordens deste soberano Congresso, ás ordens do executivo, e ao fim para que directamente tinha sido mandada a força de que ele era comandante?

[...]

Se nós queremos considerar este general suspeito de crime, que he que pode nos levar pôde conduzir a isto? Que vemos nós de uma, e outra parte? Vemos de uma parte a desobediência ás ordens expressas do Congresso; vemos de outra parte este general combatendo para executar as mesmas ordens. Se não as executou á risca, se não empregou força para a sua execução, e para evitar a desobediência ás ordens do mesmo Congresso, nós o devemos louvar, porque não quis metter uma crise, cujos resultados poderiam ser duvidosos [...] Por consequencia não vejo motivo algum para que a conduta e procedimento deste homem possa ser suspeita [...] que se decretassem louvores ao general, e a tropa. *[sic]* (PORTUGAL. Ata de 22 de maio de 1822. p. 216 e 217).

Na seção de 29 de maio, discutiu-se o caso da força naval enviada ao Rio de Janeiro e mandada retornar pelo Príncipe Regente. O deputado Barreto Feio propôs e foi aprovado que o Chefe de Divisão Maximiano de Sousa fosse submetido a Conselho de Guerra (PORTUGAL. Ata de 29 de maio de 1822. p. 318 a 320).

No dia anterior, na seção de 28 de maio, por sua vez, foram apreciados documentos diversos vindo do Brasil, entre os quais carta do Príncipe Regente D. Pedro, em que explica os acontecimentos de janeiro de 1822:

Meu Pai e meu Senhor.
Cansado de aturar desafetos a divisão auxiliadora, e faltas de palavra, assim como a de no dia 5 deste me prometerem ficarem embarcados no dia 8; fui no dia 9 abordo da União, e mandei um oficial dizer da minha parte á divisão que eu determinava, que no dia 10 ao romper do sol ella começaria a embarcar, e que assim não o fazendo, eu lhe não dava quartel, e os reputava inimigos: resposta foi virem todos os comandantes abordo representar inconvenientes, e representarem com bastante soberba; respondi-lhe: já ordenei, e senão executarem amanhã, começo-lhe a fazer fogo; eles partirão, e com efeito fazendo nelles maior effeito o medo [...] começarão a embarcar no dia que lhe determinei, e ontem ás três e meia da tarde já estavam a bordo dos navios, mansos como uns cordeiros, e ordenei que no dia 14 ou 15 saíssem barra fóra acompanhada de duas corvetas [...]. *[sic]* (PORTUGAL. Ata de 28 de maio de 1822. p. 282)

Na sessão de 29 de maio, entre outros documentos, também foi apreciada correspondência enviada pelo General Ignacio Luiz Madeira de Mello a D Joao VI, datada da Bahia, em 07 de março de 1822, indicando a sua predisposição quanto à defesa dos interesses portugueses. Assim termina a carta:

Certifico a Vossa Magestade, que todo aquelle, quer natural de Portugal, quer do Brazil, que for verdadeiro constitucional, há de apoiar esta minha declaração, o ser primeiro em se unir a mim em requerer a Vossa Magestade, e a El Rei, forças da Europa, para conservar o Brazil, castigo nos facciosos, para não infestarem os bons: com esta medida a arvore da Constituição dará os seus frutos nos três Reinos Unidos.

Os ceos felicitem os trabalhos de Vossa Magestade. Bahia 7 de março de 1822 – Ignacio Luiz Madeira de Mello [*sic*] (PORTUGAL. Ata de 29 de maio de 1822. p. 304).

Os acontecimentos dos primeiros meses de 1822 no Reino do Brasil provocariam nova reação das Cortes, que, mais uma vez, determinou o retorno de D. Pedro e a prisão de José Bonifácio. Tais ordens chegariam ao Rio de Janeiro em 28 de agosto, e seriam retransmitidas a D. Pedro, então em São Paulo, em 7 de setembro, acompanhada de cartas de D Leopoldina e de José Bonifácio.

A carta de D Leopoldina, cujo original não sobreviveu, tem grande significação, como motivadora, à luz das transcrições disponíveis. Transcrevemos a disponibilizada no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1822.

Meu querido e muito amado esposo, mando-lhe o Paulo; é preciso que volte com a maior brevidade, esteja persuadido que não só amor, amizade que me faz desejar mais que nunca sua pronta presença, mas sim às críticas circunstâncias em que se acha o amado Brasil, só a sua presença, muita energia e rigor podem salvá-lo da ruína.

As notícias de Lisboa são péssimas: 14 batalhões vão embarcar nas três naus, mandou-se imprimir suas cartas e o povo lisboense tem-se permitido toda a qualidade de expressões indignas contra sua pessoa. Na Bahia, entraram 600 homens e duas ou três embarcações de guerra.

Os ministros de Estado lhe escrevem esta carta, aqui inclusa, e assentou-se não mandar os navios para o sul porque o Lecor se desmacarou com Moratto e era capaz de embarcar a tropa para Santa Catarina; a sua vinda decidirá depois se sempre quer mandá-las.

Todos aqui estão bons e Maria já sai e o Manuel Bernardes a curou muito bem.

Receba mil abraços e saudades muito ternas desta sua amante esposa Leopoldina. [*sic*]. (RIBEIRO, 2013).

Outra correspondência relevante é a de José Bonifácio:

Senhor, as Cortes ordenaram minha prisão, por minha obediência a Vossa Alteza.

E, no seu ódio imenso de perseguição, atingiram também aquele que se preza em o servir com a lealdade a dedicação do mais fiel amigo e súdito. O momento não comporta mais delongas ou condescendências.

A revolução já está preparada para o dia de sua partida. Se parte, temos a revolução do Brasil contra Portugal, e Portugal, atualmente, não tem recursos para subjugar um levante, que é preparado occultamente, para não dizer quase visivelmente. Se fica, tem, Vossa Alteza, contra si, o povo de Portugal, a vingança das Cortes, que direi?! Até a deserdação, que dizem já estar combinada. Ministro fiel que arrisquei tudo por minha Pátria e pelo meu Príncipe, servo obedientíssimo do Senhor Dom João VI, que as Cortes têm na mais detestável coação, eu, como Ministro, aconselho a Vossa Alteza que fique e faça do Brasil um reino feliz, separado de Portugal, que é hoje escravo das Cortes despóticas.

Senhor, ninguém mais do que sua esposa deseja sua felicidade e ela lhe diz em carta, que com esta será entregue, que Vossa Alteza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro, que o deseja como seu soberano, sem ligações e obediências às despóticas Cortes portuguesas, que querem a escravidão do Brasil e a humilhação do seu adorado Príncipe Regente.

Fique, é o que todos pedem ao Magnânimo Príncipe, que é Vossa Alteza, para orgulho e felicidade do Brasil.

E, se não ficar, correrão rios de sangue, nesta grande e nobre terra, tão querida do seu Real Pai, que já não governa em Portugal, pela opressão das Cortes; nesta terra que tanto estima Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima. José Bonifácio de Andrada e Silva. *[sic]* (RIBEIRO, 2013).

O mensageiro Paulo Bregaro, com celeridade possível em 1822, alcançaria D. Pedro, em São Paulo, em 7 de setembro, lhe fazendo entrega dos documentos, que incluíam uma instrução das Cortes e uma carta de Dom João VI, além das enviadas pela Princesa e José Bonifácio. A leitura da correspondência provocaria indignação no Príncipe, que decide pela dissolução dos laços com Portugal, sendo que a notícia de sua decisão levaria cerca de uma semana para chegar ao conhecimento do Rio de Janeiro. Obviamente, muito mais tempo para chegar as demais províncias, com reações diversas. Apenas Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo aderiram na primeira hora. As demais províncias tiveram que ser militarmente compelidas a fazê-lo.

Encerrando, destacamos que Portugal somente reconheceria a Independência do Brasil em 1825, em processo que teve forte influência do Reino Unido. Do Tratado então assinado, destaca-se o artigo terceiro, em que é assegurado que o Brasil não aceitaria “proposições de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”.

Os representantes do Brasil, Portugal e Reino Unido assinaram o Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1825. Honrando as firmas de seus representantes, D. Pedro I o ratificaria em 30 de agosto e D. João VI em 15 de novembro do mesmo ano. (BRASIL, 2018).

TRATADO DE PAZ E ALIANÇA ENTRE PORTUGAL E BRASIL,
de 29 de agosto de 1825²

EM NOME DA SANTÍSSIMA E INDIVISÍVEL TRINDADE

Sua Majestade Fidelíssima Tendo constantemente no Seu Real Ânimo os mais vivos desejos de restabelecer a Paz, Amizade, a boa harmonia entre Povos Irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar, e unir em perpétua aliança, para conseguir tão importantes fins, Promover a prosperidade geral, e Segurar a existência política, e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil; e Querendo de uma vez remover todos os obstáculos, que possam impedir a dita Aliança, Concórdia, e Felicidade de um, e outro Estado, por seu Diplomata de Treze de Maio do corrente ano, Reconheceu o Brasil na Categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal, e Algarves, e a Seu sobre todos muito Amado, e Prezado Filho D. Pedro por Imperador, Cedendo, e Transferindo de Sua livre Vontade a Soberania do dito Império ao Mesmo Seu Filho, e Seus Legítimos Sucessores, e Tomando somente, e Reservando para a Sua Pessoa o mesmo Título.

E Estes Augustos Senhores, Aceitando a Mediação de *Sua Majestade Britânica* para o ajuste de toda a questão incidente à separação dos dois Estados, Tem Nomeado Plenipotenciários, a saber:

Sua Majestade Imperial ao Ilustríssimo Senhor e Excelentíssimo Luiz José de Carvalho e Mello, do Conselho de Estado, Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios estrangeiros: ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Barão de Santo Amaro, Grande do Império, do Conselho de Estado, Gentil-Homem da Imperial Câmara, Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Comendador das Ordens de Cristo, e da Torre e Espada; e ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Francisco Villela Barbosa, do Conselho de Estado, Grão-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Inspetor Geral da Marinha.

Sua Majestade Fidelíssima ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Cavalheiro Sir Carlos Stuart, Conselheiro Privado de *Sua Majestade Britânica*, Grão-Cruz da Ordem da Torre e Espada, e da Ordem do Banho.

² Documento com adaptações de grafia, mas preservando as maiúsculas usadas à época como forma de enfatizar palavras.

E vistos e trocados os Seus Plenos Poderes, convieram em que, na conformidade dos princípios expressados neste Preâmbulo, se formasse o presente Tratado.

ARTIGO I

Sua Majestade Fidelíssima Reconhece o Brasil na Categoria de Império Independente, e separado dos Reinos de Portugal e Algarves; e a Seu sobre todos muito Amado, e Prezado Filho D. Pedro por Imperador, Cedendo, e Transferindo de Sua Livre Vontade a Soberania do dito Império ao Mesmo Seu Filho, e a Seus Legítimos sucessores. Sua Majestade Fidelíssima Toma somente, e Reserva para a sua Pessoa o mesmo Título.

ARTIGO II

Sua Majestade Imperial, em reconhecimento de Respeito, e Amor a Seu Augusto Pai o Senhor D. João VI anui a que Sua Majestade Fidelíssima Tome para a Sua Pessoa o Título de Imperador.

ARTIGO III

Sua Majestade Imperial Promete não Aceitar proposições de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.

ARTIGO IV

Haverá d'ora em diante Paz e Aliança, e a mais perfeita amizade entre o Império do Brasil, e os Reinos de Portugal, e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os Povos Respectivos.

ARTIGO V

Os Súditos de ambas as Nações, Brasileira e Portuguesa, serão considerados, e tratados nos respectivos Estados como os da Nação mais favorecida e Amiga e seus direitos, e propriedades religiosamente guardados e protegidos; ficando entendido que os atuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens.

ARTIGO VI

Toda a propriedade de bens de raiz ou móveis, e ações, sequestradas, ou confiscadas pertencentes aos Súditos de Ambos os soberanos do Brasil, e Portugal, serão logo restituídas, assim como os seus rendimentos passados, deduzidas as despesas da Administração, ou seus proprietários indenizados reciprocamente pela maneira declarada no Artigo oitavo.

ARTIGO VII

Todas as Embarcações e cargas apresadas, pertencentes aos Súditos de Ambos os soberanos, serão semelhantemente restituídas, ou seus proprietários indenizados.

ARTIGO VIII

Uma Comissão nomeada por ambos os Governos, composta de Brasileiros, e portugueses em número igual, e estabelecida onde os respectivos Governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a matéria dos Artigos Sexto, e Sétimo; entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um ano, depois de formada a Comissão, e que no caso de empate nos votos será decidida a questão pelo Representante do Soberano Mediador. Ambos os Governos indicarão os fundos, por onde se hão de pagar as primeiras reclamações liquidadas.

ARTIGO IX

Todas as reclamações públicas de Governo a Governo serão reciprocamente recebidas, e decididas, ou com a restituição dos objetos reclamados, ou com uma indenização do seu justo valor. Para o ajuste destas reclamações, ambas as Altas Partes Contratantes Convieram em fazer uma Convenção direta, e especial.

ARTIGO X

Serão restabelecidas desde logo as relações de Comércio entre ambas as Nações, Brasileira e Portuguesa, pagando reciprocamente todas as mercadorias quinze por cento de direitos de consumo provisoriamente, ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma, que se praticava antes da separação.

ARTIGO XI

A recíproca Troca das Ratificações do presente Tratado se fará na Cidade de Lisboa, dentro do espaço de cinco meses, ou mais breve, se for possível, contados do dia da assinatura do presente Tratado.

Em testemunho do que Nós abaixo assinamos, Plenipotenciários de *Sua Majestade Imperial*, e de *Sua Majestade Fidelíssima*, em virtude dos nossos respectivos Plenos Poderes, assinamos o presente Tratado com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr os Selos das nossas Armas.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano do Nascimento de Nosso Senhor Cristo de mil oitocentos e vinte e cinco.

(Assinado). – L. S. Luiz José de Carvalho e Mello. – L. S. Barão de Santo Amaro. – L. S. Francisco Villela Barbosa. – L. S. Charles Stuart.

E sendo-Nos presente o mesmo Tratado, cujo teor fica acima inserido, e sendo bem visto, considerado, e examinado por nós tudo o que nele se contém, tendo ouvido o Nossa Conselho de Estado, o Aprovamos, Ratificamos, e confirmamos assim no todo, como em cada um dos seus artigos, e estipulações, e pelo presente o Damos por firme e valioso para sempre. Prometendo em Fé e Palavra Imperial observá-lo, e cumpri-lo inviolavelmente, e fazê-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito. Fizemos passar a presente Carta por Nós assinada e passada com o selo Grande das Armas do Império,

e referenciada pelo Nossa Ministro e Secretário de Estado abaixo assinado. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos trinta dias do mês de agosto do ano de Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e vinte e cinco. – *Pedro Imperador, Com Guarda.* – Luís José de Carvalho e Mello.¹

DECRETO REAL EM RECONHECIMENTO AO TRATADO

DECRETO.

AChando-se mutuamente Ratificado o Tratado assignado nesta Corte aos vinte e nove de Agosto do anno proximo passado pelos Meus Plenipotenciarios e o do Senhor D. João Sexto, Rei de Portugal e Algarves, Meu Augusto Pai, mediante o qual pondo-se o deejado termo á guerra que infelizmente se fizera necessaria entre os dous Estados, foi justamente Reconhecida a plena Independencia da Nação Brasileira, e a Suprema Dignidade, a que Fui Elevado pela unanime Acclamação dos Povos, com a categoria de Imperador Constitucional, e Seu Defensor Perpetuo: Hei por bem Ordenar que se dê ao dito Tratado a mais exacta observancia e execução, como convém á sanctidade dos Tratados celebrados entre as Nações Independentes, e á inviolavel boa fé, com que são firmados. O Visconde de Inhambupe de Cima, do Meu Conselho d' Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar, expedindo as devidas participações e exemplares impressos para as estações competentes desta Corte e Províncias do Imperio, com as ordens mais positivas para que se cumprão e guardem como nelles se contem. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos vinte e seis, Quinto da Independencia e do Imperio,

Com a Rubrica de SUA MAGESTADE IMPERIAL.

Visconde de Inhambupe,

¹ Documento com adaptações de grafia, mas preservando as maiúsculas usadas à época como forma de enfatizar palavras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. *Reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal*. O Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira. Brasília. Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: Reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal (an.gov.br). Acesso em: 07 set. 2022.

LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. Edição fac-similar. – Brasília: FUNAG, 2019.

PORUGAL. Assembleia da República. Debates Parlamentares. *Catálogos Gerais. Monarquia Constitucional – 1821-1910*. Disponível em: Debates Parlamentares (parlamento.pt). Acesso em: 08 set. 2022.

RIBEIRO, Antônio. *7 de Setembro, São Paulo berço da Independência do Brasil. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. 2013. Disponível em: Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo. Acesso em: 20 set. 2022.

Esta revista foi impressa na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A Escola Superior de Guerra (ESG) – criada pela Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949 – é um instituto de altos estudos, subordinado ao Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança e defesa nacionais.

Para tanto, dedica-se aos estudos sobre política e estratégia, em especial nas áreas da segurança e da defesa.

Atuando como centro permanente de estudos e pesquisas, compete-lhe, ainda, ministrar os cursos que forem instituídos pelo Ministério da Defesa.

Esta Escola está localizada na área da Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. A Fortaleza foi construída em 1565, a pedido de Estácio de Sá, na várzea entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, e marca a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Revista da Escola Superior de Guerra

Av. João Luís Alves, s/nº

Fortaleza de São João - Urca

22291-090 - Rio de Janeiro - RJ

www.esg.br - E-mail: revistadaesg@esg.br

ISBN: 978-65-00-57636-8



9 786500 576368